



**ANAIS DO III SEMINÁRIO DAS MULHERES DO CAMPO, DAS  
ÁGUAS, FLORESTAS E CIDADES**

Ana Paula Grellert  
Graziela Rinaldi da Rosa  
Adriano Cavalleri  
(Organizadoras)

Rio Grande/São Lourenço do Sul, 2022

## **ANAIS DO III SEMINÁRIO DAS MULHERES DO CAMPO, DAS ÁGUAS, FLORESTAS E CIDADES**

**Equipe responsável pela organização:** Ana Paula Grellert, Graziela Rinaldi da Rosa, Adriano Cavalleri.

**Editoração:** Ana Paula Grellert

**Endereço:** Rua Marechal Floriano Peixoto, 2236 - Centro- São Lourenço do Sul/RS

**Fone:** 53 – 3254046

**Web Site:** <http://repositorio.furg.br>

**Edição:** 01/2022

### **Coordenação Geral**

Profª Drª. Graziela Rinaldi da Rosa – Docente do Instituto de Educação – FURG/Campus São Lourenço do Sul.

Ana Paula Grellert – Pedagoga na Pró reitoria de Assuntos Estudantis – FURG/Campus São Lourenço do Sul.

### **Comissão Científica**

Profª Drª. Graziela Rinaldi da Rosa – Docente (IE) Instituto de Educação FURG Campus São Lourenço do Sul.

Prof. Dr. Adriano Cavalleri – Docente (ICB) Instituto de Ciência Biológicas – FURG.

Ana Paula Grellert – Pedagoga - Pró reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) - FURG/Campus São Lourenço do Sul.

### Ficha catalográfica

S471a Seminário das Mulheres do Campo, das Águas, Florestas e Cidades  
(3 : 2022 : São Lourenço do Sul, RS)

Anais do 3. Seminário das Mulheres do Campo, das Águas,  
Florestas  
e Cidades [recurso eletrônico] / Ana Paula Grellert, Graziela Rinaldi da  
Rosa, Adriano Cavalleri (Organizadoras). – Rio Grande: Ed. da FURG,  
2022.

188p.

Modo de acesso: <http://repositório.furg.br>

ISBN: 978-65-5754-107-4

1. Sociologia 2. Mulheres do Campo 3. Educação I. Grellert, Ana  
Paula II. Rosa, Graziela Rinaldi da III. Cavalleri, Adriano IV.  
Título

CDU: 1-055.2

Catálogo na fonte: Bibliotecária Vanessa Dias Santiago CRB10/1583

ANA PAULA GRELLERT  
GRAZIELA RINALDI DA ROSA  
ADRIANO CAVALLERI  
(ORGANIZADORAS)

ANAIS DO III SEMINÁRIO DAS MULHERES DO CAMPO, DAS  
ÁGUAS, FLORESTAS E CIDADES



**Rio Grande**  
**2022**

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>GRUPO DE TRABALHO 1: Mulheres, feminismo e Educação Popular .....</b>	<b>9</b>
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E OS ESTUDOS FEMINISTAS: uma reflexão sobre os caminhos possíveis .....	11
TRABALHO ARTESANAL E EMPODERAMENTO DE MULHERES ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA .....	16
PROJETO MARÇO LILÁS: construindo pontes de acesso às políticas públicas para as mulheres no município do Rio Grande.....	24
<b>GRUPO DE TRABALHO 2: Coletivos de mulheres e o desenvolvimento: antagonismos, negociações, ressignificações e resistências .....</b>	<b>30</b>
SOLDADORAS RIOGRANDINAS: ressignificando uma profissão .....	32
RELAÇÕES DE GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO: o caso das mulheres trabalhadoras rurais do Assentamento Nova Esmeralda, Pinhal da Serra – RS .....	37
"MULHERES DA FLORESTA": antagonismos, resistências e lutas! .....	44
<b>GRUPO DE TRABALHO 3: Movimentos Sociais e Educação das trabalhadoras do campo e da cidade .....</b>	<b>49</b>
A GREVE, O SACERDÓCIO E A PROFISSÃO: as mulheres e o trabalho docente .....	51
PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E O DESAFIO DE UMA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE SANTA CRUZ DO SUL – EFASC .....	60
ARPILLERA: um processo político pedagógico feminista de articular a vida e a luta da mulher do campo .....	64
SER MULHER NA EFASC: o olhar de uma educanda .....	69
EXPERIÊNCIA COM MULHERES RURAIS .....	73
<b>GRUPO DE TRABALHO 4: História e Memória das mulheres e Literatura em diálogo 77</b>	
“COMO SER MULHER” NO ALVORECER DO SÉCULO XX EM PELOTAS/RS: veiculação de representações sociais de gênero no periódico Diário Popular (1909-1930) .....	79
CAROLINA E ZELI: duas vozes de resistência da periferia.....	87
O CORPO FEMININO COMO REPOSITÓRIO DA LOUCURA .....	94
O DIÁRIO DE CECÍLIA DE ASSIS BRASIL: analisando discursos sobre mulheres, pampa e natureza .....	100
A MATERNIDADE DESMISTIFICADA NO CONTO XX + XY DE GIOVANNA MADALOSSO .....	107
A MÁQUINA DO GÊNERO EM A OTÁRIA DE MÁRCIA TIBURI .....	112

<b>GRUPO DE TRABALHO 5 – Mulheres Negras, História de Relações de Gênero</b> .....	<b>116</b>
FACES DA POBREZA RURAL E O PROTAGONISMO DAS MULHERES EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SÃO LOURENÇO DO SUL .....	118
GÊNERO, RAÇA E CLASSE: questões sobre autoria e representação feminina afro- brasileira.....	126
MINHA COR TE ENCOMODA? .....	133
<b>GRUPO DE TRABALHO 6: Povos tradicionais, práticas educativas escolares e comunitárias, feminismos e gênero.....</b>	<b>136</b>
PEDAGOGIA CULTURAL: uma análise crítica sobre representações de gênero no desenho animado Mulan .....	141
DIDÁTICA NO ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NO CURSO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA: uma reflexão crítica sobre a desigualdade de gênero na academia e no mercado .....	145
8 DE MARÇO: mulheres do campo e da cidade, trabalhando as relações de gênero e feminismos .....	155
A EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTRIBUINDO PARA O RESGATE HISTÓRICO DAS MULHERES POMERANAS .....	162
BREVE ANÁLISE SOBRE JURISPRUDÊNCIAS DE FEMINICÍDIO: julgados do ano de 2016 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, na comarca de Pelotas .....	168
MULHERES, SAÚDE E DANÇAS POPULARES: diálogos possíveis entre práticas corporais e o empoderamento feminino .....	173
MULHERES QUILOMBOLAS E O ACESSO À EDUCAÇÃO: avanços e desafios .....	178
CIDADANIA, DIREITOS E JUSTIÇA (CIDIJUS/FURG): proteção social das pescadoras de Rio Grande/RS e região - o direito na busca de empoderamento e exercício da cidadania.....	185

## APRESENTAÇÃO

*É, portanto,  
em favor de todas as mulheres brasileiras que escrevemos,  
é a sua geral prosperidade o alvo de nossos anelos,  
quando os elementos dessa prosperidade se acham  
ainda tão confusamente marulhados no labirinto  
de inveterados costumes e arriscadas inovações.  
Nísia Floresta, 1853*

Os trabalhos reunidos aqui compõem a programação do III Seminário das Mulheres do Campo, das águas, florestas e cidades, realizado em São Lourenço do Sul, no ano de 2017. Essa edição do Seminário foi organizada pelo Coletivo Feminista Dandaras-FURG, e sob a coordenação geral da professora de Filosofia e Educação Popular, Dra Graziela Rinaldi da Rosa, Militante Feminista e idealizadora desses encontros, e do Coletivo Feminista Dandaras/FURG, e da Pedagoga e doutoranda Ana Paula Grellert, ambas educadoras populares.

Durante os encontros, mulheres do campo, das águas, florestas e cidades protagonizam e compõem painéis, rodas de diálogos, mesas redondas, realizam oficinas, expõem seus trabalhos nas feiras artesanais e agroecológicas. São estudantes, agricultoras familiares, quilombolas, indígenas, quilombolas, mulheres da cadeia produtiva da pesca, pecuaristas, mulheres artesãs, mulheres de povos de terreiro, benzedeadas. Toda esta diversidade expressa-se nas próximas páginas, como sínteses das vivências, reflexões, conhecimentos e trocas de experiências destas mulheres, as quais traduzem suas formas de ser e estar no mundo, suas pesquisas, crenças, habilidades, teorias, métodos.

Esses textos compartilham saberes, fazeres e histórias de vidas de mulheres, que na sua diversidade, e no seu cotidiano transformam vidas, e as histórias de suas comunidades. São mulheres que guardam saberes ancestrais, e através da oralidade conservam a cultura de seu povo vivo. Mulheres que ingressam na Universidade pública e acessam o saber acadêmico, tão diferente de sua realidade, mas que juntos potencializam práticas de ensino, pesquisa e extensão que as fortalecem como mulheres de povos tradicionais. São pesquisadoras, que fundem seus saberes oriundos das comunidades de povos tradicionais, com os conhecimentos científicos, e que potencializam novas práticas na Universidade e nas comunidades, provocando novos aprendizados, algumas desconstruções epistemológicas e novas experiências

acadêmicas, onde a Universidade não está distante da comunidade e a comunidade passa a viver a Universidade!

Sentimo-nos honradas pela oportunidade de compartilhar estas reflexões, anunciar novidades e denunciar as injustiças e opressões que nos assolam e roubam a nossa humanidade. Tal postura tem sido um dos propósitos de realização deste importante espaço de reflexão do Seminário das mulheres de São Lourenço do Sul. Reafirmamos a importância da constituição de eventos e ações institucionais que abarquem a temática das mulheres em suas múltiplas dimensões, e que cada vez mais floresçam ações que possam compreender a complexidade que a temática demanda. Assim, às leitoras e leitores deste trabalho, desejamos que este contribua e sirva de inspiração para criação de práticas que favoreçam o estudo e reflexão que envolvam as mulheres em suas mais variadas formas de ser e estar no mundo.

Ana Paula Grellert  
Graziela Rinaldi da Rosa



## **GRUPO DE TRABALHO 1: Mulheres, feminismo e Educação Popular**

**Coordenadoras:** Márcia Alves da Silva (Profa. Faculdade de Educação UFPel) e Daniele Rehling Lopes (Mestra em Educação UFPel)

O GT *Mulheres, Feminismo e Educação Popular* buscou promover o diálogo entre experiências educativas baseadas na perspectiva teórico metodológica da educação popular, tendo como foco o trabalho pedagógico com mulheres, na perspectiva de contribuir para a construção de uma ciência feminista popular. Dessa forma, pretendeu-se contribuir para a construção de um campo teórico e científico denominado 'pedagogia feminista'.

O GT contou com a participação de mulheres de várias cidades e pertencentes à realidades distintas, como acadêmicas da graduação e da pós-graduação de várias instituições e municípios, docentes, pesquisadoras, mulheres da comunidade local, etc.

O GT proporcionou o encontro e o diálogo entre diversas experiências que estão acontecendo com mulheres de diversos espaços educativos, tanto formais como não formais, tendo como aproximações o referencial advindo da educação popular e da teoria feminista. Teve destaque nos trabalhos apresentados, algumas experiências, especificamente relacionadas com as mulheres do campo, com a rede de atendimento às mulheres e com o ensino universitário.

Dessa forma, houve uma aproximação de temas relevantes no âmbito da construção de uma ciência feminista popular, como educação e movimentos sociais do campo, construção de pautas curriculares feministas para o ensino superior, problematização das políticas públicas que desenvolvem uma rede de atendimento e proteção às mulheres, etc.

Sendo assim, pensamos que o GT proposto alcançou os objetivos ao qual se propunha, que era o de aproximar experiências educativas que trabalham na perspectiva do feminismo na educação popular. Houve um caloroso e motivado debate que possibilitou um crescimento de todos e todas as envolvidas, e essa aproximação gerou novas provocações e novos desafios. Também novas parcerias de trabalho se construíram. A intenção é exatamente essa: muito aquém de tentar solucionar os problemas, a ideia é movimentar, desacomodar, agregar e coletivizar experiências, pois acreditamos que é nessa partilha de saberes que podemos avançar na luta das mulheres

contra as mais diversas pressões às quais são constantemente vitimadas, tanto no campo como na cidade, nas águas e nas florestas.

**Palavras-chave:** Feminismo, Gênero, Educação Popular, Educação à distância.

## INTRODUÇÃO

Pretendemos discutir o acesso a educação superior na modalidade Educação a Distância - EaD, contudo nosso enfoque principal não se refere ao acesso as ferramentas, mas sim as possibilidades de empoderamento frente ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, ainda podemos discutir sobre o grande número de mulheres que acessam os cursos EaD pela possibilidade de conciliar trabalho remunerado com o trabalho doméstico e os cuidados familiares e a formação superior (RAPKIEWICZ, GIARETTA 2013). No campo da educação com a flexibilização e precarização do trabalho passou a se exigir cada vez mais trabalhadores/as qualificados/as, podemos observar o aumento do número de cursos de licenciaturas e pós-graduação ofertados na modalidade presencial e à distância. No Brasil uma das maneiras de concretizar a ampliação de cursos e vagas no ensino superior foi por intermédio da EaD, que desenvolve uma metodologia voltada para o uso de tecnologias de informação e comunicação, segundo o decreto 5.622, de 19.12.2005, que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB):

Caracteriza-se a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

As tecnologias da informação e comunicação utilizadas para a educação possibilita ampliar as redes do conhecimento, no sentido de compreender e respeitar as diferenças culturais. Sabemos que a EaD enquanto política educacional vem contribuindo para a qualificação profissional e humana, mas para o empoderamento feminino em que medida poderíamos considerar? Entendemos que os cursos de EaD possam auxiliar e contribuir para a emancipação financeira e cultural das mulheres,

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas; [adrianalessacardoso@gmail.com](mailto:adrianalessacardoso@gmail.com)

contudo as metodologias e o currículo da educação superior estão formatados num sistema que pouco se discute as mazelas e opressões de gênero e sexualidade, fato que ocorre também nos cursos presenciais.

Este estudo parte do pressuposto da existência de um grau elevado da precariedade no trabalho feminino por efeito do processo hierárquico, arbitrário de uma sociedade patriarcal, heterossexual, branca que legitimou e também foi legitimado pelo feminismo liberal, *White, Anglo-Saxon and Protestant (WASP)* que por sua vez marginalizou as experiências de mulheres pobres, negras, transexuais, lésbicas e trabalhadoras, as quais, por meio da relação paradoxal centro/margem criticam esse modelo de feminismo liberal e lutam pela transformação social e agregam outras pautas em seus movimentos de emancipação como, por exemplo, o movimento pacifista, ambientalista entre outros.

Os estudos feministas e de gênero não pretendem dar todas as respostas, mas vêm contribuindo significativamente para compreender e desconstruir algumas questões cotidianas cerceadoras da liberdade e equanimidade, e as marcas que a modernidade produziu para impor um sujeito universal, branco, heterossexual, etnocêntrico, entre outras formas de hegemonia e dominação. De acordo com Rago:

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contra discurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico (1998, p. 3).

Ilustra bem esta necessidade de produzir e aprofundar em estudos feministas as práticas cotidianas escolares e a formação de professores, promovendo um olhar-se, voltar para si, se perceber, subjetivar e desnaturalizar os ‘velhos’ modos de lidar com as feminilidades e as masculinidades nos espaços educativos. Muitas professoras não percebem que refletem os sistemas culturais e se eximem da responsabilidade de educadora, e reproduzem práticas culturais originadas de padrões misóginos, eugênicos, higienistas ou elitistas. Conservando a sociedade homogeneizadora, caracterizada por um modelo universal antropocêntrico, transmitindo um conhecimento científico historicamente produzido pelos Homens, tanto ao que se refere aos conhecimentos do currículo, como também seu modo de vivenciar sua profissão e muitas vezes suas vidas.

Vidas que são marcadas por estereótipos de femininas, cuidadoras, pacientes, pouco desenvolvidas intelectualmente, sem voz para contestar, isso se deve, de acordo com Saffioti (2004, p. 101) a cultura patriarcal que a autora chama de uma máquina bem azeitada que opera sem cessar, inclusive acionada por mulheres.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa procurou seu embasamento nas metodologias qualitativas, nos estudos feministas e de gênero (RAGO, 1998; LOURO, 2007; SAFFIOTI 2004). Os caminhos e ferramentas a serem utilizados neste processo procuram se afastar da concepção moderna de ciência, especialmente da superioridade, neutralidade, generalização, verificação, comprovação, comparação simplificada e análise estrutural objetificada do que foi dito.

Na intensidade investida na construção do processo de cientificidade, que se distancia dos aspectos rejeitados citados anteriormente, contextualiza-se no tempo presente e na reciprocidade formativa cultural propositiva. Nesse sentido, apresenta uma reflexão sobre a experiência docente, um devir existencial, que ao mesmo tempo em que busca ensinar, também se constitui aprendente. Os dados que embasam a práxis pedagógica (Freire, 2003, 2010) para a reflexão foram produzidos a partir dos fóruns aulas dos polos UAB de São Francisco de Paula e Arroio dos Ratos, no período em que atuei como professora formadora. O fórum aula é um tipo de espaço de diálogo que constitui, entre outros espaços, o ambiente virtual de aprendizagem. A sua característica principal é a de promover a disponibilização de pequenos textos produzidos pelas alunas, de forma assíncrona, permitindo o acesso e interação de toda a turma, mediados pela equipe docente-tutores presenciais, tutores a distância e professores – pesquisadores. Considere-se que o trabalho era organizado e planejado com a equipe do polo e após com um grupo maior dos (professores/as de outros polos) em reuniões pedagógicas semanalmente buscando constantemente reavaliar o planejamento de ensino com a avaliação das respostas e retorno das alunas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Esse trabalho buscou sistematizar alguns estudos teóricos e a experiência da autora que atuou no curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância (CLPD) da Universidade Federal de Pelotas como professora formadora II – modalidade bolsista

Capex EaD. Para o curso CLPD precisávamos de uma educação popular e problematizadora para atender as classes trabalhadoras da população. Neste sentido, precisamos enfatizar a complexidade e profundidade de produzir um currículo voltado para o exercício docente visando à educação popular e problematizadora. Resumidamente e parcialmente o curso CLPD objetivava uma interação entre a prática e a teoria, as alunas desde o primeiro semestre já realizavam parcerias com as escolas locais para partir de uma realidade concreta, para assim, aprofundar os estudos. Nesta metodologia uma das intenções é que as alunas escrevessem reflexões e percepções da escola parceira nos fóruns aula, espaço no ambiente virtual dedicado a dar continuidade à aula presencial que ocorriam uma vez por semana, os discentes através dos escritos dos fóruns aula planejavam as atividades e indicações de leituras em equipe conforme as necessidades e temáticas que surgiam ou até mesmo aquilo que os docentes entendiam ser necessário trazer para a discussão.

As temáticas eram bem diversificadas, por exemplo, inclusão, dificuldades de aprendizagens, abandono familiar, planejamento, avaliação, pesquisa e ensino, contudo questões sobre trabalho, gênero, sexualidade, racismo entre outras não eram mencionadas, isso não quer dizer que não apareciam como contexto. Esse fenômeno pode ser interpretado por vários aspectos, neste espaço vou destacar três. O primeiro aspecto indica que o espaço escolar já possui pré-definidos os temas possíveis para ensinar e aprender, os estereótipos de gênero, identidade de gênero e sexualidade são temas tabus, ou seja, experiências cotidianas reproduzidas historicamente naturalizadas e sedimentadas a ponto de não ser possível ver/falar/escrever. O segundo aspecto se refere à própria organização e planejamento curricular do curso CLPD que não possibilitou um espaço para ampliar as pautas de discussões, isto é os próprios discentes não possuíam as condições necessárias para ler e trazer à tona as questões de gênero e sexualidade que as alunas descreviam nos fóruns aula, confirmando o primeiro aspecto. O terceiro indica que se estamos estudando sobre o fazer docente, precisamos enfatizar os conteúdos e as metodologias de ensino, tendo como base a educação tradicionalista e a inserção ao mercado de trabalho, ou seja, não considerar a educação multidimensional e as relações humanas, sociais e culturais.

## **CONCLUSÃO**

Para educar e pesquisar na EaD numa perspectiva feminista e de gênero precisamos considerar os modos de subjetivação das mulheres e também suas diferenças

enquanto grupo social, mas considerar principalmente o lugar de sua experiência, as conexões entre o mundo local e o global, pois normalmente são estudantes mulheres que moram em cidades pequenas e que muitas vezes reproduzem e perpetuam os estereótipos de gênero marcados por uma educação tradicionalista sobre matrimônio, planejamento familiar, divisão sexual do trabalho, uso dos espaços públicos, entre outras. Por tanto, entendo que a EaD pode ser um espaço possível para contextualizar os processos sócio-históricos de compreensão do mundo, e ainda, fortalecer um currículo visando questões contemporâneas como a causa ambiental, feminista, anticolonialista voltado para transformação social e não para o mercado de trabalho liberal.

Também consideramos necessário complementar com a perspectiva teórica feminista a formação docente continuada dos professores e tutores que atuam na EaD. Sendo que ocorre pouca expressividade e até mesmo a ausência de questões ligadas a gênero, sexualidade, cor, idade, feminização do magistério, patriarcado, violência de gênero entre outras. Pode-se dizer que ocorreram algumas atividades pontuais e intervenção “curta” de professores que já atuavam numa perspectiva feminista e de gênero.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, que estabelece a LDBEN. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança – Um encontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2010.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

RAGO, Margareth, **Epistemologia feminista, gênero e história**. In PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.)- Masculino, feminino, plural. Florianópolis: d.Mulheres, 1998. RAPKIEWICZ, Clevi Elena; GIARETTA, Cristiane. **Ead e gênero: analisando casos reais**. IX SALÃO DE ENSINO UFRGS: Porto Alegre, 2013.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

# TRABALHO ARTESANAL E EMPODERAMENTO DE MULHERES ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA

Carla Negretto<sup>1</sup>  
Márcia Alves da Silva<sup>2</sup>

**Palavras chaves:** Mulheres, Trabalho, Gênero.

**Resumo:** A vida da mulher camponesa assentada da Reforma Agrária enfrenta cotidianamente dupla opressão, pela questão de classe social e de gênero, tornando uma verdadeira resistência e luta, o ato de organizar-se contra esse sistema opressor. A maior reivindicação dessas mulheres diz respeito a divisão sexual do trabalho. Neste texto buscamos trazer uma reflexão sobre um projeto de extensão em andamento denominado “Trabalho Artesanal com Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”. O projeto atende quatro grupos de mulheres da reforma agrária localizados na zona rural do município de Pinheiro Machado/RS, e utiliza oficinas de artesanato como ferramenta metodológica para construir espaços de formação e aprendizagem na área de gênero e trabalho feminino.

## INTRODUÇÃO

Desde o ano de 2013 o projeto de extensão da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) denominado “Trabalho Artesanal com Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”, desenvolve atividades de artesanato popular e construção de conhecimento sobre Trabalho feminino e as Relações de Gênero com 4 grupos de mulheres de diferentes assentamentos da Reforma Agrária.

Esse projeto nasceu devido a necessidade que essas mulheres tinham de melhorar sua qualidade de vida tanto no aspecto econômico, quanto na relação da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres da Reforma Agrária.

Sempre que se fala em gênero, questões como desigualdades e subjugação são trazidas à tona, vez que ainda hoje a mulher não é vista como sujeito de todos os direitos por muitos. No que tange a questão agrária brasileira essa realidade de subalternização é ainda mais clara. A impressão que se tem é que, as relações machistas se dão de forma ainda mais intensa quando se fala de terras. Questiona-se obviamente o

---

<sup>1</sup> Pedagoga. Mestranda em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas.

<sup>2</sup>Socióloga, Mestre e Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da FaE/UFPel. Coordenadora do Projeto de Extensão Trabalho Artesanal com Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).



porquê deste tratamento de inferiorização ainda mais acentuado no campo (RAMALHO, 2015).

Falar sobre empoderamento feminino em comunidades onde a opressão patriarcal persiste durante anos como algo já naturalizado, demandou do projeto utilizar alternativas criativas. O projeto, não chama abertamente às mulheres para discutir a violência ou a divisão sexual do trabalho. Chamamos elas para confeccionar artesanatos. Desse modo o projeto desenvolveu ‘iscas’ que potencializam a discussão sobre o universo feminino e, conseqüentemente, o reconhecimento do artesanato como trabalho e gerador de renda. Dessa forma, o artesanato se tornou um importante aliado na problematização do trabalho feminino, pois se constituiu uma importante ferramenta, que possibilitou a aproximação e o diálogo construído com os grupos participantes.

Os assentamentos que o projeto atende localizam-se na zona rural do município de Pinheiro Machado – RS. São os seguintes assentamentos: Santa Inácia - com 13 mulheres, Campo Bonito - com 11 mulheres, Pinheiro Machado - 9 mulheres e Alegrias - com 7 mulheres. O projeto realiza atividades com os grupos mensalmente.

**Imagem 1: Grupo de mulheres assentadas do Assentamento Santa Inácia, participantes do projeto de extensão.**



**Fonte: Arquivo pessoal da autora e acervo do Projeto de Extensão, 2015.**

As oficinas são desenvolvidas nas sedes dos assentamentos ou nas residências das participantes, sempre se levando em consideração a pedagogia da educação popular, inspirada em Paulo Freire, que compreende que o aprendizado é algo dinâmico e construído coletivamente, sempre buscando-se reconhecer os saberes individuais de

cada uma. Por isso que as técnicas oferecidas e também as temáticas trabalhadas nas rodas de conversa são escolhidas pelas próprias participantes.

Os materiais utilizados para confecção dos artesanatos derivam tanto da sucata natural, quanto de sucata industrializada. A sucata natural mais utilizadas pelas participantes derivam do próprio ambiente de vivência e trabalho, podemos destacar aqui, as diferentes qualidades de sementes, galhos de árvores, palha de milho, cascas de ovos, pedras e musgos. A sucata industrializada deriva de materiais reciclados, resultados de produtos adquiridos por meio de compras pessoais na cidade ou doações, como a caixas de papelão, garrafas pet, jornal, retalhos de tecido entre outros. Dessa forma, a preocupação com a preservação do meio ambiente e com a agroecologia são uma constante nos grupos.

Como resultado da união desses materiais podemos destacar os artesanatos de cestaria com jornal, baleiros, caixa para remédios, porta guardanapos, casinhas para passarinhos, porta objetos, chaveiros, tapeçaria com malha etc. Os produtos confeccionados geralmente são vendidos na feira da Reforma Agrária que acontece duas vezes por mês no centro da cidade de Pinheiro Machado/RS.

### **Imagens 2 e 3: Imagens de Artesanatos produzidos durante as oficinas do projeto**



Fonte: Arquivo pessoal da autora e acervo do Projeto de extensão Trabalho Artesanal com Mulheres do Movimento dos Trabalhadores rurais sem Terra (MST).

O incentivo à produção artesanal se constitui como uma forma alternativa de incentivo às economias de base local, assegurando a preservação da cultura local, bem como a geração de emprego e renda para inúmeras famílias, considerando que grande parte delas encontra no artesanato uma forma de garantir a manutenção do bem estar de seus familiares (LEMOS, 2011).

## **METODOLOGIA**

Ao mesmo tempo que o projeto utiliza o artesanato como ferramenta metodológica e busca contribuir para valorização do artesanato feminino como trabalho e gerador de renda, ele também se torna um espaço de educação não formal para debates e construção de conhecimento na área de gênero, tendo o auxílio de dinâmicas, filmes e brincadeiras. Busca-se, desse modo, construir um espaço de convivência e de formação, numa perspectiva existencial e profissional, em direção à revisitação das trajetórias de vida e de trabalho das participantes.

O conceito de divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003; HIRATA & KERGOAT, 2007) serve como subsidio para abordarmos as trajetórias de gênero e trabalho feminino, enquanto o referencial das histórias de vida, especialmente de Ferrarotti (2014) e Josso (2004) buscam dar conta das narrativas das envolvidas. Dessa forma, criamos um espaço coletivo que procura fortalecer essas mulheres camponesas no sentido de problematizar o contexto em que vivem, buscando de forma coletiva a autonomia e a igualdade de gênero.

Para a efetivação das oficinas é empregada uma metodologia bastante prática, com base numa abordagem direta e tendo referência em Paulo Freire, compreendendo que o aprendizado é algo dinâmico e construído coletivamente, respeitando os saberes individuais de cada uma.

De acordo com Brandão (1987, p.63) entendemos por educação popular “aquela que é produzida pelas classes populares ou para as classes populares, em função de seus interesses de classe”. Segundo ele, trata-se de uma educação feita de acordo com os interesses das classes populares. De acordo com esta concepção de educação, o cerne do processo educacional está diretamente relacionado aos saberes diferenciados de cada educanda ou educando. Pois,

O ato educativo se dá na relação agente/grupos populares. E este ato é passível de ser educativo na medida em que ambos os parceiros têm saberes diferenciados. “O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende ou, sobretudo ‘sente’. [...] o saber se dá justamente quando da interação saber/sentir; ou seja, o saber envolve o sentir, o se apaixonar pelo saber e pelo seu objeto. [...] o saber só se dá quando se compreende. A diferenciação de saberes é que permite o ato educativo (BRANDÃO, 1987, p. 111-112).

De acordo com Paulo Freire, ela é uma prática política misturada à tarefa educativa, levando em conta que a sociedade se transforma passo a passo com propostas populares de educação, mas que acontece a partir de uma mobilização, relacionada à

organização popular. Ela tem formas diferentes e graus diferentes, entendendo “a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica” (FREIRE, 2001, p. 19). Nessa direção, a definição de educação popular é que ela é um modo de conhecimento que parte da prática política, ou seja,

[...] o conhecimento do mundo também é feito através das práticas do mundo; e é através dessas práticas que inventamos uma educação familiar às classes populares. [...] há modos de conhecer o mundo e as classes populares têm um modo peculiar de conhecimento (FREIRE, 2001, p. 20).

No decurso de cada oficina realizada, as participantes contribuem com seus conhecimento empíricos indicando, por exemplo, o uso de sementes, galhos, palhas e outros materiais nativos da região, para serem utilizadas nas peças produzidas, visando desse modo, qualificar cada vez mais o trabalho que realizam, enriquecendo seus próprios processos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Muitas participantes relatam durante as oficinas suas angústias em relação à ideologia de naturalização de ‘papéis sociais’ sexuados e desiguais. Muitas dessas mulheres têm que lidar diariamente com a desvalorização do seu trabalho, seja no meio rural, na esfera domiciliar, no cuidado dos filhos ou na “ajuda” prestada ao marido.

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA, 2007: 599).

A função social que é delegada à mulher camponesa, na maioria das vezes as afasta das decisões importantes dentro da comunidade, o que pode ser classificado como mais um caso de violência contra a mulher, já que estas acabam ficando sobrecarregadas de trabalho dentro e fora da casa, impedindo-as de crescer intelectualmente e participar das decisões.

Ao tentarem transpor essas barreiras, enfrentam ainda mais dificuldade, é o que relata uma das participantes do projeto: *“Há dias que meu pai não deixa de jeito nenhum minha mãe vir comigo para as oficinas... ele diz que ela tem que ajudá-lo na lavoura e ponto final... se eu ficar esperando demais por ela, acabo eu por não vindo”*. Ao analisarmos esse e outros tantos depoimentos das participantes, observamos nitidamente o machismo opressivo e dominante, se fazendo vigente dentro da esfera familiar. São esses alaridos, trazidos para dentro das rodas de conversa que o projeto busca analisar e conseqüentemente trabalhar para romper com esse sistema hierárquico que domina a vida de muitas mulheres camponesas.

É somente pela tomada de consciência sobre as questões de gênero que a mulher camponesa pode fazer uso da liberdade de escolha. A organização de encontros artesanais promovidos pelo projeto se concretizam em ferramentas possibilitadoras de libertação, pois é nesse meio que elas se desprendem para poderem reafirmar suas identidades e aflorar suas necessidades de escolha e tomadas de decisão.

O que as mulheres ligadas às questões agrárias, e aqui especificamente falando da reforma agrária, buscam é ter acesso ao espaço que lhes foi historicamente retirado ou desvirtuado. Quando se faz menção à história estamos de forma irrefutável falando das relações de exploração entre capital e trabalho. A luta pela reforma agrária apresenta-se como um processo de melhoramento das relações de gênero e de evolução na história. No contexto histórico, a produção capitalista deslocou a mulher de seu espaço, como se ela fosse um mero objeto de reprodução e restringiu seu trabalho à esfera doméstica (RAMALHO, 2015).

## **CONCLUSÃO**

Já é possível notar por meio das entrevistas e das observações dos comportamentos cotidianos, que essas mulheres camponesas da reforma agrária estão construindo passo a passo uma nova perspectiva de libertação da mulher camponesa do atraso ao acesso de informação e à formação. Esta constatação nos representa uma conquista e nos leva a concluir que apesar das dificuldades, elas poderão construir um novo modelo social na comunidade da qual fazem parte, instruindo novas mulheres, jovens e adolescentes nesse processo de trabalho artesanal, emancipação e empoderamento feminino, embora seja preciso lembrar que as questões de gênero estão presentes em todos os momentos e lugares, pois sempre vamos encontrar pessoas que

desconhecem as questões de gênero. Portanto essa temática continuará sempre em pauta nos diálogos e debates, necessitando assim a busca incessante por pesquisa e formação.

**Imagem 4: Formatura Grupo de mulheres “Guerreiras da Arte”  
Assentamento Santa Inácia – Município de Pinheiro Machado**



Fonte: Arquivo pessoal da autora e acervo do Projeto de Extensão. Março de 2016.

A imagem acima mostra um momento importante de protagonismo das mulheres participantes, pois se refere a um momento de conclusão de um dos cursos de artesanato oferecidos pelo projeto. Por iniciativa das próprias mulheres, elas organizaram um evento de formatura, no qual a Universidade se inseriu posteriormente. O evento se constituiu num momento significativo para elas, pois tornou público a caminhada do grupo.

Hoje o grupo Guerreiras da Arte produz coletivamente e participam de feiras e eventos, inclusive acadêmicos. Com autonomia se organizam para produzir, viajar e comercializar os próprios produtos, sempre de forma coletiva e solidária.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos. **A questão política da educação popular**. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

FERRAROTTI, Franco. **História e histórias de vida: o método biográfico nas Ciências Sociais**. Natal: EDUFRN, 2014.

FREIRE, Paulo. **Que fazer?** Teoria e Prática em Educação Popular. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HIRATA, Helena. (set./dez. de 2007). **Novas configurações de divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa [0100-1574] vol: 37. n. 132, pp. 595-609.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. JOSSO, Marie-Christine. *Histórias de vida e formação*. São Paulo: Cortez, 2004.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: LEMOS, Maria Edy Silva. *O artesanato como alternativa de trabalho e renda*, Subsídios para Avaliação do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato no Município de Aquiraz-Ce, 2011.

RAMALHO, Layane. **A Reforma agrária e o papel fundamental da mulher**, nov, 2015. Disponível em: <http://www.dm.com.br/opiniao/2015/11/reforma-agraria-e-o-papel-fundamental-da-mulher.html> Acesso em 10/04/2017.

## PROJETO MARÇO LILÁS: construindo pontes de acesso às políticas públicas para as mulheres no município do Rio Grande

Thaís Gonçalves Saggiomo<sup>1</sup>  
Alisson Saggiomo Juliano<sup>2</sup>  
Lucia de Fátima Socoowski de Anello<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Política Pública, Educação Popular, Feminismo.

### INTRODUÇÃO

A historicidade que defini os papéis de homens e mulheres na dinâmica societária, é a mesma que constrói e sustenta toda esfera de desigualdade socioambiental. A tese de Löwy (1995) que denuncia o sistema capitalista por operar numa perspectiva de desenvolvimento desigual e combinado, nos desafia a buscar nas construções Heleieth Saffiot (2013), melhor compreensão sobre a situação das mulheres na sociedade de classes. Para autora, a mulher atua na organização e manutenção da família desde a sociedade pré-capitalista, e como analisado por Marx, na dinâmica de produção capitalista sua jornada de trabalho torna-se ainda mais dura.

Frente a está problemática, e concretizada as condições necessárias para composição de um coletivo comprometido com a organização de uma rede para atendimento às demandas emergentes na realidade das mulheres no município do Rio Grande surge no ano de 2013 o Projeto Março lilás. Tal proposta, tem como objetivo concentrar esforços entre os coletivos institucionais e os movimentos sociais, para execução das metas voltadas à construção de políticas públicas para as mulheres. Segundo o governo municipal, o Projeto compõe as atribuições do poder público que consiste em,

Criar políticas públicas que permitam incluir as mulheres no processo de desenvolvimento, promovendo sua autonomia através de iniciativas autogestionárias. Fazer o enfrentamento à violência contra a mulher, em parceria com os governos Federal e Estadual. Promover o resgate social ao recorte de gênero, em situação de vulnerabilidade social, econômica e étnica. Ampliar a participação das Mulheres em Processos decisórios, cadeias produtivas e no governo municipal. (Frente Popular, Programa de Governo, 2012, p.46)

---

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental. E-mail: [thaisfurg@yahoo.com.br](mailto:thaisfurg@yahoo.com.br);

<sup>2</sup> Prefeitura Municipal do Rio Grande. E-mail: [alisjuliano@gmail.com](mailto:alisjuliano@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental. E-mail: [luciaanello@hotmail.com](mailto:luciaanello@hotmail.com)



Desta forma, o Projeto Março Lilás em seus dois primeiros anos tomou corpo abrangendo a pauta das mulheres em todas as frentes de relações de gênero no município, aproximando as Secretarias Municipais e Estaduais, o Movimento de Mulheres, o poder judiciário local, e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG). As parcerias foram se consolidando no desenvolvimento das atividades, ao passo que também foram promovendo a abertura dos planejamentos das secretarias municipais para o levantamento, sistematização e encaminhamento das demandas específicas deste grupo.

A avaliação deste período destacou a existência de uma rede de atendimentos que pouco estava sendo acessada pelas mulheres do município. Dados levantados no contexto comunitário, no judiciário, e, nas áreas da saúde e educação, justificaram a necessidade de construir as atividades de 2015 como espaços educativos capazes de identificar os “abismos” no acesso à política pública, ao tempo que disponibilizávamos no contexto das comunidades de maior vulnerabilidade socioambiental, estrutura de atendimento especializado.

Metodologicamente georreferenciamos a cidade em quatro grandes territórios, nos quais no período dos quadros sábados que compôs o mês de março de 2015 - além das atividades já instauradas no calendário, como, seminários e rodas de conversa com as mulheres do setor público - foi ofertado em cada localidade uma estrutura em tendas, mesas e cadeiras que receberam mais de três mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças, que buscaram atendimento na rede de políticas públicas.

Para análise desta experiência, buscamos apoio teórico em autores como Paulo Freire, Karl Marx, Heleith Saffioti, etc, capazes de auxiliar na identificação da estrutura física e conceitual que se destacam no material analisado, e nos permitem considerar – entre os achados desta pesquisa – a riqueza dialógica que se apresenta nos espaços educativos não formais voltados ao trabalho direto com as mulheres em contextos comunitários.

## **METODOLOGIA**

Objetivamos neste trabalho refletir entorno do Projeto Março Lilás, executado no ano de 2015, buscando evidenciar - a partir da análise das atividades voltadas ao desenvolvimento de estratégias de aproximação e identificação das demandas presentes na realidade das mulheres do município do Rio Grande – a estrutura física e conceitual que se destacam na construção destes espaços de educação não formal, como elementos

importantes para o aperfeiçoamento da oferta das políticas públicas voltadas às mulheres no município. O esforço metodológico para desenvolvimento desta pesquisa consiste em dois momentos: 1) análise documental baseada nas atas de reuniões para organização do Projeto e no relatório final de execução; e, 2) revisão bibliográfica a partir de uma perspectiva crítica, visando o aprofundamento sobre os achados da pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A premissa de que a jornada de trabalho das mulheres no sistema capitalista é dobrada e significativamente desigual no contexto do mercado global, justifica a necessidade de amadurecermos sobre a importância das políticas públicas, como potencial instrumento de diminuição desta desigualdade, através da oferta de oportunidades que lhes são negadas ora pela dinâmica do mercado de trabalho, ora pela dinâmica da organização familiar, em nossa sociedade patriarcal, machista e excludente (SAFFIOT, 2013).

A partir da experiência do Projeto Março Lilás, podemos evidenciar que as mulheres que compõem a realidade no município do Rio Grande, em especial as que compõem as áreas periféricas da cidade, encontram-se em extrema situação de vulnerabilidade socioeconômica, na qual apresenta-se de forma crescente os números relacionados a violência física e simbólica, ao uso de medicações para depressão, hipertensão e doenças cardiovasculares, ao abandono escolar, ao desemprego, bem como a reconfiguração familiar, na qual em grande maioria, o formato da “sagrada família”, já não se adequa mais.

Quando realizada a análise das atas, referente as reuniões do Projeto situamos a unidade do coletivo – ao evidenciar coerência na proposição do trabalho, na qual de um lado, registra-se que para as representantes do movimento das mulheres – a centralidade do trabalho, precisava atender as necessidades imediatas presentes no cotidiano das mulheres. E, de outro, destaca-se a preocupação nas falas das representações institucionais, ao registrar que apesar da oferta de serviços voltados especificamente para este público – os mesmos são pouco procurados.

Daí justifica-se o desafio de - montar a rede de articulação das políticas públicas e garantir o acesso a ela, processo que segundo os registros em ata, foi se constituindo enquanto espaço educativo, numa perspectiva que busca promover o diálogo com as mulheres no meio da comunidade. Sobre este, segundo registro em relatório, as

mulheres atendidas manifestam que além dos serviços nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, assistência jurídica, habitação, etc... dispor de espaço adequado para as crianças e para o lazer, como parte integrante da atividade, foram estratégias de fundamental importância para garantia da participação e envolvimento do público local.

Neste sentido, observamos que a proposição de oferta da política pública articulou-se a organização de um ambiente educativo – com aprendizagem dialógica, numa perspectiva que Maria da Gloria Gohn, aponta como dimensões próprias da Educação não-formal, sendo elas:

[...] a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; etc. [...] (GOHN, 2016).

Outro fator analisado, refere a capacitação dos profissionais para o desempenho de suas funções, na qual a orientação situa-se na construção de um diálogo capaz de compreender o contexto das necessidades imediatas, bem como da falta de acesso ao que no momento da ação entrava-se disponível no setor público. Tal dinâmica para Freire (1987) instaura a construção do diálogo autêntico, composto pela troca de vivências e conhecimentos, no qual os sujeitos envolvidos são convocados a dizer a sua palavra mediada pela realidade onde estão inseridos.

Deste diálogo, desvelam-se algumas situações chaves para compreensão das dificuldades de acesso às políticas públicas, dentre elas destacamos: 1) o nível de isolamento socioeconômico das mulheres, onde evidenciamos desde a ausência de documentos, como a Carteira de Identidade e de trabalho, à falta de estrutura disponível para cuidado dos filhos em fase não escolar; 2) pouca ou nenhuma formação escolar e/ou profissional, restringindo o trabalho destas mulheres ao âmbito das atividades domésticas – quando os limites de analfabetismo, e desconhecimento sobre o uso dos produtos – não às impedem de exercer a profissão; 3) o nível de comprometimento da desumanização, no qual a naturalização da violência física e simbólica, instauram-se enquanto meio de manutenção da sobrevivência; e, 4) a habilidade de ressignificar suas necessidades e construir alternativas a partir das condições do próprio meio.

Ao que se refere sobre a compreensão de necessidades imediatas, buscamos em Marx (1989) a categoria emancipação política, compreendendo que está melhor

representa as relações sociais constituídas por homens e mulheres, em seu esforço de manutenção da vida. Sobre esta categoria o autor afirma que ainda é necessário, o amadurecimento da sociedade civil pautada em premissas e necessidades individuais, numa lógica de amadurecimento unilateral, que resulta na impossibilidade de formação de uma sociedade capaz de romper com a estrutura do capital, e efetivamente se reorganizar num nível intelectual e prático, de forma que contemple outras relações entre homens, mulheres e natureza.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, destacamos o potencial do Projeto Março Lilás ao efetivar a parceria entre os diferentes setores de atendimento direto às mulheres do município, ficando evidente a importância da participação dos movimentos sociais, no processo de construção da dinâmica de aproximação das mulheres no ambiente comunitário.

Salientamos a inovação na oferta das políticas públicas articulada a proposição de um ambiente educativo e comprometido com o diálogo autêntico. Ratificamos a percepção, na análise da síntese do processo de avaliação das atividades, na qual registra-se a satisfação de aproximadamente 90% das mulheres que participaram do processo avaliativo. Sendo apontado como pontos fortes do evento, o local, o atendimento, a assistência social, o trabalho com as crianças, os cursos rápidos voltados a saúde mental e física, etc.

Porém, ao que se refere os pontos fracos do evento, registra-se a fragilidade na divulgação, e o não atendimento de todas as expectativas - principalmente no que se refere a cursos de capacitação profissional e/ou geração de renda. Inferimos que estas indicações estão diretamente relacionadas aos itens registrados no âmbito das situações que dificultam o acesso das mulheres às políticas públicas no âmbito municipal, compreendo que neste trabalho, revê-la novos desafios no que tange o atendimento das necessidades, que se manifestam imediatas no cotidiano das mulheres em situação de vulnerabilidade social.

## **REFERÊNCIAS**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1987. (O Mundo, hoje; 21).

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-formal na Pedagogia Social**. In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1., 2006, disponível no site: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 18 abril. 2017.

LÖWY, Michael. **A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado**. Actuel Marx, 1995.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. 2 ed. Tradutor: Artur Morão. [s.l]: LusoSofia:Press, 1989.

SAFFIOT, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2013.

## **GRUPO DE TRABALHO 2: COLETIVOS DE MULHERES E O DESENVOLVIMENTO: ANTAGONISMOS, NEGOCIAÇÕES, RESSIGNIFICAÇÕES E RESISTÊNCIAS**

**Coordenadoras:** Adriana Paola Paredes Penafiel (Profa. FURG-SLS), Manuela Finokiet (Profa. IF Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos)

Este grupo de trabalho buscou debater a pertinência de noções de gênero para o entendimento dos antagonismos presentes entre coletivos de mulheres e os projetos e práticas de desenvolvimento. Entenda-se aqui que o desenvolvimento não se refere a processos de transição que ocorrem ao longo da história, mas “intervenções” que são formuladas a partir da “construção” de um espaço ou sujeito de pobreza produzindo efeitos reais. Uma das críticas realizada por diversos autores aos projetos de desenvolvimento é que a busca pelo “consenso” resulta em uma tentativa de “incluir” o/a outro/a como parceiro/a, porém este outro/a enquanto despojado/a de ato político. Quer dizer, aspectos de natureza política e que poderiam ser aprofundados, vizibilizados e disputados são convertidos em meras questões técnicas. Situações que ocorrem tanto em pequenos projetos de desenvolvimento como em projetos de mobilização de capital (mineração, hidroelétricas etc.). Sendo assim, coletivos que são público-alvo destes projetos são construídos pelo Estado e os seus consórcios por pressupostos para serem manipulados pelo conhecimento legítimo, pelos peritos, subalternizando outros regimes de relação. Regimes que, para o amálgama entre as visões burocrática, empresarial e científica, significam tão somente a possibilidade de entorpecer o próprio desenvolvimento sem atentar aos seus efeitos. Considerando que as questões de gênero vêm ocupando um espaço residual nos debates teóricos recentes sobre a crítica ao desenvolvimento, o Grupo pretendeu discuti-las cuidando para não homogeneizar ou diluir os “desacordos” manifestados pelas mulheres. Essas considerações nos levaram aos seguintes questionamentos: como o campo do desenvolvimento e os seus agentes, incluindo o Estado, relacionam-se politicamente com projetos e práticas potencialmente autônomas e especialmente de coletivos de mulheres? Como estes coletivos de mulheres contestam regras e papéis que são construídos pelos agentes do desenvolvimento? Quais são os elementos articulados pelo Estado para poder legitimar estes projetos e como são contestados e ressignificados por narrativas outras destes coletivos?

Neste GT foram aceitos trabalhos que envolveram pesquisas já concluídas ou em andamento e relatos empíricos com reflexões teóricas que abordaram como são as

relações entre os projetos e práticas de desenvolvimento (qualquer que for) e coletivos de mulheres, apresentando os antagonismos, negociações, ressignificações e resistências no âmbito rural e urbano.

Assim, no dia do debate foram discutidos três trabalhos cujos títulos são i) Mulheres da floresta: antagonismos, resistências e lutas”, ii) Relações de gênero no desenvolvimento das mulheres trabalhadoras rurais do assentamento Nova Esmeralda, Pinhalda Serra - RS e iii) Soldadoras riograndinas: ressignificando uma profissão. O GT recebeu cinco trabalhos, mas por falta de apoio financeiro por parte das instituições das outras duas participantes, estas não puderam comparecer ao encontro.

Os trabalhos apresentados estavam inseridos em fases de pesquisa diferentes das suas autoras. Um ponto comum entre os *papers* diz respeito à crítica sobre como as mulheres que são citadas estão encapsuladas em certas classificações que as despolitiza sendo que estas agem politicamente para recuperar as experiências possíveis e desenhar os seus próprios projetos de vida. Ficou evidente nas diversas pesquisas que se existe uma classificação das pessoas, existe também uma luta para ressignificar os enquadramentos a respeito de como elas veem e sentem o seu mundo com base na riqueza de depoimentos que trouxeram as autoras.

Temas como o que é “político”, a “colonialidade do poder e do saber” e a “extensão de conhecimento” foram discutidos entre as participantes. É importante destacar o “diálogo de saberes” entre as alunas de mestrado, alunas que já concluíram o mestrado e as recém-doutoras que fizeram do dia trabalho também uma troca de experiências. A nossa discussão não termina aqui, as vozes destas mulheres seguem ecoando cada vez mais fortes.

**Palavras-chave:** Mulheres Soldadoras, Discurso, Gênero.

Recentemente, a cidade do Rio Grande passou por um processo de crescimento econômico, devido à construção das Plataformas de Petróleo para a Petrobras e, com isso. Com a expansão do Polo Naval, às mulheres é oportunizada a chance de trabalhar, desempenhando uma profissão, até então, exclusivamente, masculina: soldadora. “Há quatro anos, não se encontravam mulheres trabalhando no Polo Naval”, conta o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Rio Grande, Dercy Anchieta de Souza (2010), em entrevista. E, completa: “Só eram contratadas [as mulheres] para cargos em escritórios ou funções administrativas. Agora, as empresas estão mais abertas à contratação” (p. 1). As mulheres, ao tomarem outros espaços, admitem outras representações, marcadas não só pela profissão, mas pela linguagem e pela vestimenta. No caso das soldadoras, esta última contraria os padrões de feminilidade: macacão, luvas e botas não são empecilhos para mães e esposas terem uma profissão remunerada e reconhecida. Segundo o *Diário de Pernambuco* (JC, 2011), “Um/a soldador/a é a pessoa responsável pela união de materiais assegurando que estes não se rompam. É uma profissão que nem todos os candidatos têm preparo físico para enfrentar o dia a dia de trabalho” (p. 1). A profissão conta com algumas particularidades que englobam a força e o preparo físico. Será que as mulheres têm esse preparo? Se não, isso é um fator que lhes oferece alguma limitação? No ideário social, o trabalho portuário sempre foi tido como “pesado” e relacionado aos homens. Como será que as mulheres se veem ocupando esse espaço? Como elas administram a dupla jornada de trabalho? Outro fato a observar está relacionado com o conhecimento técnico. Antes das construções das Plataformas, os cursos que preparam os trabalhadores para atuarem no Polo Naval são poucos e restritos aos homens. As condições salariais se mantêm desiguais, visto que um homem pode ter um salário até três vezes maior do que o de uma mulher. As mulheres ficam em condição salarial inferior, sem a qualificação suficiente. Entretanto, a escassa mão de obra para a construção das Plataformas faz com que alguns empresários da cidade providenciem cursos para qualificar trabalhadores e



trabalhadoras para tal, além dos cursos profissionalizantes gratuitos oferecidos pelo governo em parceria com entidades empresárias, como o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural. Com isso, abre-se a possibilidade de as mulheres poderem se qualificar e disputar as vagas desse mercado.

Este trabalho de cunho qualitativo disserta a respeito da representação e ressignificação das mulheres soldadoras da cidade do Rio Grande. Tem como *corpus* as respostas das entrevistas realizadas com as soldadoras da empresa Ecovix/Engevix Construções Oceânicas, atuantes no Polo Naval da cidade. À luz da Análise Crítica do Discurso (ACD), segundo Norman Fairclough, e dos estudos de gênero.

Nesse sentido, propõe (re)pensar sobre como se dão e se mantêm as relações sociais que, muitas vezes, excluem e oprimem os sujeitos de um determinado grupo, possibilitando uma reflexão que pode ajudar na mudança de uma situação, por isso, é importante analisar discursos que invisibilizam sujeitos.

## **METODOLOGIA**

O *corpus* a ser analisado no âmbito qualitativo foi coletado por meio de entrevistas semiestruturadas às mulheres operárias, soldadoras, da empresa Ecovix/Engevix Construções Oceânicas, atuantes no Polo Naval da cidade do Rio Grande. As análises foram feitas separadamente, a fim de propiciar uma melhor visualização de cada perfil<sup>1</sup> das soldadoras. A compilação dos dados foi realizada no intuito de destacar possíveis semelhanças ou diferenças discursivas, referentes às práticas sociais, configurando a metodologia analítica, uma vez que a teoria em questão é flexível e admite várias possibilidades.

Esta proposta visa elucidar a construção da representação das mulheres soldadoras. Para tanto, é analisado como o discurso se constrói a partir das categorias selecionadas. Além disso, devido ao caráter tridimensional da teoria, não foram realizadas divisões explícitas em ordens analíticas, visto que as categorias se sobrepõem em prol da construção dos sentidos.

### **Soldadora B:**

<b>B</b>	Rio	34	Casada	1	Primeiro	Da sogra	Getúlio	2-3
----------	-----	----	--------	---	----------	----------	---------	-----

---

<sup>1</sup> Nesta pesquisa, o entendimento de perfil está embasado nas características do *ethos*, segundo Fairclough (2001) e Maingueneau (2005, p. 70), uma vez que este equivale a um conjunto de traços psicológicos e corporais, apoiados em representações sociais valorizadas ou desvalorizadas de estereótipos culturais

(Anexo 2)	Grande	anos			Grau		Vargas	salários mínimos
-----------	--------	------	--	--	------	--	--------	---------------------

Pergunta: O que a motivou ser soldadora?

### Resposta 8

*“Ah eu queria ganhar mais progredir dar um futuro melhor pra minha filha [...] Ah diferença salarial né, o salário porque o esforço físico o nosso é bastante até mais, mas acontece que o salário é bem melhor né”.*

A Soldadora B foi motivada a se inserir neste ramo pelo retorno financeiro, como se percebe no enunciado, “Ah eu queria ganhar mais progredir dar um futuro melhor pra minha filha”. O verbo “progredir” está relacionado a uma nova prática social em que as mulheres também têm a chance de alcançarem seus objetivos. Uma de suas metas é dar melhores condições a sua filha, porém, a seguir, explicita o destino de seu salário.

Pergunta: Qual o destino do teu salário?

### Resposta 9

*“Ah ajudar em casa, a escolinha da minha filha é... as compra, é as coisa que tem que comprá, roupa pra minha filha as coisa da escolinha dela”.*

Neste trecho, em um primeiro momento, a entrevistada recorre ao verbo “ajudar”, “ajudar em casa”. Com tal escolha lexical, seu discurso apresenta uma contradição, à medida que o “ajudar” é atravessado por sentidos variados relativos ao pagamento das despesas como “alimentação, vestuário, educação”. Embora responsável por essas despesas domésticas, a Soldadora B se coloca em posição secundária, isso é, subestima sua atuação no espaço familiar. Ela ressalta que seu marido também trabalha na empresa e, supostamente, seu salário deve ser equiparado ao dela, logo, os dois têm importância econômica para o sustento da família. Porém, seu discurso está arraigado intertextualmente a um pensamento em que as mulheres não podem ser provedoras do sustento, apenas colaboradoras. Esse discurso é o que Fairclough (2001) afirma ser exemplo de intertextualidade constitutiva, ou seja, discursos implícitos passados e perpetuados.

Pergunta: E quando não tens o que fazer, o que fazes?

## Resposta 14

“Quando não tem o que fazer a gente varre a oficina”.

O verbo “varre” demarca que não importa que as mulheres trabalhem fora de casa e demonstrem que são competentes, à medida que “a vassoura” as persegue: “a gente varre a oficina”. Com isso, intertextualmente, vem à tona todo o pensamento de que as mulheres deveriam ficar no ambiente doméstico, cuidando da casa, do marido e dos filhos, como se essas tarefas fossem atribuições somente femininas. Esses discursos arraigados na prática social que podem ser pressupostos, deduzidos são indícios da intertextualidade constitutiva. Os sujeitos constituem seus discursos na relação com outros textos e, assim, constituem-se.

## CONCLUSÃO

Após a discussão feita acerca dos conceitos que embasam a pesquisa e a análise do *corpus*, é possível verificar, em uma perspectiva crítica discursiva, a partir dos dados selecionados nas análises, a representação atual das mulheres soldadoras da cidade do Rio Grande na sua dupla jornada de trabalho. Obviamente, as questões aqui abordadas que constituem as representações não são únicas, nem estanques, mas possibilidades que (re) criam imagens, a partir dos discursos das entrevistadas.

A entrada das mulheres no mundo de trabalho masculino não está totalmente resolvida. Essas soldadoras estão iniciando um longo caminho em busca da equidade profissional entre homens e mulheres, como destaca a Soldadora F em “a gente vai mostrando que pode também” (p. 156, ANEXO 6, 2013). Os discursos das soldadoras revelam as suas (auto) representações. Apesar de serem mulheres atuantes tanto no ambiente doméstico como profissional, ainda estão vinculadas a algumas das ideologias do passado. No que se refere às tarefas da casa, nem todas conseguem compartilhar os afazeres como a Soldadora F em: “Todo mundo eu chego é porque eu chego em casa e boto todo mundo que antes era só eu né agora comecei a trabalhar porque é muito puxado o serviço é muito puxado aí todo mundo faz um pouquinho todo mundo cozinha todo mundo varre todo mundo lava” (RELATO ORAL, ANEXO 6, p. 151-2, 2013). Em tal enunciado, há uma mudança da prática social, a qual é externada pelo discurso.

Nesse sentido, a partir das escolhas lexicais enfatizadas nas entrevistas – pronomes, advérbios, substantivos, adjetivos, verbos e do modo que são referidas – polidez – as soldadoras expõem seus discursos. A ideologia surge em meio as palavras e

as relações intertextuais aparecem à medida que as associações são feitas e, assim, revelam a construção de uma representação, o *ethos*, a constituição do “eu” e de uma identidade social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 207).

## REFERÊNCIAS

ENGEVIX/ECOVIX **Construções Oceânicas.** Disponível em: <<http://www.ecovix.com/sobre-a-ecovix/Paginas/perfil.aspx>>. Acesso em: ago. 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FUNCK, Susana. B. Discurso e identidade de gênero. In: CALDAS-COULTHARD, C. R; SCLIAR-CABRAL, L. **Desvendando discursos:** conceitos básicos. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 182-195.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura:** notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Tradução e revisão de Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez., 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Tradução de Susana Bornéo Funck. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e Impasses:** o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 207-241.

# RELAÇÕES DE GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO: o caso das mulheres trabalhadoras rurais do Assentamento Nova Esmeralda, Pinhal da Serra - RS

Juliane Stefanoni<sup>1</sup>  
Helena Botelho Senna<sup>2</sup>  
Gabriela Porto Marques<sup>3</sup>  
Patrine Souza<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Relações de Gênero, Agroecologia, Mulheres Rurais, Assentamento.

## INTRODUÇÃO

Historicamente, as mulheres construíram uma relação intrínseca com a agroecologia, desenvolvendo um vasto saber dos sistemas agroecológicos (PACHECO, 2009). Seu conhecimento sobre as espécies e recursos genéticos e fitogenéticos tem sido demonstrado em diversas regiões do mundo (*Idem*). Para Pacheco (2009), esta condição conduz as mulheres a desempenharem um importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar.

O reconhecimento desse papel das mulheres ganha importância desde as últimas décadas, quando a conservação e o uso da biodiversidade são considerados fatores essenciais para a defesa da agricultura e do agroextrativismo familiar (SILIPRANDI, 2015). A partir de então, passa-se a manifestar a necessidade da plena participação das mulheres em todos os níveis de formulação e execução de políticas que envolvam a conservação da diversidade biológica (*Idem*).

Entretanto, apenas a partir dos últimos anos o debate agroecológico vem incorporando a perspectiva de gênero. Antes disso, o seu aporte era limitado às ciências agrícolas, ao movimento ambientalista, à ecologia, à antropologia e aos estudos sobre desenvolvimento (PACHECO, 2009). Essa transição, em que o conceito “relações sociais de gênero” passou a ser associado às formas de fazer agricultura, é resultado das lutas feministas contra a opressão das mulheres, o que trouxe, dentre outras conquistas,

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, juustefanoni@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, helenasenna.ga@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, gabe.porto.m@gmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, souzapatrine@gmail.com

diversas contribuições para a explicação teórica da desigualdade de gênero (SILIPRANDI, 2015). Em relação às análises de gênero no campo, por exemplo, revela-se a subordinação e a subvalorização do trabalho das mulheres (VAN DER SCHAAF, 2001). Ademais, tem sido apontada a importância das relações entre homens e mulheres na família, e a sua forma de constituição e reprodução, para explicar as desigualdades de gênero no espaço rural.

Pacheco (2009) explica que a subvalorização do trabalho das mulheres permanece, ainda que estas mantenham numerosas atividades agrícolas e extrativas em dupla ou tripla jornada. Para a autora, a invisibilidade do seu trabalho está associada, dentre outras causas, à condição de “membro não remunerado da família”, ou por não estar à frente na administração da renda familiar. Estas condições, apesar de expressar uma desigualdade de gênero, acabam por mascarar o significado da inserção produtiva das mulheres. Conforme exemplifica a autora, o mesmo trabalho que o homem realiza, quando realizado por mulheres e crianças é comumente considerado como uma “ajuda”.

Atualmente há projetos de capacitação promovidos pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que buscam estimular a igualdade de gênero na agricultura familiar numa tentativa de dar visibilidade ao trabalho feminino no rural e estimular a igualdade de gênero na agricultura familiar (INCRA, 2016). Dentre as temáticas abordadas pelos projetos, são discutidas a divisão sexual do trabalho, o trabalho remunerado e não remunerado e o diálogo dentro do núcleo familiar envolvendo pais e filhos.

No estado do Rio Grande do Sul, o Assentamento Nova Esmeralda localizado no município de Pinhal da Serra faz parte de um desses projetos de capacitação em prol do empoderamento das mulheres. O assentamento é formado por cerca de 23 famílias, originárias do norte do estado, sendo que 12 delas vem atuando<sup>1</sup> na cadeia produtiva do butiá<sup>2</sup> (*Butia* sp.), através do seu extrativismo, como uma das fontes de renda, de forma associativa às demais atividades de sua unidade de produção (MIRANDA, 2016).

Posto isso, a pesquisa apresentada neste trabalho teve como objetivo compreender como se dão as dinâmicas das relações de gênero, a partir das ações de ATER que

---

<sup>1</sup> O desenvolvimento da cadeia produtiva do butiá conta com a assessoria do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), como proposta de aproveitamento e valorização da polpa desta fruta, gerando renda para as famílias locais.

<sup>2</sup> O butiá foi selecionado como uma das plantas do futuro pelo Ministério do Meio Ambiente, que busca estabelecer políticas públicas de promoção do uso sustentável da biodiversidade (INCRA, 2016).

auxiliam a construção de uma agricultura ecológica, através do cultivo do butiá, no Assentamento Nova Esmeralda em Pinhal da Serra-RS.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa aqui apresentada é resultado de um trabalho realizado no âmbito da disciplina acadêmica “Problematizando o Desenvolvimento Rural”, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tal disciplina teve como proposta problematizar o significado de “rural”, bem como o seu desenvolvimento, suas dinâmicas e pluralidades. Parte deste processo se deu através de uma saída de campo no Assentamento Nova Esmeralda, onde pudemos realizar uma das etapas da pesquisa: a observação. Foram dois dias em contato direto com a rotina de trabalho das famílias de agricultores que integra as atividades da cadeia produtiva do butiá. A experiência de observação nos possibilitou identificar algumas características próprias das relações de gênero, concedendo-nos um importante aporte para avançarmos a pesquisa ao próximo nível.

Como colocado por Berbel (1998), ao observar a realidade, expressam-se percepções pessoais, resultando em uma primeira “leitura sincrética” ou “ingênua da realidade”. Dessa forma, na busca por um maior entendimento da realidade estudada, realizamos uma análise de conteúdo a partir de literatura especializada nos temas que cruzam com o empírico analisado: relações de gênero e agroecologia.

A última etapa da coleta de dados foi realizada através de um questionário com perguntas abertas, destinadas ao Centro de Tecnologias de Alternativas Populares (CETAP). A escolha deste público tem como justificativa a sua atuação, como instituição extensionista, na capacitação dos agricultores, incluindo as questões de gênero. As perguntas abordaram temas que permearam e nortearam construção deste trabalho. Dentre os questionamentos foram elaboradas três perguntas:

- Como surgiu a ideia das mulheres fazerem a despolpa do Butiá?
- Existem reivindicações quanto à questão de gênero e o papel da mulher no espaço de trabalho?
- O que o CETAP tem trabalhado no tocante à questão de gênero em Pinhal da Serra?

As respostas contribuíram significativamente para a compreensão das dinâmicas de gênero existentes, bem como para se ter o cuidado de não realizar leituras ingênuas do contexto inserido.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos dados obtidos a partir da experiência vivenciada em campo, do aporte teórico e das respostas do questionário, surge o debate a respeito do que tem sido realizado de concreto para trabalhar as questões de gênero no âmbito rural. Pudemos perceber que alguns projetos e eventos temporários influenciam nas dinâmicas locais. Dentre esses eventos, destaca-se a Rota Internacional dos Butiás<sup>1</sup> proposta pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) - Clima Temperado conjuntamente com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), e também a presença do Programa de Incentivo e Apoio à Produção e Exploração de Frutas Nativas<sup>2</sup> junto ao auxílio e orientação do CETAP.

No decorrer dos projetos e em conjunto com o Assentamento, o grupo de mulheres foi se fortalecendo e a proposta se desafiou a avançar com a iniciativa do aproveitamento do butiá, melhorando os equipamentos e infraestrutura para essa finalidade que vem mostrando potencialidade de ampliação.

Mesmo com os intentos institucionais e outros esforços reunidos, o que se percebeu foi que os espaços ocupados pelas mulheres nessa cadeia produtiva e os papéis atribuídos à elas implicam em reproduções de funções domésticas. Assim, surge um questionamento acerca das intenções dadas ao protagonismo feminino em relação às atividades destinadas, pois ao mesmo tempo que se enxergam possibilidades de reconhecimento e visibilidade do trabalho e das funções domésticas, também indaga-se qual(is) o(s) motivo(s) das mulheres não estarem ocupando outras esferas públicas, assim sendo limitadas à esfera privada.

As mulheres são responsabilizadas pelo trabalho doméstico e cuidados da família, assim, ficando destinadas à esfera privada (FREITAS, 2008). No tocante do rural, como território<sup>3</sup>, as mulheres sempre exerceram papéis fundamentais, porém não se tem o reconhecimento pelos trabalhos realizados, tanto o privado como também o público, uma vez que a lógica patriarcal deslegitima a participação social das mulheres em espaços públicos ou não consentidos pelos homens (SILIPRANDI, 2015). Ainda

---

<sup>1</sup> Ver em <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/21601803/pesquisa-sobre-butias-presente-em-festa-que-celebra-a-cultura>>

<sup>2</sup> Ver em <[http://www.cetap.org.br/site/wp-content/uploads/material/frutas\\_nativas-2015.pdf](http://www.cetap.org.br/site/wp-content/uploads/material/frutas_nativas-2015.pdf)>

<sup>3</sup> Entende-se aqui pela definição de SANTOS (1999), compreendendo as dimensões de identidade, pertencimento, residência e o fundamento do trabalho.



além, muitas vezes, para que a mulher ocupe as esferas públicas, são impostas tarefas domésticas, as quais são concomitantemente desmerecidas.

De acordo com Oliveira (2009), mesmo desempenhando múltiplas funções, o trabalho feminino no campo geralmente é social e economicamente desvalorizado. Tradicionalmente, a mulher é vinculada ao trabalho reprodutivo e o homem ao trabalho produtivo (PEREIRA, 2015). À mulher, de um modo geral, cabe executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como o trato dos animais, a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim. Na esfera de suas atividades, a mulher executa tanto trabalhos “leves” como trabalhos “pesados” (trabalhar na colheita dos produtos agrícolas, carregar os filhos e buscar água em lugares distantes do domicílio), portanto é preciso destacar que o caráter de “pesado” ou “leve” da atividade é relativa e culturalmente determinada (PAULILO, 1987).

Outra percepção, é que os sujeitos que estão diretamente inseridos nessa dinâmica e que podem contribuir para uma futura transição, são as extensionistas que cumprem papel de mediação, principalmente junto às mulheres do Assentamento. O que se percebe, é que apenas algumas e alguns extensionistas, que já possuem algum vínculo militante, vem trabalhando essas questões na sua atuação e dentro da instituição. O CETAP afirma que há uma reivindicação explícita quanto à questão de gênero, porém, no desenvolver das ações percebe-se uma grande dificuldade nos núcleos familiares. Assim, o Centro busca abordar a temática de forma ampla e inserida em outras discussões, e ainda colocam que há uma deficiência em integrar os homens nas metodologias para se trabalhar a questão de gênero no rural.

Quando indagado ao Centro sobre o que tem sido trabalhado em relação à temática da questão de gênero na região, foi novamente destacada a relevância do tema, principalmente no tocante do papel das mulheres na agroecologia. Assim vem sendo desenvolvidas muitas ações ligadas ao gênero feminino com temáticas de alimentação, ervas medicinais, organização comunitária e grupal, aproveitamento de resíduos, autocuidados, relações e gestão de conflitos, entre outros. Contudo, a deficiência metodológica foi destacada mais uma vez, no sentido de que há uma enorme dificuldade de ressignificar o papel da mulher no núcleo familiar, que apesar de fundamental é invisível. Assim, a temática é abordada de forma indireta com as mulheres e tem pouco avanço com os homens.

## CONCLUSÃO

É válida a ressalva que somente nas últimas décadas do século XX, que a ressignificação do papel da mulher passou a merecer atenção nas discussões, após a explosão de movimentos feministas pautando igualdade de gênero e denunciando diversos abusos e disparidades que as mulheres sofrem de forma estrutural, tentando desconstruir e desnaturalizar essas relações. Para além disso, deve-se questionar o quanto e de qual forma, esse debate das relações de gênero, chega às comunidades rurais, as mulheres trabalhadoras rurais, uma vez que é uma discussão recente para as instituições e conforme declarado pelo próprio Cetap se coloca como desafio por vezes.

Notou-se também que a agricultura ecológica, por meio do extrativismo do butiá, possibilitou às trabalhadoras rurais o avanço da sua posição na cadeia produtiva, já que hoje atuam em todos os processos da agroindústria. Este fato poderia ser considerado uma grande conquista no que tange o empoderamento das mulheres, caso houvesse uma divisão justa e igualitária da carga de trabalho entre homens e mulheres. Entretanto, esta não foi a realidade demonstrada nesta pesquisa.

O contexto em torno das relações de gênero, aqui identificado, demonstra a necessidade de dar continuidade a projetos que valorizem a agroecologia e o papel central da mulher para o seu desenvolvimento. Contudo, é imprescindível que a extensão tecnológica dos projetos não busque a inserção das mulheres no processo produtivo de forma isolada, mas que principalmente não ignore as questões específicas do interior do espaço doméstico. A maior participação da mulher no trabalho produtivo e o reconhecimento público dessa participação não é suficiente para modificar a situação de subordinação da mulher rural dentro da unidade familiar.

Assim sendo, cabe aqui fazer uma crítica ao papel das instituições frente a forma como vem trabalhando as questões de gênero desde suas origens e também nas relações internas institucionais, pois é comum que os espaços da extensão rural sejam predominantemente compostos por homens. Entende-se que é a partir da mudança dentro do institucional que os desafios identificados conseguiram ser solucionados. Afinal, parte das instituições, o “debate” vertical sobre gênero e há com frequência um viés urbano nas análises sobre a mulher rural e o seu trabalho, a forma como se coloca de dentro para fora, sem a construção autêntica dentro dos espaços familiares e com as organizações de mulheres rurais, faz com que inclusive, mais questões surjam no espaço de vivência das famílias.

## REFERÊNCIAS

BERBEL, N.N. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos?** Interface-Comunicação, Saúde, Educação, 1998-fevereiro; 2(2): 139-154

FREITAS, T. V. Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina in SILVEIRA, M.L., TITO, N. **Trabalho doméstico e de cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana.** São Paulo, Sempreviva Organização Feminista, 2008.

INCRA-RS. **Assentados aproveitam potencial das frutas.** Jan.2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/assentados-aproveitam-potencial-das-frutas-nativas>> Acesso em: mar 2016.

MIRANDA, Fernanda Queiroz, et al. **O processamento do pinhão (Araucária angustifolia): geração de renda e conhecimento no PE Nova Batalha.** Vacaria/RS. Cadernos de Agroecologia, 2016, 10.3.

OLIVEIRA, S. V. de. **A extensão rural no Brasil e as questões de gênero: Contribuições para o desenvolvimento social.** I Seminário Nacional Sociologia e Política. UFPR. 2009.

PACHECO, M. E. L. **A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico.** 2009. Acessado em: <[plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf\\_bib.php?COD\\_ARQUIVO=16920](http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=16920)>.

PAULILO, M. I. S. **O peso do trabalho leve.** Ciência Hoje, Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

SANTOS, M. **O território e o saber local: algumas categorias de análise.** In: Cadernos IPPUR, ano XIII, nº 2: 15 – 26, ago-dez, 1999.

SILIPRANDI, E.C. **Gênero e agroecologia: os avanços das mulheres rurais no enfrentamento das iniquidades** in STADUTO, J. A. R., SOUZA, M., NASCIMENTO, C. A., Desenvolvimento Rural e Gênero. UFRGS, Porto Alegre, 2015.

VAN DER SCHAAF, A. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul.** Sociologias, 2001, 5.10.

## "MULHERES DA FLORESTA": antagonismos, resistências e lutas!

Rita de Cássia Fraga Machado<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Mulheres da Floresta, Resistências, Lutas.

**A castanheira: somos como ela** “*Nós, mulheres da floresta somos como castanheiras, levamos anos para crescer, mas também não é qualquer chuva que nos derruba*” (Rita, 16/09/2016).

A castanheira (*Bertholletia excelsa*), também conhecida como castanha-do-Brasil, é a mais famosa espécie de árvore nativa da Amazônia. Árvore de grande porte, a castanheira chega a atingir até 60 metros de altura e diâmetro, na base, superior a 4 metros. A castanheira é encontrada em matas de terra firme, muitas vezes formando agrupamentos, mais ou menos extensos, conhecidos como castanhais, onde se encontram associadas a outras espécies de árvores de grande porte<sup>2</sup>. Sua madeira é muito resistente, forte, e considerada bonita.

A castanheira-do-pará é uma grande árvore, chegando a 30-50 metros de altura e 1-2 metros de diâmetro no tronco; está entre as maiores árvores da Amazônia. Há registros de exemplares com mais de 50 m de altura e diâmetro maior que 5 m, no Pará. Pode viver mais de 500 anos, e, de acordo com algumas autoridades frequentemente chega a viver 1.000 ou 1.600 anos<sup>3</sup>.

### A Castanheira e as Mulheres da Floresta

Para quem estuda a história das mulheres sabe o quanto ela é marcada por violências, silenciamentos, invisibilidades, lutas, antagonismos e resistências. As Mulheres da Floresta e das Águas, situadas no médio Solimões do Estado do Amazonas sabem isso melhor do que ninguém. Suas trajetórias expressam isso, seus corpos, suas

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Amazonas- UEA. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Conselho de Aperfeiçoamento do Ensino Superior – PNPd/Capes.

<sup>2</sup> Fonte: greenpeace.org.br

falas e suas vidas. São mulheres fortes, com uma vida marcadas de antagonismo e bonitezas “eu só queria ter até o quinto filho, mas meu marido não deixou, tive 12 então...mas hoje estão aí 8 vivos e 4 mortos, sou feliz” (Maria. 15/03/2015). Falas como essas expressam exatamente que as nossas lutas são iguais, independentemente dos nossos lugares. Minha avó teve oito filhos, mas não gostaria de ter, ainda viva nos conta que nunca pode dizer isso, pois poderia ser deixada e a vida piorar. A caminhada dessas mulheres é longa, estreita, mas bonita, assim como a castanheiras...

### **Mulheres da Floresta, as castanheiras e a luta por educação**



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Na roça elas trabalham duro, mas na vida elas tecem bonito. Nos encontros de formação estão sempre lindas, de batons, colares no pescoço, coloridas e alegres, não há um encontro que não temos uma novidade bonita delas, afinal nós mulheres temos vidas pessoais. E assim a cada momento da caminhada juntas elas vão resignificando suas ações. E para ser agricultura elas cantam em cada encontro:

*Eu Vou chamar a enxada para vim ser apresentar  
Para ser agricultor tem que ter material  
Eu Vou chamar a Mandioca para vim ser apresentar  
Para ser agricultor tem que ter material  
Eu Vou chamar a panela para vim ser apresentar  
Para ser agricultor tem que ter material  
Eu Vou chamar a tipiti para vim ser apresentar  
Para ser agricultor tem que ter material  
Eu Vou chamar a peneira para vim ser apresentar  
Para ser agricultor tem que ter material  
Eu Vou chamar o coturno para vim ser apresentar  
Para ser agricultor tem que ter material  
Eu Vou chamar o remo para vim ser apresentar  
Para ser agricultor tem que ter material*

*Dona Maria chegou, chegou, chegou, chegou com a tapioca  
Para fazer a farinha, farinha, farinha, farinha de tapioca  
Para remexer, Para remexer, Para remexer  
Mexer, mexer, mexer, mexer*

É um processo de aprendizagem contínua, onde resiste há todos esses tempos. Essas músicas, relações, ressignificações segundo (Bourdieu, 2002) podem contribuir para emancipar as pessoas, “ajudando-as a refletir sobre situações de opressão/ dominação invisíveis, já que a força simbólica se exerce sobre os corpos diretamente e, como que por magia, sem coerção física.

A emancipação significa um desafio para as relações de poder existentes na comunidade onde moram; representa a expansão da liberdade de escolha, ou seja, a participação, e de atuação bem como aumento da capacidade de agir das mulheres sujeitos os recursos e decisões que afetam suas vidas. É um processo que pode ajudar na superação da desigualdade de gênero, sempre que as mulheres reconhecerem a ideologia sexista e entenderem que essa ideologia perpetua a discriminação em relação a elas. (Magdalena LEON, 2000; Eymar VASCONCELOS, 2000; Uner KIRDAR e Leonard SILO, 2004; e Benno KEIZJER, 2005).

*Bom né, ótimo assim porque pelo menos cada encontro que a gente tem assim a gente vai pegando mais conhecimento das coisas né, das coisas que a gente não sabe vai aprendendo uma com as outras e eu tou achando bom participar dos encontros né, né que é ótimo participar?(Izidora, 16/11/2016)*

E é isso mesmo, a cada dia as ressignificações são muitas a experiência de compor esse coletivo é fundamental para quem acredita que a educação popular nesse sentido é importante “tentar precisar a compreensão da expressão e de certa forma explicitar a melhor a nossa ação educativa nos confusos meandros da história presente”. E não só isso, “é um convite da filosofia a não tomarmos conceitos como absolutos. A refazer seus caminhos e significados como tarefa renovada do pensamento”. (GEBARA, 2016, p. 190)

### **Resistir, como uma castanheira!**

Nesse sentido sabemos da importância que a resistência e as ressignificações possuem na vida dessas mulheres, porque a partir dessas possibilidades elas podem representar e mudar suas vidas avançando o que elas chamam de “viver bem”. São

mulheres que no processo estão descobrindo a importância da sua participação na democratização das suas relações. Descobrirem-se castanheiras também tem se expressado no esforço delas em estar presente em todos os espaços de decisões, majoritariamente homens e também em espaços de formação dizendo a “sua palavra” como foi à participação delas na I caravana de Agroecologia e Mulheres que aconteceu em Parintins, esse ano.

Isso tudo nos possibilita acreditar que são mulheres de muita força que lutam por um futuro diferente para si e para suas filhas.

*“eu sonho um futuro melhor que o meu para meus filhos” (Francisca,  
16/03/2016)*

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

GEBARA, Ivone: Educação Popular: a ressignificação das expressões In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cassia. **Estudos Feministas, mulheres e Educação Popular**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2016.

KEIJZER, Benno. “Los discursos de la educación y participación en salud: de la evangelización sanitaria al empoderamiento”. In: MINAYO, Maria Cecília; COIMBRA JÚNIOR, Carlos (Orgs.). **Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p. 441-460.

KIRDAR, Uner; SILO, Leonard. **El gran desafío de nuestro tiempo es llevar la gente desde el empobrecimiento al empoderamiento**. Disponível em: [www.paho.org/generoysalud](http://www.paho.org/generoysalud). Acesso em: mar. 2004.

LEON, Magdalena. “**Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder**”. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 191-205, 2000.

VASCONCELOS, Eymar M. “**Reinvenção da cidadania: empowerment no campo da saúde mental**”. In: AMARANTE, Paulo (Org.). Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. p. 169-194.



### **GRUPO DE TRABALHO 3: MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DAS TRABALHADORAS DO CAMPO E DA CIDADE**

**Coordenadoras:** Cristina Luisa Bencke Vergutz (Profa. EFASC-Santa Cruz do Sul) e Patrícia Rutz Bierhalz (UFRGS)

Tendo como objetivo oportunizar espaço e tempo para problematizações a respeito da relação entre educação e trabalho das mulheres do campo e da cidade envolvidas em diferentes movimentos sociais, o Grupo de Trabalho - *Movimentos Sociais e Educação das trabalhadoras do campo e da cidade* desenvolveu suas atividades de discussões e reflexões partindo da compreensão de trabalho enquanto práxis social, cultural e produtiva, por meio da qual o homem e a mulher transformam a natureza, adequando-a às suas necessidades vitais, materiais e culturais. Também entende-se que, no capitalismo, o *valor de uso* do trabalho foi se tornando em *valor de troca* e que foi, enquanto mercadoria, empobrecendo, coisificando, embrutecendo e desumanizando o trabalhador e a trabalhadora. No entanto, é o trabalho como *valor de uso* que o faz princípio educativo e que atribui seu caráter formativo. Em especial, na experiência das mulheres, essa relação ganha características específicas na conjunção do sistema de exploração com o de dominação patriarcal. O trabalho não só se dividiu em internacional e social, mas também, em sexual. Logo, enquanto *valor de troca*, não é possível que o trabalho se constitua como princípio educativo.

Neste sentido buscou-se, nas experiências das trabalhadoras do campo e da cidade, as contradições entre os valores de uso e de troca, ou seja, as brechas presentes no trabalho como sendo educativo e nas suas possibilidades emancipatórias. Com isso, o transcorrer das atividades no GT possibilitou a discussão das relações que vêm sendo estabelecidas junto às trabalhadoras do campo e da cidade, suas perspectivas opressoras e libertadoras, situações-limites e inéditos viáveis, em experiências educativas nas organizações, movimentos sociais populares como também em instituições de ensino.

Os trabalhos apresentados demonstraram através de diferentes perspectivas relacionadas aos movimentos sociais populares, sindicatos, como também à espaços escolares, os desafios e as conquistas na operacionalização de pesquisas acadêmicas, de práticas cotidianas de ensino e aprendizagem e de ações formativas junto à coletivos de mulheres tendo como cenário epistemológico a *educação popular e do campo* nas relações estabelecidas com o mundo do trabalho: de mulheres estudantes e professoras de uma Escola Família Agrícola (re)pensando suas relações e suas práticas discente e

docente, de mulheres do MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em luta por um processo político pedagógico feminista tendo o artesanato como concretude de luta, de mulheres envolvidas com o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores buscando sua valorização, *empoderamento* e destaque dentro das suas propriedades familiares e de professoras grevistas vinculadas ao CPERS/Sindicato na materialização de uma pedagogia da luta que envolve o reconhecimento e valorização de sua profissão tendo a questão salarial como central.

A interlocução entre as diferentes dimensões (pedagógica, política, socioeconômicas, culturais e epistemológicas) pré-estabelecidas na proposta do GT foram atendidas e provocaram o debate no sentido da percepção da necessidade da continuidade de ações, pesquisas, intervenções sociais, políticas e pedagógicas em diferentes espaços (tanto em Movimentos Sociais Populares e Sindicais como em Escolas). Pois estes se apresentam como espaços e tempos que se aproximam na compreensão de transformarem-se em ambientes pedagógicos de luta das trabalhadoras do campo e da cidade e, dessa forma, possibilitam o repensar das relações sociais e produtivas, identificando as situações-limites presentes no cotidiano, vislumbrando o inédito-viável, numa perspectiva emancipatória.

**Palavras-chave:** Mulheres, Trabalho docente, Cuidado, Sacerdócio, Greve, Profissionalização.

## INTRODUÇÃO

Enquanto professora da rede pública que vivencia no Rio Grande do Sul a gestão do Governador Ivo Sartori, observa-se um conjunto de políticas de governo que sacrificam a categoria de professores com arrocho salarial e pagamentos de salários parcelados, dentre outras medidas que visam diminuir o número de professores concursados. Esse relato vem para trazer um problema que consiste na profissionalização do trabalho docente. No ano de 2016, quando a categoria dos professores estaduais, dirigidos pelo seu sindicato, CPERS/Sindicato, declara uma greve, que durou 56 dias, as escolas discutem a possibilidade de adesão a essa greve. E então surgem manifestações por parte de pais e professores que não condizem com o reconhecimento da docência enquanto profissão.

Foi então que percebi que a luta dos professores ainda tem um longo caminho a percorrer sobre a questão de sua profissionalização e reconhecimento social da profissão, esse caminho tem se traduzido na luta por direitos, e tem a questão salarial como centro. Há um falso reconhecimento da educação enquanto prioridade de investimentos. Falso porque, quando se fala em políticas para a área social no Brasil, saúde e educação aparecem como prioridades, no entanto, isso não se traduz no reconhecimento da profissão docente, e em sua valorização social. Isso é demonstrado, através da aceitação de baixos salários, e do trabalho como um dever. Segundo o IBGE

---

<sup>1</sup> Estudante de Mestrado Acadêmico na Universidade de Santa Cruz do Sul, faz parte da Linha de Pesquisa Educação, Trabalho e Emancipação, orientanda da professora Dr<sup>a</sup> Cheron Zanini Moretti. Graduada em Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos anos de 2009 e 2012. Professora da rede pública estadual do Rio Grande do Sul. Agência Financiadora: CAPES-PROSUP

no período de 2004 a 2014 os professores ganham em média 39% que profissionais com a mesma escolaridade.

Qual a origem social desta desvalorização social, e da dificuldade de ver a docência enquanto profissão: minha hipótese está ligada, em primeiro lugar a noção de cuidado ligado a maternidade que está vinculada à docência no magistério, conforme os estudos de Carvalho (1999). E a noção de sacerdócio, ou seja, uma dimensão que diz respeito aos primórdios da atividade docente, quando os sacerdotes eram os professores. A própria origem etimológica da palavra “professor” está ligada a profecia, que em tempos passados era a palavra de religiosos, neste sentido sacerdócio remete a dedicação religiosa, que pode ser verificado nos estudos de Marques (no prelo).

A primeira dimensão que confunde docência com os cuidados da maternidade, explica porque esta profissão é composta em sua maioria por mulheres, na Educação Básica, tendo em vista que na docência em nível superior, devido ao prestígio social da profissão, esta proporção de gênero se inverte, também pode ser explicado porque essa atividade exigiria um nível de profissionalismo maior. Para Viviani & Vieira (2001, p.221) *“considerando que o conceito de profissionalismo costuma estar associado muito mais à masculinidade, uma vez que se espera dos indivíduos técnicas e domínio de um determinado campo do saber, verificou-se que para as professoras investigadas, este conceito parecia definir-se a partir do envolvimento pessoal, da realização e do prazer obtido no trabalho”*.

A partir de Carvalho (1999), se pode perceber que a noção de cuidado atribuído as professoras da educação infantil e do ensino fundamental, está distante da noção de profissionalismo que costuma a ser atribuída aquelas atividades com um envolvimento mais racional, ou seja, ligado ao universo masculino. Esta seria uma boa base para pensar por que apenas, ou quase exclusivamente as mulheres estão envolvidas na educação infantil, e são a grande maioria do magistério. Segundo Ferreira (2004, p.396) *“Como exemplos do fenômeno da feminização [...]. Bruschini e Amado (1988) revelam a participação feminina no magistério no Brasil, em 1980: no ensino pré-escolar a cifra é de 99%; de 1ª a 4ª série do ensino de 1º grau as mulheres representavam 96,2%; de 5ª a 8ª série do mesmo nível, 85,7%; no 2º grau, 70,4%”*.

Se pode cogitar que os homens com a mesmo nível de instrução que as mulheres professoras, estariam atuando em áreas mais rentáveis. Pois não se pode explicar, se o magistério é economicamente desvalorizado porque é composto majoritariamente por

mulheres, ou se é porque é composto majoritariamente por mulheres que é socialmente desvalorizado.

A pesquisa de Carvalho (1999) constatou que culturalmente a noção de cuidado está associado ao universo feminino, e se há um distanciamento das mulheres dessa condição, ela é remetida diretamente a uma noção de culpa. Para os homens ao contrário foi verificado que encontram dificuldade nessa profissão. Para Viviani & Vieira (p.221), existem *“atributos como a afetividade, intensas relações interpessoais, o comportamento maternal e o cuidado à feminilidade e, por outro lado, a racionalidade, as relações pessoais mais distantes, a disciplina e a competência profissional à masculinidade”*.

Por outro lado, ainda existe uma vaga ideia entre os docentes da escola básica que sua profissão estaria ligada a uma ideia de sacerdócio, ou seja, uma entrega religiosa a atividade que exercem, já fui surpreendida com este comentário: - professora, a senhora não percebe que a docência é um sacerdócio. Para entender essa compreensão que paira sobre a docência Marques (no prelo, p.33) vai explicar *“Define-se o sacerdócio, aliás, como uma espécie de atividade ministerial de cultos de fundo divino e a vinculação histórica deste conceito com a atividade educativa possivelmente tenha relação com os valores religiosos sempre tão presentes nas formas de ensinar originais”*.

O sacerdócio consiste em uma vocação, a qual o sujeito se entrega integralmente, e requer uma série de sacrifícios, tendo em vista sua dimensão religiosa. Marques (no prelo) considera que a ruptura com essa concepção de sacerdócio não foi algo fácil e requereu longo processo que passa pela organização sindical dos professores.

Por outro lado, evidenciava-se já que a docência era ocupada majoritariamente por mulheres, sobre isso Marques (no prelo. p.38) diz *“A consideração da docência como um trabalho vocacional manteve de muito tempo ao magistério uma aura de atividade extradoméstica, que a ideologia patriarcal considerou adequada para as mulheres. Era assim constituída a figura da professorinha ou da “tia” que atua por amor aos seus “sobrinhos” e “sobrinhas”*.

Essas dois argumentos podem contribuir para uma explicação da desvalorização social do trabalho docente, tendo em vista que esta profissão carrega um peso histórico que o vincula por um lado a características eminentemente femininas, a partir do momento que existe uma construção social histórica do lugar do feminino na sociedade,

que a princípio está ligada a atividades não remuneradas e socialmente desvalorizadas no processo produtivo como a maternidade, por esse motivo essa atividade é delegada prioritariamente e historicamente às mulheres.

A noção de sacerdócio, traz a questão da entrega a profissão, da dedicação religiosa, total e irrestrita, sem o questionamento sobre direitos, salários e condições de trabalho. A meu ver está interpretação opera no sentido contrário da profissionalização que segundo Marques (no prelo) só vai surgir com o surgimento das associações profissionais na década de 1930, que visavam lutar por direitos comuns a categoria dos professores.

## **METODOLOGIA**

O objetivo geral do trabalho é verificar de que forma a construção da greve, enquanto ferramenta de organização e pressão social e governamental, contribui para o processo de profissionalização e valorização social do trabalho docente. Isso ocorrerá através da análise da construção dessa ação nos fóruns de debate da escola, que é a base do sistema educacional.

Para inscrever esse trabalho foi utilizado o método de pesquisa qualitativa, relato de experiência e pesquisa ação empírica, que acumula dados de experiência vividas por um grupo social. No Brasil, segundo Barbier (2002) apud (SANTOS, COSTA & TREVISAN, 2004) existem três níveis de relação do pesquisador com relação a seu objeto, o nosso é identificado como nível estrutural profissional, pois refere-se ao trabalho do pesquisador e seu enraizamento socioeconômico.

Trabalho a mais de três anos na escola, meu universo de pesquisa era familiar, mas a tarefa de observação trouxe a necessidade de estranhamento, estevi presente, em todos os momentos da discussão sobre a greve do CPERS de 2016, tema abordado e também participei dos resultados da discussão realizada. A tarefa era dupla, por um lado preparei o olhar para problematizar questões que são rotineiras na escola, grupos, pessoas e comportamentos que já estão definidos por uma posição, costume, maneira de se portar frente aos assuntos. Quando os pesquisados são pessoas que se conhece, e se tem mais ou menos afinidade, isso pode influenciar na percepção sobre o objeto, e se pode ter alguma dificuldade para se distanciar das situações. Mas esses são percalços, estimulantes da observação, que colocam a prova nossa práxis e capacidade de observar. E a outra tarefa era praticar a cidadania, participar e se posicionar, apesar de que existe algo que outras pessoas esperavam de você, um lugar pré-definido, pois, normalmente

existe a minha participação nas instâncias de discussão do sindicato, nas assembleias que decidem a greve, na organização de protestos, mas o fundamental para que se conheça diferentes posições e que a ação não o coloque nunca indisposição para o diálogo para perceber outros pontos de vista. Neste sentido, a minha participação foi no sentido de conversar abertamente com o professorado e querer saber de suas percepções sobre a greve, e sobre a situação vivenciada pelo conjunto da categoria, representada nesta escola, pelas pessoas que decidiam sobre a greve naquela sala de aula, por outro lado o sectarismo faz com que se corra o risco de não vivenciar a reflexão das outras pessoas, suas dúvidas e incertezas, de compartilhar opiniões. Estar na base de uma categoria, te permite avaliar o conjunto expresso na diversidade de opiniões e realidades compartilhadas em uma reunião, é necessário querer saber como se constrói e desconstrói o movimento, e sob quais argumentos se constrói ações, querer saber qual história e o peso da história sobre a categoria dos docentes no Estado do Rio Grande do Sul.

### **Greve, Educação e Profissionalismo**

Esta pesquisa é sobre uma das categorias mais combativas entre os sindicatos gaúchos, alguns professores comentam que existe uma banalização da greve porque faz-se greve quase todo ano, e algumas vezes mais de uma vez por ano, essa categoria é composta na sua maioria por mulheres, que vê em desvalorização e desprestígio social na sua profissão.

Segundo Marques (no prelo. p.19) *“A expressão “greve” no Brasil, segundo Antonio Luigi Negro e Flávio dos Santos Gomes, surgiu, na falta dessa palavra, tomada de empréstimo da francesa grève. [...] No Brasil do século XIX, as primeiras formas de suspensão coletiva das atividades ficaram conhecidas como paredes”*.

Verifica-se uma situação concreta, a greve mais longa da categoria em 25 anos, teve início em maio de 2016. Naquele momento ocorria concomitantemente greve de outras categorias sindicais e o grande movimento de ocupações de escolas públicas. A principal pauta era a retirada pelo governo da PL 44, que previa o gerenciamento das escolas públicas, por OSIPS, ou seja, um início de privatização da escola básica.

A partir da aprovação da greve em Assembleia Geral da categoria realizada em Porto Alegre no dia 16 de maio de 2016. A discussão passou a ser realizada nas escolas, sobre esse processo, é importante salientar, que muitas escolas esperam a deliberação do Sindicato, para depois fazer o debate com os docentes no interior das escolas, nesse

sentido, foi realizada a discussão da greve nas escolas, nosso universo de pesquisa, consiste em uma escola de Educação Básica do interior do Rio Grande do Sul, no município de Encruzilhada do Sul. Neste cenário realizou a pesquisa ação empírica, foram convocados todos os trabalhadores da escola para uma reunião, importante observar que nesse quadro de trabalhadores em educação mais de 90 % eram mulheres. O quadro docente, mais os funcionários da escola consistiam em torno de 70 pessoas e reuniram-se em um auditório com o objetivo de aderir ou não a greve do magistério.

A direção da escola conduz as reuniões com o objetivo de ouvir os docentes e decidir conforme a vontade da maioria. A questão é, se a maioria decidiu parar, a minoria é pressionada a aderir à greve. Se realmente a minoria, não quiser parar, se reformula a grade de horários para que apenas essa minoria trabalhe.

As relações são conflituosas entre aqueles que querem aderir integralmente a greve, e cumprir todas as orientações do sindicato e aqueles que não suportam a ideia de greve e não abrem mão de vir trabalhar, entre esses estão os que esperam ser convencidos, com inclinação mais a uma ou outra posição. Algumas docentes, como os contratados, na maioria das vezes, não se posicionam abertamente, porque não tem estabilidade na profissão.

É possível observar, que normalmente as docentes das séries iniciais, são as menos inclinadas a aderir à greve, juntamente com professores ou que apoiam o governo do Estado, somado a aqueles que simplesmente não acreditam no mecanismo de reivindicação da greve. Não existe, a princípio, uma maioria estabelecida, e aqueles que conseguirem causar mais impacto com seus argumentos irão conformar a maioria.

Existem aqueles que já tem uma militância estabelecida, essas certamente defenderão a greve, mais seus argumentos já são esperados, pois estes têm posição declarada e participam das instâncias sindicais, como por exemplo, as assembleias da categoria. O que realmente, vai pesar na decisão é a opinião daqueles que não tem lado definido, que nem sempre se manifestam, e que não votam com um só grupo, esses são a maioria.

É importante dizer que qualquer posição sobre a greve, nunca é tomada no sentido de aderir totalmente ao movimento grevista, tendo em vista que a greve é analisada semanalmente nesta mesma instância da escola.

Outro ponto que se pode perceber, é que este processo é um exercício pedagógico, em que os docentes vivenciam, a partir da condição de pertencer a uma categoria, um exercício que ocorre através da análise, discussão e convencimento.



É interessante observar os argumentos, daqueles que não querem greve não são gerais, mas particulares, dificilmente ocorre uma defesa inflamada em prol da não adesão a greve, os argumentos que usam são de ordem prática, ninguém se arrisca a defender o governo, fala-se que irão perder a licença prêmio, que esses dias parados serão descontados, atrapalharão no processo de aposentadoria, ou que ocorrerá perda salarial, devido ao corte do ponto dos grevistas, e que as greves não tem eficácia, seria uma perda de dias letivos, que obrigatoriamente terão que ser recuperados. E ninguém quer trabalhar nas férias. Os argumentos são práticos e convincentes.

Mas existem outros argumentos que também tem um peso grande na categoria, a aprovação do Projeto de Lei 44, o qual a greve objetiva barrar consiste no início de privatização da Escola Pública no Estado do Rio Grande do Sul, a luta por aumento salarial, a nível nacional se operam outras políticas não menos nocivas a educação como a estagnação de verbas durante 20 anos para a educação, isso seria um grande golpe, tendo em vista que nesse Estado os salários dos professores já estão congelados, até o final desse governo, não se corrige nem a inflação.

O embate de posições foi travado, a adesão à greve foi parcial. Os professores desta escola, interromperam as atividades durante uma semana e voltaram ao trabalho depois de nova reunião. No estado, foi realizada uma greve de vanguarda, a direção do CPERS/Sindicato disse *“Estamos com 50% das escolas do Estado em greve, chegando a 40 escolas ocupadas, inclusive em cidades pequenas. Isso só reafirma que a escola tem que ser respeitada, porque mostra que estamos formando cidadãos que nos enchem de orgulho”*. O movimento produziu uma greve de 54 dias, foi a greve mais longa em 25 anos, neste período ocuparam o Centro Administrativo em Porto Alegre (CAFF), que foi um marco de pressionamento ao governo, protagonizado pelo movimento grevista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vimos que existem concepções históricas do trabalho docente que colaboram para uma desvalorização e não reconhecimento da docência enquanto profissão. Nesse sentido, entendida como atividade especializada e produtiva, uma forma de ocupação da população, principalmente mulheres.

Essas noções históricas remetem ao cuidado, que aproxima a uma concepção de maternidade, atividade considerada no sistema produtivo, como não produtiva, e delegada as mulheres. A sala de aula vista como uma extensão do lar, entendida como atividade complementar das mulheres, por isso poderia ser mal remunerada, tendo em

vista que na família tradicional, a tarefa de sustentar a família deveria ficar a cargo do pai, ou seja, do marido. As mulheres contribuiriam nas despesas domésticas, com uma renda complementar.

A atividade docente vista como um sacerdócio, reflete um estado social, na qual já foi permitido o trabalho fora, mas esse deve ser visto como uma religião, no qual o trabalho é visto como dever, como algo sagrado, sobre o qual não se pode rebelar, reprimindo a noção de auto-organização política para reivindicação, essa não seria uma postura de quem adere a algo sagrado.

É possível dizer que esses dois aspectos não contribuem para um processo de profissionalização que será verificado, somente a partir dos anos 1930 com a emergência de organizações profissionais do professorado, o CPERS/Sindicato surge em 1945.

Podemos perceber a centralidade da categoria trabalho, pois é através do trabalho, no seu caráter específico, da prática docente, que essas mulheres são acionadas a participação política, em instâncias de debate, ora conflitivas, ora de consenso. Veem-se na eminência de decisões e atitudes que irão manter seus postos de trabalho, na construção de ações nas quais dependem a valorização do seu trabalho.

Por outro lado, é possível apontar uma dimensão educativa dos docentes no processo de greve, em que são postos todos na mesma condição de trabalho, com salários muito parecidos, ou até iguais e estão induzidos a discutirem esta condição, ou seja, estão imersos em uma realidade que momentaneamente os unifica, trazendo elementos para a identificação. Emergem desse processo, laços de solidariedade, coleguismo, apoio, e entre tantas diferenças, se faz o reconhecimento do colega de trabalho, do qual se pode falar de problemas, inclusive e principalmente econômicos, desta relação surge um sentido de igualdade.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marília Pinto de. **Práticas de cuidado e trabalho docente**. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais. São Paulo: Xamã/ Fapesp, 1999. 247 p. Disponível em: <http://cutrs.org.br/governo-sartori-promete-ao-cpers-que-estudantes-em-escolas-ocupadas-nao-sofrerao-repressao/> Acesso em: 15 de abril de 2017.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. **Mulheres e homens em sindicato docente**: um estudo de caso. Cadernos de pesquisa. Vol.34, n.122, mai.ago.2004.

MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. **Ao som das sinetas do sacerdócio à confiança na luta movimentos docentes na rede pública estadual do rio grande do sul. (1979 – 1991)**. UNISINOS, 2017.

SANTOS, Luciana dos. COSTA, Reginaldo Rodrigues da. TREVISAN, Tatiana Santini. **Pesquisa ação e participante**: suas contribuições para o conhecimento científico. ANPED, 2004.

VIVIANI, Luciana Maria. VIEIRA, Daiane Antunes. **Práticas de cuidado e trabalho docente** Rev. Estud. Fem. vol.9 no.1. Florianópolis, 2001.

# PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E O DESAFIO DE UMA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE SANTA CRUZ DO SUL - EFASC

Deise Luana Grasel Petry<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Pedagogia da Alternância, EFASC, Instrumentos, Coordenação Pedagógica.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo relatar o trabalho da Coordenação Pedagógica da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul, localizada na região do Vale do Rio Pardo, cidade de Santa Cruz do Sul. A EFASC recebe estudantes de 10 municípios da região, filhas e filhos de agricultores, que escolheram a Pedagogia da Alternância como alicerce para sua formação. A origem de uma EFA na região, com ênfase no Ensino Médio e Técnico Profissionalizante na área da agricultura, surge com o objetivo de problematizar questões como: o êxodo rural, a monocultura do tabaco e o uso de agrotóxicos, além de buscar contribuir para a oferta de uma educação contextualizada para a juventude do campo. Diante disto compreendemos que a EFASC vem proporcionar para a região uma possibilidade do jovem diversificar a propriedade onde vive e de principalmente valorizá-la, enxergando nela a oportunidade de diversificação de culturas e a possibilidade de escolha de permanecer no campo com qualidade de vida.

É a Coordenação Pedagógica que organiza junto aos monitores, o Plano de formação da escola e o uso dos instrumentos pedagógicos dentro dele, perpassando por este contexto regional, organizando assim também as sessões dos estudantes, fundamentada sempre na partilha do saber entre diferentes atores, com diferentes saberes tanto científico como popular.

Através da Pedagogia da Alternância o estudante alterna tempo e espaço (familiar e escolar), utilizando instrumentos pedagógicos que auxiliam nesta formação, relacionando o processo de aprender ao viver, pois o estudante permanece uma semana na propriedade onde reside, denominada sessão familiar, realizando pesquisas,

---

<sup>1</sup> Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - deisegrasel@gmail.com

observações e experimentos, na outra semana permanece na escola denominada sessão escolar, onde “busca com os elementos trazidos da sessão familiar relacionar com as teorias, contextualizando assim o processo de ensino – aprendizagem através de sua realidade” (GIMONET, 2007).

## **METODOLOGIA**

Por meio de pesquisa bibliográfica e diálogos entre monitores e Coordenadora Pedagógica foi possível perceber que o trabalho desenvolvido pela Coordenação Pedagógica focando no processo de ensinar e aprender aplicado na escola é baseada na realidade do estudante, conhecer sua vivência para depois contextualizar os conteúdos estudados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A Pedagogia da Alternância se estrutura em instrumentos pedagógicos que auxiliam a ligação entre as alternâncias possibilitando a ação e reflexão entre teoria e prática num processo dialógico, ou seja, numa práxis educativa partilhada na qual o participar, o refletir e o agir fundamentam o ensinar e o aprender (FREIRE, 2005).

Focando no processo Pedagógico da EFASC irei abordar aqui os seguimentos que organizam a proposta metodológica da mesma, os Instrumentos Pedagógicos e a Organização Curricular que é baseada no Plano de Formação, pois os conteúdos curriculares seguem o Plano de Formação a partir de temas geradores para cada turma, “partindo da experiência e da partilha para ir em direção à reflexão através do compartilhamento e socialização com os diferentes saberes” (VERGUTZ, 2013).

Atualmente a EFASC, utiliza os seguintes instrumentos pedagógicos; Plano de Estudos (pesquisa semanal realizada na sessão familiar, com a família, na comunidade e no município), Colocação em Comum (socialização da pesquisa do Plano de Estudos, para colegas e monitores, através de expressão oral), Caderno de Acompanhamento (é a comunicação entre a escola, família e estudante, registrando o que acontece tanto na sessão familiar quanto na sessão escolar), Tutoria (acompanhamento personalizado de Monitor (Tutor) para com o estudante, é um momento de conversa entre monitor o estudante sobre assuntos diversos), Visita às Famílias (realizadas pelos monitores, acontece na sessão familiar do estudante, tem o objetivo de conhecer a realidade do jovem e acompanhá-lo em suas atividades práticas na propriedade), Visitas de estudos

(são atividades complementares ao tema do Plano de Estudos, onde jovem tem a oportunidade de conhecer experiências concretas vinculada a pesquisa do P.E), Colaborações externas (são atividades realizadas por pessoas externas da escola, relacionando com a temática do Plano de Estudo), Seminário de Aplicação (acontece no 2º ano de formação do estudante com o objetivo de relacionar a teoria com a prática, pois é o momento do estudante apresentar seus experimentos e aplicações realizados na propriedade), Seminário de Qualificação (acontece no início do 3º ano, é o momento do estudante apresentar e qualificar o tema do seu (PPJ), momento de reflexão do estudante junto aos monitores sobre o tema escolhido), Projeto Profissional do Jovem-PPJ (resume as aprendizagens práticas e teóricas do estudante durante os anos de estudos, no 3º ano precisa sistematizar seu projeto, escolhendo um projeto técnico para desenvolver junto com a família voltado para a necessidades da propriedade). e o Estágio de Vivências (acontece através do intercâmbio entre os estudantes da EFASC, são formadas duplas de intercambistas que permutam entre si, proporcionando ao estudante trocas de saberes, partilha, experiências e práticas, intercambiar costumes e relações familiares, comunitárias e, principalmente, de vivência com toda a riqueza de diversidade social, econômica e cultural da região do Vale do Rio Pardo.

Vejo, portanto, o Plano de Formação como organização de todos os Instrumentos citados a cima, é através dele que se organiza as sessões tanto escolar como familiar, “ele organiza e permite a gestão das operações pedagógicas da escola” (GIMONET, 2007).

Percebe-se que a vivência com a Pedagogia da Alternância, com seus vários instrumentos pedagógicos, possibilitam ao jovem manter o vínculo com a família e a comunidade ao mesmo tempo em que está na escola construindo sua formação.

## **CONCLUSÃO**

Através dos estudos realizados neste período foi possível perceber o quanto o trabalho da Coordenação Pedagógica da EFASC é fundamental nesse processo pedagógico, pois pensar a escola e seus processos educacionais exige muitos desafios, entre eles desmontar as barreiras já construídas nos estudantes pelas escolas tradicionais, onde o estudante não tem voz nem vez, muito menos contribui com algum conhecimento dentro do espaço educativo, portanto passa - se a derrubar os muros da escola para utilizar os saberes da vida.

Devido a este trabalho pedagógico transformador desenvolvido na EFASC, vem se consolidando cada vez mais a EFA junto à comunidade regional, possibilitando o reconhecimento dessa proposta de educação junto ao poder público e a sociedade, num conjunto de esforços, somando Associação de Pais, Monitores e estudantes. Pois a EFASC, vai sendo reconhecida pelo seu trabalho e resultados alcançados, através dos estudantes motivados e ativos em suas comunidades e das turmas já formadas atuando como agricultores, universitários e técnicos agrícolas.

Por isso a Pedagogia da Alternância vai muito além de uma proposta de ensino, ela parte sempre da realidade do estudante, olhar, observar e refletir para depois perceber a realidade de vida, permitindo assim que os mesmos articulados com suas famílias possam transformar sua própria realidade e meio onde vivem.

## **REFERÊNCIAS**

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 28ª ed, 2005.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke. **Aprendizagens na Pedagogia da Alternância da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul**. Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, 2013.

ARPILLERA: um processo político pedagógico feminista de articular a vida e a luta da mulher do campo

Eliane Godinho<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Artesanato, Pedagogia Feminista, Mulheres do Campo.

**Resumo:** Pensar o artesanato como uma ferramenta política pedagógica através dos contributos da pedagogia feminista e da educação popular num espaço informal de educação foi o que motivou a realização deste trabalho, que aqui aborda um breve recorte da pesquisa realizada durante a elaboração da dissertação de mestrado da proponente. Pesquisa esta realizada em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra no extremo sul do Brasil. A pesquisa, assim como este trabalho, visa contribuir para a humanização dos sujeitos, anunciando e denunciando a opressão vivida pelas mulheres do campo, entre elas as assentadas do MST, no processo de luta pela terra e pela reforma agrária até os dias atuais, compreendendo que as dificuldades não cessam quando recebem o lote. Percebendo como se dá o processo de empoderamento das mulheres através das oficinas de artesanato, refletindo com elas as contribuições da pedagogia feminista e da educação popular para a (re)significação de seus saberes e conhecimentos, num processo político pedagógico de articular a vida, através do bordado de Arpillera, também articulando conhecimento empírico e conhecimento sistematizado, proporcionando reflexões e sistematizações sobre a práxis educativa e de existência.

## INTRODUÇÃO

O trabalho deseja contribuir para a humanização dos sujeitos, anunciando e denunciando a opressão vivida pelas mulheres do campo no processo de luta pela terra e pela reforma agrária até os dias atuais, compreendendo que as dificuldades não cessam quando recebem o lote. Nesse sentido, pensar o artesanato como uma ferramenta política pedagógica através dos contributos da pedagogia feminista e da educação popular num espaço informal de educação foi o que motivou a realização deste trabalho, o qual é um recorte da pesquisa realizada durante a dissertação de mestrado da proponente. O artesanato é o grande artifício para fomentar a discussão sobre trabalho feminino, resistência e poder pelo viés da educação popular. Visto como uma proposta pedagógica, o artesanato desafia a construir novos conhecimentos, partindo das vivências e experiências, sem deixar de ser relacionado com os conhecimentos já produzidos, além de buscar novas técnicas, no caso o bordado de Arpillera. Por isso ele se torna uma rica e potente alternativa dialógica, pano de fundo problematizador da temática que envolveu a proposta de investigação e discussão.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação do PPGE/FaE/UFPel. E-mail: wlianegodinho@gmail.com. CNPq.



## **METODOLOGIA**

### **Artesanato Como um Processo Político Pedagógico de Artesanar**

Partindo dos atravessamentos, das relações e das memórias, trazer o artesanato à tona para discuti-lo como potencializador da produção de subjetividades das mulheres envolvidas no processo investigativo da pesquisa. Esta partiu das oficinas de artesanato para discutir opressão de gênero, resistência, ser mais, entre outros assuntos, problematizando o trabalho feminino, proposta central da dissertação. Dessa forma, o artesanato é mais um elemento da pedagogia feminista para problematizá-lo como um processo político e pedagógico, através da pesquisa participante e da pesquisa formação, utilizando-se das histórias de vida principalmente.

Almejando romper com o silenciamento das lutas femininas em relação ao mundo do trabalho e suas implicações, mas também pensando juntas outras possibilidades de existir, criar e problematizar a educação para além dos espaços formais de ensino aprendizagem, em oficinas coletivas de artesanato, como criação e (re)criação de suas peças e de si, utilizando-se destes espaços para, também, a (re)significação do vivido e experienciado, além da confecção de peças artesanais.

Além disso compomos um “novo” produto elaborado e pensado coletivamente, que através do diálogo nas oficinas de criação e (re)criação foi possível assumi-lo como essencial à relação humana, com práxis social e política com a outra companheira, com a educadora, com o grupo. Tais oficinas de criação ocorreram em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra, no interior de Pinheiro Machado - RS, denominado Assentamento Santa Inácia.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O artesanato, geralmente vinculado ao universo feminino, divide opiniões, gera polêmica e discussões em torno do preconceito de gênero, de trabalho, renda, subjetividades, resistência, saber... Assim, ele é o pano de fundo para problematizar a temática que envolve a proposta de investigação. É necessário salientar outros pontos de vista que percebem o trabalho artesanal realizado por mulheres, um deles é o de que ele aliena e serve como manutenção dos jogos de poder exercidos em nossa sociedade ainda tão machista, patriarcal e capitalista.

Tal pensamento, alguns anos atrás, permeava a construção social que muitas mulheres tinham acerca do trabalho artesanal, alvo da crítica de grupos feministas. Visto

que, para muitas, ele serve como um aparelho de alienação, por ser mais uma atividade feminina realizada no espaço privado de cuidado e atenção ao lar.

Vale ressaltar que Silva (2011) traz à tona essa discussão sobre o trabalho da mulher realizado no espaço privado, onde salienta que Cèlia Amorós (1994),

[...] desenvolve a ideia de que é a partir do público que as pessoas se reconhecem e são reconhecidas como sujeitos. De acordo com essa lógica, no espaço público os sujeitos se encontram como iguais, enfim, é ali que o contrato social se estabelece. Relegadas ao espaço privado, as mulheres estão excluídas do contrato [...] as atividades ditas femininas, e que são as desenvolvidas em espaços privados, são as mais desvalorizadas socialmente, entre elas podemos situar o artesanato (SILVA, 2011, p.100-101)

Por outro lado, fomentamos a concepção de que o artesanato autoriza, permite, liberta, gera renda, permite a explosão criativa e curativa das dores físicas e da alma. Além de poder promover um processo político educativo, um trabalho elaborado, composto individual e estímulo a sororidade que Lagarde y de Los Ríos (2005) nos fala, da empatia e reinvenção do poder que Freire aborda, bem como a luta pela emancipação feminina que Amorós também nos fala.

Portanto, levando estas questões em conta, a proposta deste trabalho é investigar como esse saber autoriza, politiza e potencializa as experiências vividas por essas mulheres tendo, neste caso, várias técnicas de artesanaria. Em especial o trabalho de “Arpillaria” como um agente agregador, um saber constituído nos espaços não formais de educação que também estimula a perceber o poder do artesanar e a proporção que este saber tem na vida destas mulheres, como elas se autorizam, se articulam e se apropriam do bordado para compor e enfrentar a vida, como cria e recria, reinventa e (re)significa a vida.

A Arpillaria ou Arpillera é uma técnica têxtil chilena que possui raízes numa antiga tradição popular iniciada por um grupo de bordadeiras chilenas. As arpilleras originais eram montadas em suporte de aniagem, pano rústico proveniente de sacos de farinha ou batatas, geralmente fabricados em cânhamo ou linho grosso, por nós mais conhecido como juta. Toda a costura é feita à mão, utilizando agulhas e fios. Importante ressaltar que nos primórdios dessa construção as primeiras bordadeiras usavam como tecidos nos bordados as roupas dos seus familiares desaparecidos políticos no período da ditadura chilena. Por isso constituem um trabalho que não só é uma peça artesanal com fins estéticos, mas uma forma de expressão popular, de luta, resistência e, muitas vezes, denúncia – por isso o seu caráter político.

Partindo dos pressupostos da educação popular comprometida com a educação libertadora/transformadora dos sujeitos e, ainda, em diálogo com a proposta pedagógica feminista, projetou-se um trabalho de relevância social também comprometido com as classes populares. Tanto uma como a outra estão subentendidas como um processo de conscientização e atuação social. Dessa forma, aproximar as duas pressupõe, além de uma proposta política de educação, promover uma discussão filosófica a respeito. Que consideravelmente embasadas nos contributos freirianos de educação, ultrapassaram o contexto latino-americano e foram e tem sido retomados e relidos por diversas educadoras e educadores críticos, instigadas e instigados pela concepção freiriana de educação (OCHOA, 2008).

As pesquisadoras Bartra e Eggert (2016) têm investigado artesanato e arte popular refletindo sobre gênero, feminismos e mulheres na América Latina. Elas ressaltam que essa cultura popular é criada pela classe social mais carente, é uma arte popular que muitas vezes recebe o nome de artesanato. Para elas, a “arte popular compõe tanto a cultura popular quanto o artesanato. Toda arte popular é artesanal, mas nem tudo o que é artesanal integra a arte popular. A arte popular pode ser urbana ou rural” (BARTRA; EGGERT, 2016, p.158).

Através das oficinas e das reflexões sobre suas experiências elas têm a oportunidade de trocar conhecimentos populares, os quais também estão relacionados a realidade do campo. Com isso, as mulheres têm

"la capacidad de producir y recrear conocimientos a partir del encuentro de sus experiencias, el intercambio de informaciones y del diálogo de saberes" y que se requiere que asuman su opresión, no como víctimas, sino como sujetos históricos con capacidad de cambiarse y su entorno (OCHOA, 2008, p.97).

Através de sugestões educativas baseadas num processo de conscientização de acordo com os aspectos metodológicos propostos pela Pedagogia Feminista, estes

se realizan a través de dispositivos muy variados como son: talleres, círculos de discusión, grupos d. reflexión, encuentros, conferencias, foros de discusión, cursos, seminarios, reuniones regionales, educación a distancia (videoconferencias y actividades y discusiones em línea), material didáctico (manuales, videos, cartillas, boletines) y en algunos casos, programas de radio (OCHOA, 2008, p.104).

Todas estas atividades enfocam conteúdos e técnicas didáticas baseadas na educação popular compreendida como libertadora, que problematiza o patriarcado, a exploração e o sistema capitalista opressor em que vivemos, além de discutir a vida da

mulher camponesa, pois elas trabalham com hortas, sementes, plantas medicinais, com o leite e derivados, além de produzirem o artesanato. Todas essas atividades são consideradas dentro do espaço privado, pois

No caso das camponesas, o privado se estende ao redor da casa, aos pequenos animais, à produção e preparação da alimentação, tarefas que também estão ligadas ao que seria considerado como obrigação das mulheres, relacionadas aos cuidados (CINELLI; RIBEIRO, 2016, p.209).

Por isso da importância de se ter uma visão mais abrangente do seu trabalho tanto em casa como no campo, problematizando também a divisão sexual do trabalho e as relações de poder. Dentre os resultados importantes tem-se a valorização e a contribuição do artesanato como uma ferramenta política, no processo de tomada de consciência de si, como sujeito histórico no real sentido político da educação, além de um elemento símbolo da resistência, da ousadia, de existir no e com o mundo.

Portanto a proposta feminista busca justiça social ao falar nessas mulheres, pois intenciona visibilizar os processos vividos por elas, mulheres do campo, e suas lutas individuais e coletivas pela subsistência, através das histórias de vida escritas e bordadas como “objeto” da ciência. O que também é uma forma feminista e revolucionária de fazer ciência.

## REFERÊNCIAS

BARTRA, Eli; EGGERT, Edla. Estudos feministas, arte popular e educação popular – aproximações e aprendizagens. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga. (Org.). **Estudos feministas, mulheres e educação popular**. Curitiba: CRV, 2016. p.157-168.

CINELLI, Catiane; RIBEIRO, Marlene. Educação popular e mulheres camponesas. In: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga. (Orgs.) **Estudos feministas, mulheres e educação popular**. Curitiba: CRV, 2016. p.201-214.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Para mis socias de la vida**: Claves feministas para el poderío y la autonomía de las mujeres. Madrid: JC Producción Gráfica, 2005b.

OCHOA, Luz Maceira. **El sueño y la práctica de sí**. Pedagogía feminista: uma proposta. 1ª ed. México: Centro de Estudios Sociológicos, Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, 2008.

SILVA, Márcia Alves da. (Org.). **Gênero, sexualidade, educação e conhecimento**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2011.

**Palavras-chave:** Agricultora, Mulher, Educação do Campo.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como objetivo relatar os sentimentos de uma educanda na sua constituição enquanto mulher, estudante e agricultora na Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC, moradora da localidade de Linha Pinhal no município de Herveiras.

A EFASC é uma escola que oferta os cursos de ensino médio e técnico em agricultura a partir da Pedagogia da Alternância na região do Vale do Rio Pardo no Estado do Rio Grande do Sul. Se apresenta enquanto uma associação de agricultores e agricultoras que buscam através da Pedagogia da Alternância um ensino contextualizado com o campo para seus filhos e filhas pensando em problematizar e desenvolver esse campo e suas relações.

## **METODOLOGIA**

A proposta deste trabalho caminha pelo viés da auto-narrativa das experiências vivenciadas no transcorrer dos vinte e seis meses como estudante da EFASC a partir da Pedagogia da Alternância tendo buscado algumas aproximações com os pensamentos de Paulo Freire, em especial, no que diz respeito à horizontalidade de saberes tendo a comunicação/diálogo como ferramenta de aprendizagem.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O trabalho versará sobre minha constituição enquanto mulher, estudante e agricultora após conhecer e fazer parte da EFASC. Este relato será embasado na minha vivência cotidiana da minha realidade e neste íterim, o contexto em que a mulher agricultora está inserida, juntamente da minha visão a partir da experiência e vivência

---

<sup>1</sup> EFASC (Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul).

<sup>2</sup> EFASC (Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul).

nesta escola que integra o diálogo e discussões problemáticas da nossa sociedade, sendo esta, a relação da agricultora em seu meio de vida e na agricultura.

Percebemos que primeiramente as escolas do campo devem ser voltadas a realidade em que vivemos, tendo de fato, o estudo da nossa realidade enquanto filhas e filhos de agricultores e agricultoras, buscando também a reflexão e aprendizado sobre questões de gênero. Evidentemente, que as políticas públicas devem englobar o acesso das mulheres e de seus direitos, assim como nós jovens constituintes desta sociedade, versando reconhecer o papel da mulher agricultora dentro das propriedades rurais e do seu papel fundamental na agricultura, portanto, devemos ter governantes e representações de mulheres em nossa política, possibilitando a discussão e a nossa intervenção nesta sociedade patriarcal, machista e colonial.

### **EFASC e Eu: encontros e desencontros**

Conheci a EFASC ao estar concluindo a oitava série na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maurício Cardoso presente na minha comunidade chamada Linha Pinhal, através da apresentação dos educandos que estudavam na EFASC. Despertou-me interesse em saber minimamente o processo da escola, principalmente pelo fato de estar interligada a agricultura, porque sempre tive esse vínculo e esse gosto de trabalhar na terra.

A partir daquele momento realizei juntamente da minha família, a inscrição na escola (2014), tendo o primeiro contato. A segunda etapa, foi realizar a entrevista com as monitoras/monitores algumas semanas depois da realização da inscrição, e então consegui fazer parte da tão esperada EFASC, um sonho realizado, de muita expectativa voltada somente a formação técnica agrícola. Porém, ao ir conhecendo o processo da escola, pude ir percebendo que precisamos tanto da parte técnica quanto social, para podermos nos reconhecer dentro do espaço que vivemos, e afirmar ainda mais que moramos na roça.

Iniciei minha caminhada na EFASC em 2015 através da pedagogia da alternância, fazendo com que no início tivesse um certo estranhamento pelas pessoas da comunidade, pelo fato de ser uma menina “dormindo” na escola e tendo em maior número, meninos. Dentro deste panorama, a escola vem com indagações e visões diferentes de mundo, que não é a mesma que reproduzimos nesta sociedade patriarcal, colonial e capitalista, por isso realizamos diálogos com todas/todos jovens sobre questões de gênero e feminismo.

Na escola realizamos debate sobre a mulher/jovem/agricultora e como nós mulheres somos vistas diante dessa sociedade que estamos inseridas, iniciando essa vivência e observação na família, em que começamos a perceber as falas machistas, homofóbicas e racistas. A partir de então, já temos outro debate que é a realização de práticas na propriedade, porque na nossa escola trabalhamos com a teoria e prática, vice-versa. Por ser mulher/jovem/técnica agrícola já somos questionadas se somos capazes de realmente realizar essas práticas, evidentemente que a nossa resistência é ainda maior para ter um espaço dentro da propriedade mostrando que conseguimos realizar essas atividades, tão bem quanto os meninos.

Desde o início da minha vivência na EFASC, percebi o diferencial primeiramente na relação conjunta e dialogada entre monitores, monitoras e nós jovens, sendo que até mesmo nas aulas teóricas e práticas, temos essas trocas de saberes, sendo que não construímos uma verticalidade entre todos nós, mas um horizonte em que olhamos para o mesmo sentido e compartilhamos tanto saberes científicos quanto saberes populares, os quais trazemos de casa, da nossa avó, avô, pai, mãe e comunidade. A escola fez com que eu olhasse o campo e todas as situações pelas quais vivo de uma maneira crítica, como princípio, o diálogo. Contribuiu para que eu pudesse ver o quão rico é o campo e a necessidade de ter escolas voltadas a realidade onde vivemos e estamos, percebendo que aqui na roça também aprendemos muito, com todas as pessoas que estão ao nosso redor, porque elas também possuem o saber, sendo este o da experiência vivida e o aprendizado com a vida, por mais que não tenham conseguido completar o ensino fundamental e médio.

Poder me ver quanto mulher do campo, que também quero opinar e tomar decisões dentro da propriedade juntamente da minha avó Ilma e da minha mãe Tania, observando as mulheres que a minha volta estão e que também possuem muito saber e essas estão tão presentes e ativas, quanto o homem na agricultura. A mulher tem um papel fundamental dentro disso, e nós meninas presentes na EFASC podemos ser menores em número relacionada a quantidade de meninos, mas estamos muito presentes e ativas em voz.

Com essa vivência que a EFASC me proporcionou, pude visualizar minha mãe dentro desse processo e perceber que na semana que estou na escola, é ela quem dá continuidade nas minhas práticas e eu sei que vai ser ela que vai continuar resistindo comigo para a agricultora ser (re)conhecida e também ter o direito de opinar nas decisões da propriedade/família.

A escola proporcionou para que eu conhecesse primeiramente a mim mesma, família, comunidade e o município, mas principalmente enxergar as pessoas que aqui estão, o quanto contribuem para a minha formação, na realização das entrevistas para realizar o plano de estudos, porque aprendemos tanto na escola quanto no campo.

## **CONCLUSÃO**

A EFASC me aproxima da minha realidade pelo fato de ser uma educação dialogada e o conhecimento construído em conjunto, em que a minha família é o essencial dentro desse processo, pois coletivamente formamos uma educação voltada a nós filhos e filhas de agricultores familiares, que compartilham saberes e que temos uma filosofia de vida.

Sobretudo, a escola constrói amizades e além disso, uma família, nós todos somos uma grande família, que compartilhamos saberes, lutamos por nossos ideais, que oportuniza as trocas de vivência, que constrói uma educação reflexiva.

A EFASC mudou tudo na minha vida, tornou-se minha segunda família e me faz dialogar cada vez mais com as pessoas que estão presentes na minha realidade, compreendendo a EFASC como diz Paulo Freire, um lugar de encontro, no qual “neste lugar de encontro não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais” (2011, p.112). E por isso citarei a seguinte frase que lutamos diariamente: “Educação do campo é direito e não esmola”.

## **REFERÊNCIAS**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 50. ed. 2011.



## EXPERIÊNCIA COM MULHERES RURAIS

Simone Teresinha Mallmann<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Mulher rural, Valorização, empoderamento, EFASC.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência realizada no interior de Venâncio Aires, com cerca de 60 famílias atendidas, dando ênfase a questão da mulher rural, sua valorização, empoderamento e destaque dentro das propriedades. Foi realizado através da Chamada Pública da Agroecologia, desenvolvida pela Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência Técnica – COOPSAT, vinculada ao Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Também procura destacar o vínculo deste trabalho, com a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC.

### METODOLOGIA

O trabalho foi realizado através de visitas as propriedades, cursos, seminários e intercâmbios. As visitas tinham o objetivo de ter um contato mais próximo com a família, levantamento de dados, situação social, financeira da mesma, observação da propriedade, quais as principais culturas produzidas, e incentivo mais direto da diversificação e empoderamento da mulher, já que na maioria dos casos, a mulher é responsável pelo trabalho doméstico, e ainda participa do trabalho nas lavouras, sendo muitas vezes prejudicada, não tendo autonomia para participar das decisões da propriedade, destino dos lucros, investimentos, entre outros.

### RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os cursos visavam resgatar conhecimentos que se perderam através dos anos, a sabedoria popular, a agroecologia, pois como diz FREIRE (2003) “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”, bem como a valorização da mulher, tendo cursos específicos para elas. Também foram realizados intercâmbios com o objetivo de mostrar na prática, outras

---

<sup>1</sup> Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC.

realidades, outras propriedades, e experiências de associações de mulheres, por exemplo, que deram certo.

Houve também um seminário específico para mulheres, onde foi destacada a sua importância dentro da propriedade, através de poesia, músicas, dinâmicas de grupo e formação com mulheres militantes do Movimento. Uma das poesias utilizadas foi a de Carlos Drummond de Andrade, *As Mulheres são Fantásticas*:

*A Mãe e o Pai estavam assistindo televisão, quando a Mãe disse:*

*- Estou cansada e já é tarde, vou me deitar!*

*Foi à cozinha fazer os sanduíches para o lanche do dia seguinte na escola, passou água nas taças das pipocas, tirou a carne do freezer para o jantar do dia seguinte, confirmou se as caixas dos cereais estavam vazias, encheu o açucareiro, pôs tigelas e talheres na mesa e preparou a cafeteira do café para estar pronta para ligar no dia seguinte.*

*Pôs ainda umas roupas na máquina de lavar, passou uma camisa a ferro pregou um botão que estava caindo. Guardou umas peças de jogo que ficaram em cima da mesa, e pôs o telefone no lugar.*

*Regou as plantas, despejou o lixo, e pendurou uma toalha para secar.*

*Bocejou, espreguiçou-se, e foi para o quarto.*

*Parou ainda no escritório e escreveu uma nota para o Professor do filho, pôs num envelope junto com o dinheiro para pagamento de uma visita de estudo, e apanhou um caderno que estava caído debaixo da cadeira.*

*Assinou um cartão de aniversário para uma amiga, selou o envelope, e fez uma pequena lista para o supermercado. Colocou ambos perto da carteira.*

*Nessa altura, o Pai disse lá da sala:*

*“Pensei que você tinha ido se deitar”.*

*“Estou a caminho” respondeu ela. Pôs água na tigela do cão e chamou o gato para dentro de casa. Certificou-se de que as portas estavam fechadas. Espreitou para o quarto de cada um dos filhos, apagou a luz do corredor, pendurou uma camisa, atirou umas meias para o cesto de roupa suja e conversou um bocadinho com o mais velho que ainda estava estudando no quarto.*

*Já no quarto, acertou o despertador, preparou a roupa para o dia seguinte e arrumou os sapatos.*

*Depois lavou o rosto, passou creme, escovou os dentes e acertou uma unha quebrada.*

*A essa altura, o pai desligou a televisão e disse:*

*“Vou me deitar”. E foi. Sem mais nada.*

*Notaram aqui alguma coisa de extraordinário? Ainda perguntaram por que é que as mulheres vivem mais...*

*E são tão MARAVILHOSAS?*

*PORQUE SÃO MAIS FORTES...*

*FEITAS PARA RESISTIR...*

*“Existem muitos motivos para não se amar uma pessoa, mas apenas um para amá-la”.*

Através deste poema, foi feita uma tarde de reflexões sobre o papel da mulher rural, sua importância e valorização, pois como já diz Chimini (2015) “as desigualdades de gênero perpassam todos os segmentos da sociedade e as desigualdades e preconceitos são, muitas vezes, sutis”.

É importante salientar que tudo isso só aconteceu, após minha formação na EFASC, onde obtive o certificado de Técnica Agrícola, e pude exercer, assim, a profissão. Obtive, além do certificado, todo conhecimento, toda a humanização que me foi muito útil nesta minha caminhada, pois após a EFASC, tudo teve outro sentido, passei a enxergar os detalhes em tudo, propriedade, famílias. Isso me ajudou muito, pois a forma de tratamento que tinha com os e as agricultores e agricultoras, foi o reflexo de tudo que aprendi na EFASC.

## **CONCLUSÃO**

Após este trabalho, notou-se que a mulher nas famílias, mesmo que timidamente, toma seu verdadeiro lugar nas propriedades, ajudando nas decisões e discussões da mesma. Houve também muita conscientização de toda família, entendendo o valor que a mulher tem, em todos os espaços, não somente na propriedade, mas também fora.

Nota-se também a expressiva satisfação delas quanto ao serviço prestado, muitas vezes só por ter alguém que as ouça. A carência de amigadas, ou até mesmo de profissionais da área de assistência que possam ajudar essas famílias a melhorarem a sua situação, é muito grande.

Ao mesmo tempo a gratificação de ver o sorriso no rosto de cada uma das mulheres é imensurável. Saber que se está fazendo a diferença na vida dessas pessoas, com o que para outras, pode ser somente um detalhe.

Ainda é importante destacar que a EFASC tem papel fundamental no sentido de minha formação, tendo uma visão panorâmica e humanizada para com as famílias, por ter um ensino diferenciado, voltado para a realidade do campo, do dia-a-dia dos (as) jovens agricultores (as).

## **REFERÊNCIAS**

CHIMINI, Letícia. **Gênero no meio rural**: a mulher na diversificação produtiva, no contexto da monocultura do tabaco, no município de Agudo/RS- Brasil. Universidade de Santa Cruz do Sul, abril 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**, saberes necessários à prática educacional. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

## **GRUPO DE TRABALHO 4: HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS MULHERES E LITERATURA EM DIÁLOGO**

**Coordenadoras:** Michelle Vasconcelos (FURG/PUCRS) e Rita Grecco (FURG)

No romance *Abadia de Northanger*, publicado em 1817, a escritora inglesa Jane Austen fez uma crítica sobre a ausência das mulheres na História “solene”, em que figuram apenas homens. A escritora em suas obras problematizava os papéis sociais atribuídos às mulheres, construindo uma espécie de denúncia dessas relações e da falta de autonomia e da participação das mulheres na vida pública. Virgínia Woolf, já em 1929, em *Um teto todo seu*, discute sobre a necessidade de as escritoras de ficção terem a sua autonomia e independência financeira para poderem escrever. Assim como Jane Austen, Virgínia questiona a ausência das mulheres na Literatura, na História, nas Universidades, e, inclusive o difícil acesso das mulheres à educação e aos livros. A obra foi escrita a partir de uma conferência dada por Virgínia. Embora encontremos na literatura, desde o século XV, com Cristina de Pizán, a discussão sobre a desigualdade entre os sexos, a dificuldade de acesso das mulheres ao conhecimento, ou seja, a própria participação das mulheres na vida pública, é apenas no século XX, com a Geração dos Annales, mais especificamente, a terceira geração, na década de 1970, que a mulher passa a ser tema de investigação dentro da História, e vai se construir uma História desse sujeito invisibilizado dentro do sistema patriarcal, dadas as relações de gênero dominantes, considerando os contextos específicos, as questões de etnia, nacionalidade, classe, etc. Partindo das relações entre História, Memória e Literatura, o presente GT acolhe propostas que discutam a produção literária e intelectual de autoria feminina e o seu contexto e meios de produção, a história dessas mulheres escritoras e de como elas constroem seus discursos em determinados contextos e estruturas sociais de opressão, discursos, muitos dos quais, de denúncia da opressão patriarcal e de busca da autonomia, liberdade e igualdade femininas.

O simpósio, que teve como proposta discutir e refletir sobre a memória e história das mulheres na produção literária e intelectual de autoria feminina, acolheu seis apresentações desenvolvendo um debate profícuo, convergindo os vários temas da produção de autoria feminina para as questões da opressão de gênero, e contextos e estruturas sociais em que as mulheres vivem. Foram os trabalhos apresentados 1. O CORPO FEMININO COMO REPOSITÓRIO DA LOUCURA, de Ana Carolina

Tavares Sousa, que abordou a associação entre o gênero feminino e a loucura, sendo um de seus objetivos analisar a relação entre a condição feminina e os diagnósticos médicos acerca da "histeria"; 2. A MÁQUINA DO GÊNERO EM A OTÁRIA DE MÁRCIA TIBURI, de Jade Bueno Arbo e Luana de Carvalho Krüger, que, a partir da posição do narrado e da simbologia dos conto, , realizou uma análise do sistema representado no conto a partir dos conceitos de performatividade do gênero apresentadas por Judith Butler em seu livro *Problemas de Gênero*, bem como as discussões apresentadas por ela em *Excitable Speech* acerca da interpelação do sujeito através da linguagem; 3.

O DIÁRIO DE CECÍLIA DE ASSIS BRASIL: ANALISANDO DISCURSOS SOBRE MULHERES, PAMPA E NATUREZA, de Juliana Corrêa Pereira Schlee, Dárcia Amaro Ávila e Paula Corrêa Henning, trata-se de um estudo inicial que se deteve na literatura, e neste caso no Diário de Cecília de Assis Brasil (período 1916-1928, publicado em 1983) organizado por Carlos Reverbel, para analisar alguns discursos sobre a mulher, o Pampa e a natureza; 4. A MATERNIDADE DESMISTIFICADA NO CONTO XX + XY DE GIOVANNA MADALOSSO, de Luana de Carvalho Krüger e Jade Bueno Arbo, que realizaram uma análise acerca da narrativa, utilizando como referencial teórico Judith Butler e Simone de Beauvoir, acerca do papel da mulher na sociedade e da maternidade, mostrando, ainda, como o conto apresenta a maternidade de forma desmistificada, desconstruindo conceitos quanto à mãe ideal e do instinto materno como inerentemente feminino, e subvertendo o horizonte de performances de gênero prescritas ao sujeito-mãe; 5. CAROLINA E ZELI: DUAS VOZES DE RESISTÊNCIA DA PERIFERIA, de Giselle Silveira da Silva e Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento, que teve como objetivo analisar algumas similaridades e diferenças entre essas duas vozes femininas que registraram, denunciaram a vida na periferia e, principalmente, deram voz a diversas outras mulheres que estão “invisíveis” nas periferias da nossa sociedade, e, 6. “COMO SER MULHER” NO ALVORECER DO SÉCULO XX EM PELOTAS/RS: VEICULAÇÕES DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NO PERIÓDICO DIÁRIO POPULAR (1909-1930), de Rita de Cássia Grecco dos Santos, cuja apresentação é subsidiária da pesquisa “A educação das meninas em Pelotas: as implicações da cultura escolar produzida no Internato Confessional Católico do Colégio São José” e teve o objetivo de analisar as principais representações sociais veiculadas na imprensa sobre “como ser mulher” nas primeiras décadas do século XX, em Pelotas, e o possível impacto na produção de sua identidade de gênero.

“COMO SER MULHER” NO ALVORECER DO SÉCULO XX EM PELOTAS/RS:  
veiculação de representações sociais de gênero no periódico Diário Popular (1909-1930)

Rita de Cássia Grecco dos Santos<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Representações Sociais, Gênero, História da Educação, Formação de Professores.

## INTRODUÇÃO

Ao longo de sua constituição como sujeitos e por extensão da constituição de sua história, homens e mulheres recorrentemente têm mantido uma atitude de busca para procurar explicar a si próprios, as relações entre si, bem como a própria relação com a natureza, no intento de produzir interpretações sobre as distintas realidades. Porém, clássica, machista e limitadamente falando – ou ainda, assumindo a inculcação continuada de uma Ciência masculina, tributária de nossa tríplice ancestralidade greco-judaico-cristã, como argumenta Chassot (2006, p.45-46) – poderíamos dizer que as redes discursivas em torno de como se dão, como se percebem ou ainda como se interpretam e vivenciam estas relações são atribuídas a uma construção arquetipicamente masculina e ocidental, hermeticamente acondicionada e aprisionada em alguns modelos explicativos – que, com certeza, não dão mais conta de explicar e/ou interpretar as realidades ou a dita “realidade moderna”. Nesse sentido, se pensarmos que de acordo com Hall (1997), os significados que compartilhamos na cultura, não são constantes, fixos, nem preexistem como coisas no mundo social, mas são produzidos constantemente em diversas instâncias sociais como a família, os meios de comunicação e a escola, e em distintos campos de saberes como a Antropologia, a Psicologia e a Educação, circulando através de diferentes processos ou práticas culturais, as ditas representações são tributárias de contextos socioculturais temporalmente localizados. E, como explica Silva:

Tais significados inscrevem diferentes marcas nos corpos, moldam e regulam as percepções, os gestos, os sentimentos, os valores, as crenças, os hábitos, as maneiras de ser, de perceber a si e aos demais, e de agir como mulher ou homem [...] (2008, p.91).

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação – Filosofia e História da Educação pelo PPGE-FaE/UFPEL. Professora do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da FURG, Rio Grande/RS. E-mail: [ritagrecco@yahoo.com.br](mailto:ritagrecco@yahoo.com.br)

Deste modo, tais representações sobre “como ser homem” e “como ser mulher” acabam por contribuir à manutenção, difusão e reprodução de uma série de práticas sociais como de hierarquização e conseqüente desigualdade entre homens e mulheres, sendo que, nesta trama de relações de poder são reforçados, portanto, processos de exclusão e discriminação – sobretudo, em relação às mulheres. É fundamental que tenhamos em conta que “[...] o ofício de historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino [...]”, bem como que “[...] os campos que abordam são os da ação e do poder masculino [...]” (PERROT, 1992, p.185).

Assim sendo, reconhecemos que os meios de comunicação social – no que concerne especificamente neste resumo à imprensa escrita, através do periódico “Diário Popular”<sup>2</sup> – exercem na atualidade e têm exercido há muito tempo uma profunda e decisiva orientação na vida social, política e cultural de toda e qualquer sociedade e, como tal, constituem-se em um importante instrumento de formação e configuração social de gênero, engendrando e veiculando, portanto, representações socialmente construídas. Como podemos verificar neste artigo publicado no “Diário Popular”, que apresenta uma descrição de como devem ocorrer os processos de educação e instrução feminina, ou em outras palavras, acerca de “como ser mulher” nas primeiras décadas do século XX:

A educação e a instrução da mulher A mulher na vida só tem uma carreira: o casamento. O seu futuro não é só seu, é também o do seu marido. O mundo como está organizado, não abre á mulher ensanchos de triumphar por outro caminho, mas em compensação, dá-lhe um reino onde ella é soberana e rainha: a familia. [...] Ella traça destinos e architeta cidadãos. Da sua fraqueza sahem as forças com que os homens luctam e a seiva moral de que se alimentam. [...] (13 julho de 1919).

Sendo assim, podemos apreender que tais representações socialmente construídas e veiculadas pela imprensa, acabam por ressaltar que os papeis e funções sociais de cada membro da família estão/são definidos por um processo de hierarquização fortemente marcado pela diferenciação entre aquilo que é destinado aos homens e o que é destinado às mulheres – reconhecendo-se que, via de regra, aquilo que

---

<sup>2</sup> O “Diário Popular” é um periódico da cidade de Pelotas, com circulação diária e distribuição local e regional, fundado em 27 de agosto de 1890, completando, portanto, este ano 127 anos de atividades e constituindo-se como o terceiro jornal mais antigo em circulação do Rio Grande do Sul. Assim como os demais periódicos, principalmente até o final da República Velha, agiu no cenário político através de seus discursos, sendo esta a sua principal função. Este periódico consolidou-se como o porta-voz oficial do Partido Republicano Rio-Grandense até o encerramento deste com a assunção do Estado Novo.



é destinado às mulheres é impregnado de um conteúdo moralista e castrador, encharcado de fazeres, obrigações e subserviência ao elemento masculino.

## **METODOLOGIA**

Este resumo é subsidiário da pesquisa “A educação das meninas em Pelotas: as implicações da cultura escolar produzida no Internato Confessional Católico do Colégio São José” e tem o objetivo de analisar as principais representações sociais veiculadas na imprensa<sup>3</sup> sobre “como ser mulher” nas primeiras décadas do século XX, em Pelotas, e o possível impacto na produção de sua identidade de gênero. O interesse por tal temática é justificado pela relevância da problematização do conceito de gênero e, sobretudo, pelo entendimento do processo de produção da identidade de gênero feminina num contexto sócio histórico onde as discussões sobre homem e mulher assumiam um caráter fortemente sexista. Segundo Perrot, deve-se salientar que:

[...] os historiadores usam como fonte de pesquisa materiais produzidos por homens, que têm o monopólio do texto e da coisa públicos (arquivos diplomáticos ou administrativos, documentos parlamentares, biografias, produções periódicas) (*Ibid.*, p.185).

Afinal, a categoria de análise gênero não é apenas útil na compreensão das interações entre homens e mulheres, mas uma parte relevante dos sistemas simbólicos e, como tal, implicada na rede de significados e relações de poder de todo o tecido social.

Assim, gênero tem sido cada vez mais usado para referir-se a toda construção social relacionada à distinção e hierarquia masculino/feminino, incluindo também aquelas construções que separam os corpos em machos e fêmeas, mas indo muito além. [...] (CARVALHO, 2010, p.513-514).

Cabe ressaltar, que atribuímos a articulação e assunção destas representações sobre “como ser mulher” à conformação de alguns elementos-chave numa sociedade alicerçada no modelo familiar patriarcal que ansiava por uma formação feminina nos moldes do recato, da fé e da subserviência – sobremaneira, ao elemento masculino – em

---

<sup>3</sup> Os periódicos pareciam veicular um projeto civilizador com pretensão de construir novos homens e mulheres, divulgando imagens idealizadas para ambos os sexos. Segundo Pedro: “[...] É interessante acompanhar, nas diferentes épocas, as mudanças dos papéis sexuais que a imprensa divulgava nas diversas cidades. Tais mudanças, obviamente, vinham acompanhadas de uma campanha com normas de conduta que, muitas vezes, refletia aquilo que a elite urbana considerava “civilizado” e que, em grande parte, era repetição daquilo que os jornais dos grandes centros divulgavam” (2007, p.281).

consonância com os interesses da Igreja local, que pregava a importância de uma formação católica para as moças, como podemos perceber na manifestação do segundo Bispo de Pelotas, Dom Joaquim Ferreira de Mello, sobre a relevância da educação feminina: [...] formar em círculos especiais a mocidade feminina, dando-lhe a inteligência da sua missão educadora na sociedade, e orientando-lhe a vida para as virtudes tradicionais da família brasileira [...] (1935, p.205). No entanto, de antemão, é importante esclarecermos que não entendemos a articulação de tais representações e o possível impacto na produção da identidade de gênero feminino das mulheres pelotenses no alvorecer do século passado como um movimento único, linear e estanque e/ou pertencente a um sistema simbólico pré-determinado – principalmente no que se refere a outras categorias de análise, para além de gênero – pois estaríamos desconsiderando qualquer possibilidade de resistência, ruptura ou ação dos sujeitos. Como esclarece Carvalho: “[...] se reduzimos o gênero a elementos de um sistema simbólico já pré-determinado, ao qual os sujeitos são atados, só podemos descrever uma eterna e imutável dominação masculina...” (*Ibid.*, p.517). Sendo assim, para emprendermos esta investigação, assumimos a Historiografia ou como define Certeau (2007), a operação historiográfica como perspectiva teórico-metodológica, posto que, buscamos com o cruzamento das informações e significações apreendidas pela triangulação de fontes plurais, realizar um verdadeiro trabalho de construção do passado (BENJAMIN *apud* PESAVENTO, 2005) acerca das representações socialmente construídas de “como ser mulher”, e o possível impacto na produção de sua identidade de gênero.

Portanto, além da revisão bibliográfica sobre o tema, recorreremos também à coleta, análise e interpretação dos dados obtidos no acervo da Bibliotheca Pública Pelotense<sup>4</sup>, focadamente no periódico local “Diario Popular”, no período de 1909 a 1930. Os meios de comunicação exercem e sempre exerceram um relevante papel na criação, reforço, difusão e quiçá reprodução de representações sociais acerca de “como ser mulher”, oferecendo majoritariamente ao leitor uma representação de “mulher ideal”

---

<sup>4</sup> A Bibliotheca Pública Pelotense, sociedade civil sem fins lucrativos, denominação e modelo mantidos ao longo destes 138 anos, foi fundada no dia 14 de novembro de 1875. A instalação efetiva, com 960 volumes, ocorreu em março de 1876, na parte térrea de um prédio cedido pelo Visconde da Graça, na esquina das ruas (denominação atual) General Neto e Padre Anchieta. O prédio sede começou a nascer em 1878, com o lançamento da pedra fundamental, sendo que, a construção iniciou apenas em 1881, ano em que os livros se transferiram para o atual endereço – Praça Coronel Pedro Osório, nº 103 – ocupando uma primeira sala, inaugurada no dia 12 de março.

que, nas primeiras décadas do século XX, em Pelotas, costumava ser identificada como de uma pessoa “dócil, culta e cristã”, em consonância com o modelo familiar, católico e higienista acalentado no referido período histórico – de uma “mulher bem comportada”. Tal “mulher bem comportada”, via de regra, era categorizada de duas maneiras: as filhas de pais abastados, que eram preparadas para a “ocupação” ou “cumprimento da missão” de esposa e mãe, e as meninas órfãs ou muito pobres que necessitavam ser “preparadas de forma adequada” para o mundo do trabalho. De acordo com Saffioti (1979), a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Tal afirmação encontra-se em consonância com o que indicam Lopes e Galvão: “[...] Preparação para gozar a vida em sociedade, para aquelas bem nascidas; preparação para o trabalho para as órfãs e abandonadas. [...]” (2005, p.72).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação e a instrução para “as bem nascidas”, bem como a preparação para o trabalho para as “desafortunadas”, tratava-se de uma necessidade que se vinculava à modernização da sociedade, à higienização da família e à construção da cidadania das jovens. Como também enfatiza Hilsdorf: “[...] Enquanto realizavam os seus trabalhos de agulha, essas meninas aprendem a tecer suas próprias vidas, muitas vezes à revelia dos modelos apontados pelos filantropos liberais-ilustrados ou pela religiosidade popular” (2005, p.65). Afinal, desde o final do século XIX, ressoava um discurso em relação à educação feminina<sup>5</sup>, ressaltando a necessidade de uma melhor formação para o “sexo frágil”. Tal discurso, articulado aos princípios da modernização da sociedade, que em parte jogava algumas mulheres no mercado de trabalho, uma forte preleção se fez ouvir: a do pensamento Positivista<sup>6</sup>, que pregava que às mulheres cabia o relevante papel de dar continuidade as suas “vitais”, “importantes” e “decisivas” atividades domésticas, só que agora, numa extensão do lar, ou seja, desenvolvendo essas aptidões no labor escolar – um forte incentivo ao processo de feminização do Magistério<sup>7</sup>, sobretudo, ao ingresso

---

<sup>5</sup> Cabe destacar, que a construção do *habitus* de gênero tem início na socialização primária e é ratificada ao longo da experiência escolar (BOURDIEU, 1999).

<sup>6</sup> “Para os positivistas, a função feminina consistia em “aperfeiçoar a natureza humana””(PEDRO, *Ibid.*, p. 299).

<sup>7</sup> A feminização do magistério não é um fenômeno novo e tem se manifestado na maioria dos países ocidentais desde a segunda metade do século XIX. Cabe ressaltar que, já nas primeiras décadas do século XX, as mulheres vão se tornando maioria no exercício da profissão docente – no Curso Primário –

das Professoras no Curso Primário. Dessa forma, percebe-se que as mulheres que reivindicavam emancipação, igualdade de direitos civis e políticos, seguiram confiando-se à vocação materna. A profissão de professora é uma das que mais caracterizou a emancipação feminina, em especial nas primeiras décadas do século XX, mas ainda arraigada com a família e a dominação masculina.

A elas ficava a responsabilidade e o papel de instruir os jovens da nascente nação brasileira, formando assim futuros cidadãos, uma vez que, “[...] Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país; [...]” (LOURO, *Ibid.*, p.447). Como veiculado no “Diario Popular”: “[...] Por ella se renova a sociedade nos seus sentimentos, nas suas ambições e nos seus idéaes. É o seu conselho e, sobretudo, o seu exemplo o grande livro onde os filhos aprendem e a grande forja onde os caracteres se temperam”.

Dizem os iniciados em ontologia que os filhos varões sahem sempre ás mães e dellas herdam esse mysterioso complexo de aptidões que formam uma individualidade. [...] É a mulher que se transmite aos filhos essa synthese quase incomprehendida que se chama a indole. É da mulher, por tanto, que vem o merito dos homens, assim como é Ella quem, pela vida emfóra, indirecatamente orienta os destinos sociaes. [...] (19 julho de 1919).

No entanto, embora as classes dominantes da época desejassem modernizar-se, também temiam a modernidade com relação à educação de suas filhas, pois tinham que educá-las de acordo com as exigências do mundo moderno, mas levando em consideração que esta educação não poderia subverter a posição de subalternidade e de “fragilidade” das mulheres. Assim, é interessante perceber o paradoxo que se instaurou quanto ao intento da educação e instrução feminina, uma vez que, ao mesmo tempo que se esperava que as mulheres se constituíssem em “dragões da virtude” – através do processo de inculcação de hábitos de disciplina, modéstia e respeito à religião, agora associado ao processo de escolarização, como um imperativo de prepará-las adequadamente para as futuras obrigações – abria-se a possibilidade e/ou a brecha para que elas se tornassem mais independentes, em virtude dos novos saberes e práticas construídos por elas.

---

enquanto os homens vão ocupando os postos superiores na hierarquia burocrática. Porém, apenas muito recentemente pesquisadores têm se mobilizado a abordagem desta temática com destaque às categorias gênero e classe social, constituindo-se como um terreno fértil para análises de cunho sociológico ou sócio histórico, posto que, tais investigadores têm chamado a atenção para a relevância da compreensão do que ocorreu nos espaços de escolarização à medida que as mulheres foram ocupando a regência de classe e configurando a maioria do corpo docente em quase todos os países ocidentais.

Nesse contexto, é evidente que emergiram duas representações hegemônicas sobre “como ser mulher”: a primeira, associada à figura da educadora da família e da sociedade, porém, com ação restrita ao recôndito do lar; a segunda, identificada como a mulher trabalhadora que, sem prescindir da “prática das virtudes que convêm a uma boa moça de família” – pelo fato de exercer atividade remunerada e efetivamente contribuir no orçamento doméstico – conquistava concretamente um espaço de autonomia – que, inclusive, começava a ganhar visibilidade na própria imprensa.

## **CONCLUSÃO**

Os periódicos sulistas – focadamente o “Diário Popular” – das primeiras décadas do século XX não criaram os modelos ideais de mulher como boas mães, virtuosas esposas e dedicadas filhas, pois esses já faziam parte do imaginário ocidental, podiam ser encontrados no sermão das missas, nos textos escolares, nas tradições locais... Nesse sentido, é difícil saber como eram lidos os textos, como eram vividas, experimentadas no cotidiano, essas representações de mulheres que os periódicos reproduziam, mesmo porque, ademais de todo o investimento na veiculação destas representações, muitas vezes, estas esbarraram em vivências regidas por normas culturais muito diferentes daquelas que se pretendiam ver instauradas. Porém, é inegável que este relevante impresso contribuiu na divulgação e conseqüente inculcação das representações sociais da “mulher educadora da família e da sociedade” e da “mulher trabalhadora, diligente e honesta”. Posto que, o fim último da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos. Assim, constatamos que mesmo com as grandes conquistas efetivadas ao longo das primeiras décadas do século XX, como o acesso das mulheres ao ensino superior e a algumas profissões, as referidas representações permaneceriam por longo tempo impregnando a mentalidade brasileira e forjando uma figura de mulher plasmada nesse perfil. Uma vez que, apesar das iniciativas em favor do sexo feminino, dentro dos lares a situação de submissão ao poder patronal e/ou ao do cônjuge, que lhes dirigia o destino e ditava as regras de conduta, com o chancela da sociedade, ainda foi muito presente.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, M. “Gênero: pra que serve esse conceito na prática pedagógica?”. In: DALBEN, Ângela et al. (orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: Educação, Gênero e Sexualidade** (Textos selecionados do XV ENDIPE). BH: Autêntica, 2010. (Coleção Didática e Prática de Ensino) p.512-525
- CERTEAU, M. **A escrita da história**. 2ed. RJ: Forense Universitária, 2007.
- CHASSOT, A. **A Ciência é masculina? É sim, senhora!** 2ed. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2006 (Coleção Aldus, 16).
- DIARIO POPULAR. Pelotas, 1909-1930. [diário]
- HALL, S. **Representation: cultural representations and signifying practices**. Londres: Sage & Open University, 1997.
- HILSDORF, M... Tão longe, tão perto: As meninas do seminário. In: STEPHANOU, M.; LOPES, E.; GALVÃO, A. **História da Educação**. 2ed. RJ: DP&A, 2005.
- LOURO, G. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.443-481
- MELLO, J. **Primeiro Congresso Católico Diocesano de Pelotas**. Porto Alegre: Tipografia Pão dos Pobres, 1935.
- PEDRO, J... Mulheres do Sul. In: PRIORE, M. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9ed. SP: Contexto, 2007. p.278-321
- PERROT, M. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. 2ed. RJ: Paz e Terra, 1992.
- PESAVENTO, S. **História & História Cultural**. 2ed. BH: Autêntica, 2005.
- SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SILVA, F. Linguagens, estilos, adornos corporais...: a produção das identidades adolescentes na contemporaneidade. In: RIBEIRO, P. et al. (orgs.). **Educação e Sexualidade: identidades, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, preconceitos, homofobia...** Rio Grande: Ed. da FURG, 2008. p.89-95

## CAROLINA E ZELI: duas vozes de resistência da periferia

Giselle Silveira da Silva<sup>1</sup>

Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Carolina Maria de Jesus, Zeli de Oliveira Barbosa, Escritas de si, Resistência, Periferia.

### INTRODUÇÃO

Muitas semelhanças aproximam Carolina Maria de Jesus e Zeli de Oliveira Barbosa. Ambas são mulheres, negras, moradoras de áreas periféricas do Brasil e nas décadas de 50/60 escreveram, rompendo as barreiras sociais, o registro/lembança do dia a dia da periferia. Carolina Maria de Jesus escreveu o seu diário durante o período que viveu na favela do Canindé/SP, cuja edição foi intitulada *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014). Zeli de Oliveira Barbosa escreveu seu livro de memórias do período que morou em Ilhota/RS, periferia de Porto Alegre, obra intitulada *Ilhota: testemunho de uma vida* (1993).

Ambas as narrativas são comparáveis em vários sentidos – nelas constam o registro de mulheres que viveram nas favelas brasileiras alternativa de moradia para os excluídos, e trabalharam arduamente para sair dessa condição de vida. Ambas tiveram profissões pouco valorizadas, sofreram discriminação racial, viveram em sub-habitações, sofreram com falta de infraestrutura e assistência médica, mas nunca deixaram de lutar para sair dessa realidade, construir a casa de alvenaria em algum terreno longe. Nas duas obras, elas relatam acontecimentos, casos inusitados, sofrimentos, alegrias, a percepção delas diante da realidade violenta e difícil que enfrentavam.

Mas há também diferenças entre as duas obras, principalmente na forma que as duas escritoras percebem a dinâmica social do meio e a forma como elas se veem dentro desse ambiente marginal. Sendo assim, esse trabalho tem como objetivo analisar algumas similaridades e diferenças entre essas duas vozes que registram, denunciam e,

---

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras – História da Literatura – pela Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: gyselle\_silveira@yahoo.com.br, Agência Financiadora: CAPES

<sup>2</sup> Doutora e mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: michellevasc@hotmail.com, Agência financiadora: CNPQ

principalmente, dão voz a diversas outras mulheres que estão “invisíveis” nas periferias da nossa sociedade.

## **METODOLOGIA**

De acordo com Michelle Perrot, historiadora especialista na história das mulheres, as mulheres ficaram muito tempo fora da história, dos relatos, da vida em sociedade. Como durante muito tempo o espaço que cabia a mulher era apenas o privado, no mundo literário as mulheres apenas foram descritas, imaginadas e representadas. Apenas no período entre guerras as mulheres passaram a ter acesso à universidade e, a partir de então, algumas mulheres manifestaram interesse pela história das mulheres, “mas continuam marginais com relação à revolução historiográfica trazida pela escola dos *Annales*”. (PERROT, 2008, p. 19)

Ao observar as Histórias da Literatura, percebe-se que às mulheres cabem a ausência ou um espaço muito menor em relação aos homens. Tal disparidade justifica-se pela posição que é imposta à mulher dentro da nossa sociedade que segue como modelo o pensamento eurocêntrico, masculino, caucasiano e aristocrático. Esse pensamento reflete em todas as áreas da nossa sociedade, como na literatura, por exemplo.

A crítica literária feminista anglo-americana do século XX – ginocrítica - surge com uma proposta de revisão do cânone e o estudo da literatura de autoria feminina. De acordo com Elaine Showalter (1997), uma das principais representantes, a ginocrítica preconiza uma crítica literária feita por mulheres e sobre mulheres. Ela considera que a escrita e todos os elementos que constroem culturalmente o sujeito, a cultura da mulher, “intervêm” no processo de escrita e é de fundamental importância para uma crítica literária coerente. De acordo com Nascimento (2015, p. 298), “a ginocrítica tem como proposta dar voz às mulheres esquecidas” ou silenciadas pelo cânone, ou melhor, pela História da Literatura”.

Uma das formas de dar voz a essas mulheres “invisíveis” na nossa sociedade é a partir dos estudos das escritas de si. Esse tipo de escritura possibilitou que as mulheres falassem de si, e, então, foi possível conhecê-las, saber o que sentiam, como se viam, o que pensavam, para além da e imaginário masculinos:

Esses diversos tipos de escritos são infinitamente preciosos porque autorizam a formação de um “eu”. É graças a eles que se ouve o “eu”, a voz das mulheres. Voz em um tom menor, mas de mulheres cultas, ou, pelo menos, que têm acesso à escrita. (PERROT, 2008, p.30)



Desta forma, essas escritas de si, além de registrar e guardar a memória dessas mulheres, permitiram também que tivéssemos um olhar da sociedade a partir das próprias mulheres, pela escrita feminina, e não pela masculina. Ao passo que as mulheres passaram a ter acesso a esse gênero, ele se transformou em veículo literário para as mulheres escritoras. Vozes marginais femininas, que até então foram silenciadas, puderam relatar, denunciar, testemunhar, registrar a vida dentro das periferias brasileiras. As obras *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, e *Ilhota: testemunho de uma vida*, de Zeli de Oliveira Barbosa são representantes dessas vozes que vivem à margem da nossa sociedade e utilizaram a realidade da periferia como ponto de partida para a escrita.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Carolina Maria de Jesus, negra, mãe de três filhos, catadora de papel, cursou até o segundo ano primário e foi moradora da antiga Favela do Canindé em São Paulo, no final da década de 50, início da década de 60. Nesse período, ela escreveu o seu diário como uma forma de resistência, pois “quando eu não tinha nada que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário”. (JESUS, 2014, p.195). Além disso, Carolina sonhava em um dia poder publicar a sua obra: “É que estou escrevendo um livro para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela”. (JESUS, 2014, p.27)

Zeli de Oliveira Barbosa, negra, mãe de cinco filhos, trabalhadora doméstica, com o ensino primário, foi moradora da antiga favela Ilhota/RS, em Porto Alegre, no final da década de 50, início da década de 60. Zeli, em 1972, escreve suas memórias do período que morou naquele lugar, pois “dizem que recordar é viver e só agora eu vivo realmente”. (BARBOSA, 1993, p. 15). Para ela, a elaboração dessa obra seria uma forma de superar as memórias de suas experiências dolorosas, para encontrar um sentido para sua existência sofrida.

Há muitas semelhanças que aproximam esses dois relatos. Uma das características em comum entre as duas obras é o fato dessas escritoras possuírem um mediador, alguém que as encontra e ajuda na publicação da obra. Em 1958, o repórter Audálio Dantas foi encarregado de escrever uma matéria sobre a favela do Canindé e lá encontrou, no rebuliço da favela, Carolina, que logo se colocou como alguém que tinha

o que dizer – e realmente tinha. De acordo com o prefácio escrito por ele na edição utilizada para esse livro:

A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história – a visão de dentro da favela (JESUS, 2014, p.6)

Segundo Audálio, como editor, retirou a repetição excessiva de algumas palavras. Além disso, alterou a pontuação e a grafia de outras que pudessem levar à incompreensão de certos trechos. Respeitou fielmente a linguagem da autora, incluindo a grafia e a acentuação das palavras.

Já Zeli afirma que inicialmente seu interesse era apenas fazer um desabafo, e que o incentivo para a publicação veio de amigos e da socióloga Enid Backes, para quem ela trabalhava como empregada doméstica. E em 1993, a Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre publica na primeira edição da série Outras Vozes<sup>3</sup> a obra de Eli. No prefácio, há um registro de que

a Unidade Editorial da SMC tomou a liberdade, de acordo com a autora, de promover pequenos ajustes de pontuação e ortografia, com a finalidade de facilitar a leitura, preservando no entanto o tom, a intenção e o estilo da escrita original, inclusive em algumas formas que um olhar purista classificaria como erros. (BARBOSA, 1993, p. 10).

Outro ponto em comum entre as escritoras é que, apesar da distância geográfica, há muitos relatos do dia a dia e das condições dos moradores das favelas que se assemelham. A falta de infraestrutura, principalmente de saneamento básico trazia, conseqüentemente, em dias de chuva, a enchente. Além da preocupação com as enchentes, o odor fétido presente nessas favelas era motivo de tristeza e preocupação para essas duas mulheres. Para Carolina, a cidade era a sala de visita e a favela o quarto de despejo: “As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre” (JESUS, 2014, p. 37) e para Zeli:

Sentar no quintal era a última coisa que se podia pensar, pois o odor fétido das fossas em casa, ou melhor, em cada quintal, existia três ou quatro fossas e

---

<sup>3</sup>A série Outras Vozes surgiu devido ao interesse da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre de promover vários textos de pessoas que, por um descuido da sorte e por um tremendo esforço pessoal, ousaram registrar em letra sua maneira de ver a sua realidade.

mais lixos e banhado com toda espécie de detritos que formavam os piores odores possíveis. (BARBOSA, 1993, p. 28).

O vício do álcool também faz parte de diversos relatos que mostram a preocupação e a consequência desse vício na nossa sociedade e, principalmente, nas margens da sociedade. Entre os diversos relatos, Carolina demonstra preocupação com a sua vizinha que é mãe e cuida de suas duas filhas: “Hoje a Leila está embriagada. E eu fico pensando como é que uma mulher que tem duas filhas em idade tenra pode embriagar-se até ficar inconsciente” (JESUS, 2014, p.72). Já Zeli recorda de vários episódios, entre eles o de Sarará “tão jovem ainda e sem vontade própria, andava mendigando um trago, fazia qualquer negócio por um copo de bebida” (BARBOSA, 1993, p. 32). Esses e outros relatos das duas escritoras transparecem que “O unico perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga”. (JESUS, 2014, p. 47)

As semelhanças são muitas, mas uma das mais tocantes é o testemunho da luta diária de mães que saem para buscar o sustento da casa e deixam, muitas vezes, os filhos sozinhos: “E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua [...]” (JESUS, 2014, p.10) e

Eu tinha horror em pensar que meus filhos crescessem neste lugar aprendendo tudo que não prestava, porque por mais que eu fizesse, eles iriam automaticamente aprendendo, porque eles, os meus filhos, quando não estavam na creche ficavam em casa, sozinhos e Deus. (BARBOSA, 1993, p. 20)

Apesar de apresentar essas e outras semelhanças, os textos apresentam traços muito distintos no que diz respeito às decorrências advindas desta percepção do porquê viver à margem da sociedade. Carolina apresenta um discurso muito distinto acerca da dinâmica social e política da favela da qual faz parte. Sua crítica não se dirige para fora, para o sistema, mas para dentro, para as próprias vizinhas:

A autora não percebia as causas estruturais da pobreza. Ela culpava os favelados, dizia que preferiam ser bêbados e vagabundear do que trabalhar. Nunca advogou qualquer mudança abrupta na sociedade, nem nunca abordou de maneira crítica os problemas da violência, creditando os motivos às origens das pessoas, particularmente os nortistas. (MEIHY; LEVINE, 1994, p. 31).

Em um dos trechos Carolina afirma que um dos moradores da favela “O Ditinho filho da Nena é um veterano da favela. Mas é um pelado. Não aprendeu ler. Não

aprendeu um ofício. Só aprendeu beber pinga” (JESUS, 2014, p.110). Ela credita as mazelas da favela aos próprios moradores e não ao sistema. Já Zeli se solidariza com os moradores e, não apresentando uma visão tão crítica dos moradores da favela, ela percebe que os problemas vão além das escolhas: “[...] quero dizer que eu não tinha nojo dele, pelo contrário, tinha uma imensa pena porque via que ele tinha a vida toda pela frente e a bebida o estava matando aos poucos” (BARBOSA, 1993, p.54)

Em outra passagem, Carolina garante que “a única coisa que não existe na favela é solidariedade” (JESUS, 2014, p.16). Já Zeli apresenta uma solidariedade muito grande com os seus vizinhos em muitos momentos e também não há uma visão tão crítica diante da dinâmica social.

Eu achava que aquelas pessoas, aliás, nem todas, como disse anteriormente, mães e pais não se importarem com o futuro de seus filhos, mas tinham outras famílias preocupadíssimas com o futuro de seus filhos, porque caminhavam, pediam e faziam o que podiam com as autoridades competentes, para que conseguissem uma vaga em internatos para seus filhos. Essas pessoas se privavam da presença querida de suas crianças, e somente uma vez por mês é que podiam visitá-las, mas tudo tem suas compensações, pois sabiam que dali saíam homens de bem [...] (BARBOSA, 1993, p. 43)

Outra diferença que se pode perceber ao longo das obras, é o modo de agir diante da violência e das circunstâncias. Carolina sabe escrever e percebe o poder simbólico que essa competência exerce sobre a comunidade. A escrita é um instrumento de poder que ela usa como forma de intimidar, ameaçar e se destacar nesse meio, como se pode perceber no seguinte trecho: “Dia 1 de janeiro de 1958 ele disse-me que ia quebrar-me a cara. Mas eu lhe mostro que a é a e b é b. Ele é de ferro e eu sou de aço. Não tenho força física, mas as minhas palavras ferem mais do que a espada”. (JESUS, 2014, p. 48)

Já Zeli, prefere em diversos momentos tratar bem, se calar, fingir que não vê, pois tem medo das represálias, como no seguinte trecho:

Num desses dias em que ela estava surrando as gurias, cheguei a ir até o portão, e depois desisti, porque poderia, me disse uma senhora, haver uma represália da parte dos mais chegados a ela, na maioria homens e mulheres de mau caráter. Então eu recuei ante essa possibilidade, pois sei que são terríveis nas suas vinganças [...] (BARBOSA, 1993, p.44)

## CONCLUSÃO

Há muito mais semelhanças do que diferenças entre as duas obras. Tanto Carolina quanto Zeli são duas representantes femininas que dão voz a diversas mulheres que vivem esquecidas no quarto de despejo da nossa sociedade. São dois exemplos de resistência contra o sistema, Apesar das diferenças entre as duas. Tanto Carolina quanto Zeli são exemplos de resistência contra o sistema que oprime e não oferece as condições necessárias para que o destino dessas pessoas que vivem à margem da nossa sociedade seja diferente. Elas são exemplos de resistência, pois escrevem dando sentido e buscando compreender essa dura realidade que não é vista, que não é lembrada e que vive excluída no quarto de despejo das cidades.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Zeli de Oliveira. **Ilhota**: testemunho de uma vida. Porto Alegre: Outras Vozes, 1993. 67 p.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Ilustração Vinícius Rossignol. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014. 200 p.

NASCIMENTO, Michelle Vasconcelos do. **Sobre a história da literatura e o silenciamento feminino**: questões de crítica literária e de gênero. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (1): 283-301, 2015.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M.S. Corrêa. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SHOWALTER, Elaine. **A crítica feminista no território selvagem**. Trad. Deise Amaral. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

## O CORPO FEMININO COMO REPOSITÓRIO DA LOUCURA

Ana Carolina Tavares Sousa<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Mulher, Histeria, História, Arte.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a associação entre o gênero feminino e a loucura, sendo um de seus objetivos analisar a relação entre a condição feminina e os diagnósticos médicos acerca da "histeria". A pesquisa em questão respalda-se em estudos da escritora Lisa Appignanesi e da psicóloga Valeska Zanello, bem como na investigação acerca dos trabalhos desenvolvidos pela artistas Maristela Ribeiro e pela escritora Gislene Maria da Silva<sup>2</sup>.

Ribeiro, em seu mestrado, discorre sobre o interesse pela temática feminina e busca trabalhar conceitos como opressão, abuso e condicionamento, por meio da linguagem visual. No decorrer de seu processo criativo, permeado por práticas acerca da figura da mulher na sociedade, ela utiliza como critério de delimitação do tema o estado de confinamento de algumas mulheres.

A consequência de todos os estudos desenvolvidos pela artista foi a exposição Fendas e Frestas: uma poética do feminino, que reúne fotografias de mulheres em espaços que cerceiam seus movimentos: o Hospital-Colônia Lopes Rodrigues, o Conjunto Penal de Feira de Santana e o asilo Lar do Irmão Velho; e que será explicada e comentada neste trabalho.

Silva aborda, em seu artigo Stela do Patrocínio e a autorrepresentação: uma poética da loucura, a retórica de Stela do Patrocínio, internada em um manicômio durante trinta anos, e que buscava a liberdade por meio da fala, subvertendo, assim, o mutismo imposto em instituições psiquiátricas.

Acredita-se que a pertinência deste trabalho, entre outros motivos, encontra-se na fomentação das discussões de gênero, e na proposição de reflexões entorno do cerceamento de corpos e manifestações femininas no contexto social, o qual reflete-se em instituições manicomiais.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande; anatamaresfotografia@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Literatura e Práticas Sociais pela Universidade de Brasília.

## **METODOLOGIA**

No decorrer da elaboração desta pesquisa de cunho teórico, utilizou-se como fundamentação teórica a obra literária *Tristes, Loucas e Más*, da escritora polonesa Lisa Appignanesi. Neste livro, a autora discorre a respeito de diagnósticos e tratamentos médicos relativos a doenças mentais em indivíduos do gênero feminino, bem como realiza uma análise de casos verídicos acerca da "loucura".

Recorreu-se, também, aos estudos da psicóloga brasileira Valeska Zanello, que investiga, mediante uma perspectiva histórica e psicanalítica, as relações de poder e, especificamente, de gênero latentes em diagnósticos do que alcunhou-se "doença mental". Em seu artigo *Saúde mental, mulheres e conjugalidade*, ela aponta para o fato de que "homens e mulheres (em uma sociedade marcada pelo binarismo) podem apresentar expressões sintomáticas diferentes", ou seja, deve-se atentar para as manifestações de desconforto, angústia e sofrimento, apresentadas por ambos, visto que estes já se encontram imersos em uma cultura que estigmatiza comportamentos. E, ainda, aborda a legitimação social da violência masculina e o silenciamento do sofrimento da mulher, que reverberam em instituições manicomiais.

Conjuntamente foi investigado o trabalho *Fendas e Frestas: uma poética do feminino*, no qual Maristela Ribeiro, utilizando uma câmera simples e optando pelo enquadramento frontal em close, buscava retratar mulheres em situações limítrofes e "o silêncio necessário à reflexão, portanto, desejava a simplicidade do fazer, sem ruídos elaborados." (RIBEIRO, 2006, p. 64).

Além disso, analisou-se o artigo, já citado, de Gislene Maria da Silva, o qual aborda a obra *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*, registro dos discursos de uma mulher que passou três décadas em um hospício. O texto afirma que as falas de Stela, transcritas pela psicanalista Viviane Mosé, narram experiências cotidianas do domínio manicomial em um profundo questionamento da existência.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Segundo Lisa Appignanesi, uma das doenças mentais que acometia a sociedade burguesa, no período oitocentista, foi intitulada de "histeria", nome que deriva do termo "hystera", o qual significa "matriz" ou "útero", e foi associada à feminilidade. Esta denominação, realizada no ano de 1869, justificava-se pela crença que o cérebro das mulheres subjugava-se ao útero e, por isso, estas agiam por instinto e não pela razão.

Somado à isso, considerava-se que as mesmas possuíam nervos frágeis, constituintes de um sistema biológico pérfido, permeado por infortúnios.

De acordo com a autora, sendo o caráter da mulher considerada histérica essencialmente marcado pelo desequilíbrio entre as "faculdades morais e superiores e as paixões, instintos e desejos" (2011), acreditava-se que o casamento era considerado um ótimo processo terapêutico; ainda que houvesse controvérsias, como os casos de casamentos arranjados que poderiam implicar em um agravamento da doença.

O enlace conjugal e, subsequente a ele, a maternidade era considerada o remédio ideal para a insanidade. Logo, mesmo com a crença de que o instinto materno se sobrepusesse e até extinguisse o instinto sexual, se fazia necessária a realização da relação sexual, para que a mulher atingisse a plenitude de sua condição natural: ser mãe.

Ademais, a suspeita de que as implicações de uma gravidez, como: o parto, o período puerperal e a amamentação poderiam preceder a moléstia, como dito anteriormente, não deveria ser tomada como empecilho à maternidade e ao desempenho da maternagem.

Ainda conforme Appignanesi, a passagem do século XIX para o século XX foi marcada por muitos avanços na psiquiatria, mas nada foi suficiente para a desvinculação entre histeria e feminilidade. Junto à popularização da doença intitulada "histeria", ocorreu a propagação de instituições destinadas a abrigar pessoas consideradas loucas, bem como a qualificação, cada vez maior, dos alienistas.

Com tamanho reconhecimento, era inadmissível que os médicos da mente realizassem um diagnóstico errôneo e, justamente, o medo do fracasso os fez equivocarem-se em determinadas situações nas quais, por meio da identificação da loucura em corpos sãos, indivíduos eram retirados, injustamente, do convívio social.

Pacientes bem podiam ser vítimas de preconceito de um médico sobre o tipo de comportamento que constituía sanidade: seria demasiado fácil usar isso contra mulheres que não se conformavam às normas de seu tempo sobre comportamentos ou hábitos de vida. A corrupção - sob formas de cumplicidade médica com maridos e pais severos, mentirosos ou abusivos - também podia assegurar que o confinamento se estendesse bem além do necessário, mesmo que, em um primeiro momento, isso parecesse adequado. (APPIGNANESI, 2011, p. 95)



A partir de todas as colocações realizadas no decurso do texto, sublinha-se que, para a plena compreensão da figura da mulher no campo da saúde mental, se faz necessário uma análise que tenha como base as relações de gênero, culturalmente produzidas e reproduzidas.

De caráter quantitativo e qualitativo, a pesquisa de Valeska Zanello, realizada em dois hospitais psiquiátricos do município de Brasília, e que constitui o artigo mencionado, aponta que a maioria das mulheres internadas se queixavam de suas relações afetivas. A psicóloga afirma:

Se o principal sofrimento trazido pelas mulheres diz respeito às suas relações e, sobretudo, à sua vida amorosa, faz-se fundamental entender que peso é este que o amor ocupa em suas vidas, como fato histórico, e como elas passaram a se validar enquanto mulheres por valores gendrados baseados no casamento e na maternidade. É só desta forma que se pode compreender o peso que a conjugalidade ocupa como fator de risco ou proteção à saúde mental das mulheres. (ZANELLO, 2014 p. 113)

É plausível afirmar que nos estudos de Appinanesi e Zanello, a questão matrimonial manifesta-se em diagnósticos acerca de doenças mentais que acometem mulheres; estando esta diretamente relacionada à cura e à causa da histeria.

Buscando dialogar expressamente com indivíduos do gênero feminino que vivenciam o manicômio, Maristela Ribeiro visitou a maior unidade psiquiátrica da Bahia, o Hospital-Colônia Lopes Rodrigues, no município de Feira de Santana. Nesta instituição, selecionou trinta e sete mulheres que tiveram seus rostos fotografados e expostos em uma instalação com caixas de correio acopladas à parede.

A artista explica que as caixas de correio foram expostas entreabertas, de modo que o visitante teria que abri-las para, então, deparar-se com parte dos rostos das mulheres hospitalizadas. E acrescenta que a escolha do material relaciona-se com a aproximação deste com a ideia de mensagem linear, a qual contrapõe-se à retórica fragmentada e, muitas vezes, inacessível das confinadas.

A partir dos estudos acerca das imagens fotográficas de mulheres internadas em hospitais psiquiátricos, houve a investigação quanto a subjetividade de um indivíduo que estivesse nessa situação de encarceramento. Assim, sucedeu-se uma busca por alguém que tivesse experienciado as dores do manicômio e narrado, oral ou imageticamente, sua vida nesse local.

Desse modo, a pesquisa que, até então, fundamentava-se em referenciais teóricos e representações fotográficas, voltou-se à apresentação oral de uma mulher que sentia

em sua pele o padecimento de um diagnóstico médico que a alcunhou "louca". Segundo Gislene Maria da Silva, foi por meio da fala que Stela do Patrocínio, que se sabia como um sujeito à margem da sociedade, libertou-se dos aprisionamentos que internalizou ao longo do tempo - ela referia-se à internação como o cumprimento de uma prisão perpétua -, aprisionamento físico que caracteriza-se pelos muros e portões do hospício; e aprisionamento de sua identidade, de seus sentimentos, de seu agir.

Em um determinado momento, em que parece conhecer todas aquelas mulheres dos séculos anteriores ao seu, presas em asilos como ela encontrava-se, Stela proferiu:

Estava com muita saúde  
Me adoeceram  
Me internaram no hospital  
E me deixaram internada  
E agora vivo no hospital como doente (in SILVA, p. 51)

Por vezes, nem mesmo a fala era capaz de libertá-la, visto que ao proclamar e reclamar, médicos e enfermeiros corriam a atender-lhe e calavam-na. A fala, único recurso encontrado para alcançar certa liberdade, também era silenciada, uma vez que ao proferir seus sentimentos e angústias, tinha suas necessidades controladas por "cuidadores". No entanto, Stela continuava seu "falatório" em uma constante busca de transbordamento de si. E até quando dizia que não havia mais nada a dizer, continuava dizendo.

Os estudos que compõem esta pesquisa, revelam a capacidade de coibição de ambientes manicomial, mas também, e principalmente, o cerceamento imposto às mulheres pela sociedade, a qual caracteriza-se por um sistema patriarcal, que as calam.

## CONCLUSÃO

Ao contrapor os estudos e asserções conceituais de Valeska Zanello, em relação à contemporaneidade, às afirmações de Lisa Appignanesi, em relação ao século XIX; depreende-se que o matrimônio e a maternidade, dispositivos naturalizados e internalizados, ainda são compreendidos como constituintes da identidade feminina e determinantes à preservação do bem-estar feminil.

Em objeção à passividade atribuída às mulheres e, principalmente, àquelas consideradas loucas pelo senso comum, faz-se necessário evidenciar suas faces e suas

falas. Na obra de Maristela Ribeiro, a arte compreende um meio de visibilidade a indivíduos que vivem em situação de exclusão. E, por meio do trabalho de Gislene Maria da Silva, é possível perceber as angústias de alguém que, há três décadas, busca uma forma de libertação. Ambos os projetos possuem um papel fundamental no processo de protagonização de mulheres em suas próprias histórias, bem como na desconstrução de estereótipos histórico-sociais.

## REFERÊNCIAS

APPIGNANESI, Lisa. **Tristes, loucas e más: a história das mulheres e seus médicos desde 1800**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

RIBEIRO, Maristela. **Fendas e Frestas: a mulher, da contemplação à interlocução**. Salvador: EDUFBA, 2006.

SILVA, Gislene Maria Barral Lima Felipe da. Stela do **Patrocínio e auto representação**: uma poética da loucura. In.: Estudos feministas e de gênero: articulAÇÕES e perspectivas. Brasília, p. 96-107, set. 2014.

ZANELLO, Valeska. Saúde **mental, mulheres e cojugalidade**. In.: Estudos feministas e de gênero: articulAÇÕES e perspectivas. Brasília, p. 108-118, set. 2014.

O DIÁRIO DE CECÍLIA DE ASSIS BRASIL: analisando discursos sobre mulheres, pampa e natureza

Juliana Corrêa Pereira Schlee<sup>1</sup>  
Dárcia Amaro Ávila<sup>2</sup>  
Paula Corrêa Henning<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Gênero, Pampa, Educação Ambiental.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo inicial que se detém na literatura, e neste caso no Diário de Cecília de Assis Brasil (período 1916-1928, publicado em 1983) organizado por Carlos Reverbel, para analisar alguns discursos sobre a mulher, o Pampa e a natureza. Assim, buscamos a Educação Ambiental, como campo de saber importante e potente para a análise de mundo que temos em seu processo de construção cultural moderno. Estamos mergulhados em uma crise ambiental constituída a partir de um modelo cultural eurocêntrico que muitas vezes atuam com autoritarismos e dominações. Através de uma perspectiva pós-estruturalista, problematizamos algumas verdades e certezas assumidas por este modelo. Além disso, articulamos as discussões do campo dos estudos de gênero a fim de problematizar a categoria mulher assumida nos discursos de natureza e pampa presentes no Diário de Cecília de Assis Brasil. Para pensar sobre as temáticas trazemos a inquietação de Nietzsche que nos provoca ao perguntar: como nos tornamos aquilo que somos?

A literatura, como em outras artes (VIEIRA; HENNING, 2013) expressa características culturais, políticas e sociais de cada época. Aprendemos a ver o mundo a partir da cultura e de que se estabelecem na cultura as formas de compreensão e de interpretação do mundo que, ao serem colocadas em circulação, passam a ser muitas vezes aceitas em determinadas épocas e por diferentes grupos sociais (WORTMANN, 2010). Nesse sentido, segundo Ribeiro et al (2004) as práticas culturais – pedagógicas -

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG/CAPEL. Integrante do Grupo de Estudos em Educação, Cultura, Ambiente e Filosofia - GEECAF/FURG.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Educação Ambiental (PPGEA, FURG) e participante dos grupos de pesquisa Sexualidade e Escola e Grupo de Estudos em Educação, Cultura, Ambiente e Filosofia – GEECAF/FURG.

<sup>3</sup> Doutora em Educação, professora dos Programas de Pós-graduação em Educação e Ciência e Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande.

que ensinam tipos de pensamento e de ações em relação a si, aos outros e ao mundo não se limitam as instituições escolar e acadêmica e às práticas aí instituídas, mas se estendem a diferentes práticas – as midiáticas, as sexuais, as escolares, as familiares, etc. – que, ao produzir e compartilhar determinados significados, ensinam, configurando tipos particulares de identidades e de subjetividades.

## **METODOLOGIA**

Pretendemos neste estudo operar com algumas ferramentas foucaultianas para análise da literatura a fim de entender as verdades inventadas, fabricadas, as quais nos fazem olhar para o mundo de uma forma e não de outras. Assim, Foucault nos aponta,

É preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos. (FOUCAULT, 2002, p.24)

Nessa direção, ao olhar para nosso corpus de análise, o Diário de Cecília de Assis Brasil, publicado em 1983 e organizado por Carlos Reverbel, utilizamos as ferramentas de Michel Foucault como discursos e enunciações. A autora é Cecília, filha de Cecília Prates de Castilhos e J. F. de Assis Brasil, nascida em Washington em 26 de maio de 1899 e falecida em 11 de março de 1934, na Granja de Pedras Altas, atualmente município de Pedras Altas, Rio Grande do Sul. Neste livro, foi publicado o período de 1916 a 1928 através da seleção de cadernos mantidos pela família na biblioteca do Castelo de Pedras Altas (RS). No diário, Cecília projetou não apenas sentimentos, vivências e observações individuais, mas, sobretudo o singular estilo de vida de sua família, é acima de tudo uma lição de vida, valorizada pelo trabalho, pelo culto da natureza, pela busca do saber, pelo amor aos animais e pelo respeito ao homem do campo (REVERBEL, 1983 apud ASSIS BRASIL, 1983). Nesse sentido, procuramos analisar o que é dito sem a pretensão de buscar algo oculto, seguindo a perspectiva de Foucault os discursos produzem diferentes objetivos e subjetividades. Assim o que nos interessa são os efeitos de verdades do que é dito que produz uma forma de olhar e se relacionar com a natureza, as mulheres e o pampa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Terça-feira, 24 de outubro de 1916 – (...) Demos umas voltas a pé, de tarde, e as minhas companheiras tentaram convencer-me que São Paulo ou Paris são melhores que o Ibirapuitã. Quando for a esses lugares saberei ao certo, mas por enquanto agarro-me ao meu ideal: a vida no campo. Sou assim, e agora? Tenho plena confiança de que meu amor ao campo nunca cessará de crescer (ASSIS BRASIL, 1983)

No trecho acima, mostra-se potente em produzir modos de ser e estar no mundo, através das vivências de Cecília de Assis Brasil com o pampa gaúcho podemos problematizar como se constitui modos de vida no campo? E quais representações são historicamente e socialmente construídas de uma vida no pampa?

Quarta-feira, 15 de novembro de 1916 - Recebi um cartão de Vovó e lhe escrevi uma carta, de que tirei estes trechos: “Quisera mandar-lhe um pouco deste rico cheiro de mato e flores e pasto que daqui estou sentindo. Sentada embaixo de uma enorme acácia, rodeada pelas árvores que formam a nossa Floresta, sinto uma moleza em todo o corpo, que é deliciosa. Estive aqui uma porção de tempo sozinha, escutando um sabiá que tem ninho aqui perto, e observando os diferentes tons das folhagens em volta de mim. É hora mais quente do dia. Mas a Floresta é tão fresquinha que todos os dias, depois do almoço, trago para cá um livro ou o meu diário para passar a tarde entretida. Trago o bordado só quando as manas vêm comigo, porque elas são tão brincalhonas que é impossível ficar-se sossegada. O Francisco vai aparecer daqui a pouco, a cavalo, para reclamar o mate, e pouco depois toda a criançada também, como um bando de caturritas, rindo e brincando pelo meio das árvores” (ASSIS BRASIL, 1983).

Como no trecho acima e em outros buscamos as enunciações de natureza e cultura que constroem, constituem e compõem os ditos do contar e o narrar-se mulher no Pampa. O modo de constituir-se como mulher, como pampa e como natureza é atravessado pelos discursos, enunciações e acontecimentos que modelam, controlam e regulam a nós, sujeitos desse tempo. Leandro Guimarães (2008) apresenta alguns modos pelos quais a natureza vem sendo historicamente significada na cultura:

É na cultura, nesse espaço de circulação e de compartilhamento de significados, que vamos aprendendo a lidar com a natureza e, também, vamos estabelecendo nosso lugar no mundo, ou seja, sabendo quem nós nos tornamos dia a dia (GUIMARÃES, 2008, p. 88)

Antes de marcar o Pampa como um local, buscamos entendê-lo como território, enxergar as relações, na tentativa de analisar os modos como um lugar em estudo foi sendo preenchido de pessoas, de histórias, de significados em um momento específico, em uma circunstância específica (GUIMARÃES, 2010).

De acordo com Suertegaray e Silva (2009), o Bioma Pampa faz parte de uma extensa região natural que se estende para além do território brasileiro, são regiões pastoris nos três países da América do Sul - cerca de dois terços do Estado do Rio Grande do Sul, as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Entreríos e Corrientes e a República Oriental do Uruguai. No Brasil, o Pampa foi oficialmente reconhecido como um Bioma em 2004, essa distinção inseriu o Pampa na agenda ambiental nacional, contribuindo para ações de preservação e conservação deste rico patrimônio natural e cultural, permitindo no âmbito das legislações destacarem a importância, a singularidade e as potencialidades deste ambiente único no mundo (BENCKE; CHOMENKO; SANT'ANNA, 2016).

Como nos fala Schlee et al. (2015) esse Pampa, para além de um território geográfico pode ser entendido como uma forma de ser, de viver. Constitui e é constituído por diversos atravessamentos culturais, geográficos, políticos, sociais, econômicos, biológicos... historicamente é um campo de saberes, lutas, disputas, chegadas e partidas.

Através da cultura somos interpelados por significados que se estabelecem diariamente na maneira como vemos a nós mesmos e aos outros, pelos nossos atos e até mesmo ao narrar acontecimentos, e como vão se estabelecendo as relações com o Pampa e a natureza. Assim somos herdeiros(as) diretos de experiências que marcaram as relações humanas com o Pampa.

Para Garcia (1992) a dicotomia natureza/cultura não é universal e não há uniformidade no significado de natureza, cultura, masculino, feminino; portanto os significados e noções diferem entre homens e mulheres, assim como entre homens e entre mulheres. Nos trechos do diário podemos perceber atividades diferenciadas de homens e mulheres, funções marcadas pelo determinismo natural dos corpos e assim delineadas as finalidades de homens e mulheres no âmbito econômico, político, social e ambiental:

Segunda-feira, 25 de dezembro de 1916 – (...) Papai disse que dará um dote à filha que souber ser uma cozinheira de verdade. Não quero tal dote, quero mostrar que sirvo para alguma coisa. Serviço é que não falta! Todos deviam nascer com o firme propósito de embelezar e tornar perfeito o canto do mundo em que vivem; por menor que seja, o esforço sempre há de aparecer (ASSIS BRASIL, 1983).

Sexta-feira, 2 de setembro de 1927 – Madrugamos todas para tirar leite. Estava muito frio. Chuviscava. O Raimundo e o João Francisco são os únicos homens que se mantêm de pé. As mulheres, por enquanto, vão guapeando, felizmente (...) (ASSIS BRASIL, 1983).

Assim como Ávila, Ribeiro e Henning (2016) nos fala que, além da desconstrução da categoria mulher, atualmente é problematizada a relação das mulheres com a natureza e o meio ambiente. Se a categoria ‘mulheres’ não pode ser considerada universalizante, tampouco podem suas relações. Nesse contexto, mulheres e meio ambiente não podem ser naturalizados e homogeneizados.

Dentro do debate ambiental por que examinar a questão de gênero e natureza? Qual a relação entre a mulher e a natureza? Ela é diferente entre a relação homem/natureza? Questões que Garcia (1992) traz que nos faz pensar nos modos como nos constituímos como natureza e como mulher no Pampa gaúcho.

## **CONCLUSÃO**

Ao longo da história Rio-grandense, se construíram modos diversos de ser e estar no mundo, diversas maneiras de lidar com o tempo e o espaço, através de muitas práticas, essas concepções foram e são apreendidas e interiorizadas, tornando-as quase “naturais” (ainda que sejam fatos culturais). Homens e mulheres pampeanos são constituídos através de práticas e relações que instituem gestos, modos de falar e agir, condutas e posturas apropriadas, no âmbito cultural, social, econômico, político e ambiental.

Para além do antropocentrismo em que o homem assume uma posição de superioridade diante da natureza, o modo como olhamos, interagimos e protegemos a natureza é produzido com base numa visão historicamente desenvolvida. Quais verdades vão tomando como legítimas nessa construção histórica? Como essa forma de ser e estar gaúcho que vai se atualizando no tempo, percebe e constrói um discurso de natureza? Como a mulher e a natureza são narradas na literatura do pampa gaúcho na atualidade?

No Diário de Cecília de Assis Brasil as vivências de Cecília são marcadas pelo amor à vida no campo, entre o trabalho e a lida campeira, nos convida a degustar um mate, leituras e bordados; a natureza e o pampa são narrados fazendo parte da sua vida rotineira entre descobertas e paisagens pampianas.

É importante pensar a literatura e outras pedagogias culturais como ferramentas potentes que atravessam o campo da Educação Ambiental. Assim buscamos compreender os modos como vemos e narramos a mulher, a natureza, o Pampa; como



os mesmos foram transformando-se na atualidade; e potencializar o pensar sobre quem somos, como mulher, como natureza e como pampa.

## REFERÊNCIAS

ASSIS BRASIL, Cecília. **Diário de Cecília de Assis Brasil**. REVERBEL, Carlos (org.). Porto Alegre, L&PM, 1983, 208p.

ÁVILA, D. A. RIBEIRO, P.R.C. E HENNING, P.C. “O Gênero é fundamental para o desenvolvimento sustentável”: reflexões sobre a operação de dispositivos em programas globais e seus efeitos para a Educação Ambiental. Rio Grande: **REMEA**, Ed. Especial, p.95-119, julho/2016. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/remea/article/viewFile/5962/3685> Acesso em: 05 de setembro de 2016.

BENCKE, G. A.; CHOMENKO, L. & SANT’ANNA, D. M. O que é o Pampa? In: CHOMENKO, L.; BENCKE, G. A. **Nosso Pampa Desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. 2016. p.16-27

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 2002. GARCIA, S.M. Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.0,n.0, p.163-68,1992. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/381/38126508015.pdf> Acesso em: 05 de setembro de 2016.

GUIMARÃES, L. B. A importância da história e da cultura nas leituras da natureza. **Inter-Ação: Rev. Fac. Educ.** UFG, v. 33, n.1, p. 87-101, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/viewFile/4244/4174> Acesso em: 05 de setembro de 2016.

GUIMARÃES, L. B. A invenção de dispositivos pedagógicos sobre o ambiente. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, v.5,n.1, p.11-26, jan. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/pea/article/view/30083/31970> Acesso em: 05 de setembro de 2016.

REVERBEL, C. Introdução. In: ASSIS BRASIL, Cecília. **Diário de Cecília de Assis Brasil**. REVERBEL, Carlos (org.). Porto Alegre, L&PM, 1983, 208p.

RIBEIRO, P.R.C. et al. Sexualidade na sala de aula: pedagogias escolares de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p109-129, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100006/7945> Acesso em: 05 de setembro de 2016.

SCHLEE, R. L. et.al. A construção de um discurso de Natureza no Pampa e sua problematização sob as lentes da Educação Ambiental. In: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental, 7, 2015, Rio Grande: **Anais...**Rio Grande: FURG, p.188-197.

2015. Disponível em:  
[http://www.educacaoambiental.furg.br/images/stories/fruit/ANAIS\\_EDEA\\_FINAL.pdf](http://www.educacaoambiental.furg.br/images/stories/fruit/ANAIS_EDEA_FINAL.pdf)  
Acesso em: 05 de setembro de 2016.

SUERTEGARAY, M.A. & SILVA, L.A. PIRES DA. Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha. **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Valério de Patta Pillar...(et al.) Editores – Brasília: MMA, p. 42-59, 2009. Disponível em:  
[file:///D:/Users/User/Downloads/campos%20sulinos\\_completo.pdf](file:///D:/Users/User/Downloads/campos%20sulinos_completo.pdf) Acesso em: 05 de setembro de 2016.

VARGAS-MONROY, L.; PUJAL I LLOMBART, M. Governamentalidad, dispositivos de gênero, raza y trabajo: La conducción de La conducta de las mujeres trabajadoras. **Universitas Psychologica**, Colombia, v.12,n.4,1255-1267. Doi: 10.11144/Javeriana. UPSY12-4.gdgt. Disponível em:  
<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/viewFile/6501/5927> Acesso em: 05 de setembro de 2016.

VIEIRA, V.T.; HENNING, P. C. A crise ambiental em evidência: análise do discurso foucaultiano – modos de fazer pesquisa em educação. **Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.22,n.40, jul./dez. 2013. Disponível em:  
<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/764/537> Acesso em: 05 de setembro de 2016.

WORTMANN, M. L. C. A Educação Ambiental em perspectivas culturalistas. In: CALLONI Humberto; SILVA, Paulo Ricardo Granada (Org.). **Contribuições à Educação Ambiental. II Encontro e Diálogos com Educação Ambiental FURG**. Pelotas, RS: Editora Universitária/UFPel, 2010. p. 13-38.

# A MATERNIDADE DESMISTIFICADA NO CONTO XX + XY DE GIOVANNA MADALOSSO

Luana de Carvalho Krüger<sup>1</sup>  
Jade Bueno Arbo<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** maternidade desmistificada; literatura contemporânea; estudos feministas;

## INTRODUÇÃO

*XX + XY* de Giovana Madalosso é o conto de abertura do livro *A Teta Racional* publicado em 2016. Esse conto apresenta uma narrativa acerca da maternidade de uma mãe solteira e como ela reage diante a desafios e conflitos pessoais e sociais. Os leitores são apresentados a uma narradora-personagem que conta suas lembranças, ao mesmo tempo em que relata suas experiências durante a maternidade, fazendo alguns *flashbacks* anteriores ao nascimento do filho. Nesse conto, somos apresentados a uma mulher que fala aquilo que sente, quebrando os tabus de uma maternidade perfeita entendida pelos padrões sociais atuais.

Neste trabalho, pretendemos fazer uma análise acerca da narrativa apresentada no conto, utilizando como referencial teórico as discussões apresentadas por Judith Butler em seu livro *Problemas de Gênero*, acerca da não-essencialidade do gênero e por Simone de Beauvoir no livro *O Segundo Sexo*, acerca do papel da mulher na sociedade e da maternidade. Mostraremos ainda como o conto apresenta a maternidade de forma desmistificada, desconstruindo conceitos quanto à mãe ideal e do instinto materno como inerentemente feminino, e subvertendo o horizonte de performances de gênero prescritas ao sujeito-mãe.

## METODOLOGIA

Simone de Beauvoir (2016) apresenta um panorama histórico acerca do que é ser mulher. A filósofa mostra em suas discussões uma relação direta entre ser mulher e economia, isso significa que se a mulher não trabalha e/ou não apresenta lucros para a família, ela é minimizada. Assim, historicamente o papel da mulher se caracterizou e,

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – luana-kruger@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – harbaud@gmail.com

podemos dizer que se fundiu, ao papel de mãe e dona do lar. Ela diz: “Os trabalhos domésticos a que está voltada, porque só eles são conciliáveis com os encargos da maternidade, encerram-na na repetição e na imanência” (BEAUVOIR, 2016, p.98). Entende-se aqui o papel da mulher como sendo simplesmente relacionado ao seu papel biológico de reprodução da espécie.

Tourinho, no artigo intitulado *A mãe perfeita: idealização e realidade - Algumas reflexões sobre a maternidade*, diz que:

“(...) depositou-se no ideal da mãe perfeita a responsabilidade pela unidade familiar e pela garantia ao homem de maior disponibilidade para outras obrigações sociais: a mãe ideal conjugaria perfeitamente sexo, estabilidade conjugal e responsabilidade com os filhos.” (2006, p. 04)

Dessa maneira, não uma mulher, mas uma mãe, desempenha um papel fundamental na sociedade. Ela só é reconhecida como indivíduo a partir da maternidade, pois é quando apresenta uma contribuição social relevante e que não pode ser desempenhada pelo homem.

A partir dessas reflexões, podemos ver que ainda hoje, em nossa sociedade, perdura o mito da essência materna, do instinto natural da mulher para com a maternidade. Espera-se da mulher-mãe a dedicação total ao filho, a perfeição sem esforço, sem custo à saúde física e mental, afinal, é de sua natureza feminina cuidar.

Porém, segundo Butler (2016), o gênero não é dotado de uma essência, e sim tem uma impressão, uma ilusão de essência que é mantida através da repetição de performances. Assim, a natureza feminina, segundo essa visão, é um mito propagado por discursos reguladores que designam à mulher mãe as performances da maternidade perfeita e indolor para que esta seja compreendida em sociedade.

A partir da perspectiva de performatividade do gênero, uma vez desessencializando o ser mulher e, portanto, a maternidade, podemos lançar luz ao terreno de batalha que é a performance da maternidade. Como não há, de fato, uma essência feminina, as performances prescritas para um ou outro gênero são arbitrárias (B243) e podem ser determinadas para para beneficiar uma ou outra instituição ou grupo social.

As performances de gênero da mulher mãe é, então, um campo de batalha cheio de constrangimentos que (de)limitam os contornos sociais do indivíduo, e as performances que lhe cabem para ser compreendida, de fato, enquanto mulher.

Assim, podemos ver que a narradora do conto *XX + XY* retoma essas discussões mostrando o que é esperado dela socialmente, as performances prescritas aos sujeitos-

mães, não necessariamente o que ela espera da maternidade. Refletindo acerca da relação dela com o filho e das suas necessidades pessoais como ir ao banheiro, dormir, fumar e beber, a narradora-personagem se vê abdicando de todas as suas vontades pelo filho, cedendo a algumas performances esperadas e, ao mesmo tempo, subvertendo outras.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conto *XX + XY* apresenta essa relação entre mãe e filho, onde a mãe torna-se uma escrava da maternidade idealizada e vive para o bem-estar de uma criança. Assim, durante a narrativa, encontramos trechos em que a mãe quer ir no banheiro, mas não consegue fazer essa tarefa sozinha, pois o filho precisa ser alimentado. Aqui a narradora mostra que não há outra opção:

“(…) A mãe tem que por o bebê pra arrotar depois de cada mamada. E era isso que eu estava fazendo quando me deu uma baita vontade de ir ao banheiro. Eu já tinha voltado da maternidade. Estava em casa, sem ninguém pra me ajudar. Fui com meu filho no colo até o banheiro, abri a calça e sentei na privada. Caguei. E, enquanto isso ele regurgitou no meu colo. Um jato de leite azedo que escorreu pelo meu braço e pela minha barriga. Quanto tentei me limpar ele se mexeu de um jeito brusco e abriu a ferida do meu peito, que estava rachado. Comecei a chorar. E meu filho, sempre em simbiose comigo, chorou também. Nos acolhemos, nos grudamos um ao outro. Uma bola de fezes, vômito e sangue, lágrimas e muco se amando intensamente.” (MADALOSSO, 2016, p. 12 e 13).

Nesse momento, o leitor parece ser convidado a quebrar alguns paradigmas, afinal, o que seria mais correto: deixar o filho por um instante, enquanto esse chora, ou alimentá-lo no banheiro? Mais que isso, a narradora apresenta um fato sem omitir aquilo que desassossega, que causa desconforto, que enoja. “A maternidade, descobri, é um ato de coragem porque quem ama com tanta intensidade se expõe ao mundo sem a pele” (MADALOSSO, 2016, p.20).

Tratando ainda do papel da mãe e da responsabilidade de criar e cuidar de um filho a narradora diz apresenta momento onde a dor de uma mãe é completamente esquecida e descartável comparada às necessidades do filho. Relatando um momento em que o filho acaba bebendo sangue, pois o seu seio estava rachado ela diz:

“(…) Quando amanheceu, liguei para o pediatra, ansiosa por um alento, por uma medalha de honra na minha farda azeda de leite, e também por um alívio, por uma autorização para minha teta ferida bater em retirada, mas o que ouvi foi apenas: pode continuar, não tem problema ele beber o teu sangue. Posso pelo menos tomar um analgésico?, perguntei. Não, ele disse, o analgésico passaria para o leite, não é bom para o bebê. Entendendo quem era

prioridade naquela história que se repetia desde o surgimento do homem, voltei para a cama e dormi sem nem tirar os chinelos.” (MADALOSSO, 2016, p. 16)

Percebe-se que qualquer exaustão e/ou sofrimento de uma mulher, diante das necessidades de um filho, são anuladas. O que em um primeiro momento pode parecer um meio de mostrar o seu amor pelo filho, e socialmente é o que se espera de uma mãe, mostra também que a mulher deve se anular, esquecer qualquer uma de suas vontades, pois o papel social dela é ser mãe. Ela não tem direito de descansar, pois ela deve criar o seu filho acima de qualquer outra necessidade psicológica ou física que ela tenha.

Assim a narradora se esconde, ela não fala o que ela sente para os outros personagens, o leitor é como um confidente, um diário. Nenhuma de suas confissões são apresentadas aos outros personagens, pois eles não entenderiam. Ela seria julgada, porque é socialmente errado dizer que se está exausto de um filho, ou que não se tem vontade de levantar para alimentar um filho. Nada mais é importante além do filho, dessa maneira, a narradora se anula como mulher, para assumir o papel de mãe.

Ao mesmo tempo, esse leitor é real, um confidente que percebe e desconstrói junto com ela a perfeição da maternidade. Não se espera que uma mãe fale dessa forma, ou sequer julgue e critique um posicionamento médico, no entanto, ela o faz. Mostrando que essa performance de mulher-mãe, embora seja o esperado socialmente, é também o questionado, pois não é intrínseco a mulher, afinal “(...) mãe sofre minha filha, você vai ver. Ela nem precisava me dizer, eu já estava vendo.” (MADALOSSO, 2016, p.19).

## **CONCLUSÃO**

Nota-se assim o cenário das performances dessa mãe como ricos em constrangimentos que delimitam, de fato, as performances prescritas ao sujeito-mãe, ao mesmo tempo que desmascara o mito da essência materna atribuída ao sujeito marcado como feminino. Ao mostrar o que realmente se passa nos momentos privados, na mente e no particular dessa mãe enquanto não está sendo observada, a ilusão de instinto materno cai por terra, mostrando, assim, que a perfeição materna, o amor constante, incondicional e puro, sem peso e custos para a mãe, é nada mais que uma performance prescrita, e não uma essência que emana.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**.1949. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. Trad. Sérgio Milliet.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MADALOSSO, Giovana. **A Teta Racional**. São Paulo: Grua. 2016.

TOURINHO, Julia Gama. **A mãe perfeita: idealização e realidade - Algumas reflexões sobre a maternidade**. IGTna Rede,v. 3, n. 5, 2006. Disponível em: <<http://www.igt.psc.br/ojs2/index.php/igtnarede/article/view/1710/2342>>.Acesso em: 06/04/2017

## A MÁQUINA DO GÊNERO EM A OTÁRIA DE MÁRCIA TIBURI

Jade Bueno Arbo<sup>1</sup>  
Luana de Carvalho Krüger<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** performatividade do gênero, interpelação do sujeito, estudos feministas.

### INTRODUÇÃO

A *Otária* é um conto escrito por Márcia Tiburi e publicado em 2014. O conto consiste-se de uma narrativa na qual dois personagens buscam, capturam e aprisionam um sujeito feminino, chamada de “otária” no decorrer da narrativa, para a realização de experimentos, acoplando-a a uma máquina. A história é contada por um dos dois personagens que capturam a “otária”, e através de sua narrativa do processo de caça e captura, recebemos informações crípticas quanto a que se trataria o projeto no qual os dois personagens estão trabalhando, seu líder, seus objetivos, e o treinamento que receberam.

A partir das pistas deixadas pelo narrador em um conto rico em sua simbologia, pretendemos fazer uma análise do sistema representado no conto a partir dos conceitos de performatividade do gênero apresentadas por Judith Butler em seu livro *Problemas de Gênero*, bem como as discussões apresentadas por ela em *Excitable Speech* acerca da interpelação do sujeito através da linguagem.

### METODOLOGIA

O conto *A Otária* apresenta um narrador em primeira pessoa que pode ser definido, segunda a classificação de Leite *apud* Genette (1985), como um narrador homodiegético, isso significa que ele está presente na obra, logo conta a história através de suas perspectivas, pois é um narrador-personagem, no entanto, não é ele o protagonista da narrativa. Sendo assim, esse narrador mostra o seu ponto de vista, que, se olharmos para o conto, é a voz de um homem que usa de sua força e de seus estudos prévios para definir mulheres como ótarias.

Cabe aqui, sairmos um pouco dos aspectos formais do texto e nos direcionarmos a questões sociais, como Beauvoir (2016), no capítulo intitulado História, faz ao mostrar que em uma sociedade capitalista a propriedade privada é o que tem valor, logo, o homem, dono

---

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – harbaud@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – luana-kruger@hotmail.com



desse espaço, torna-se o dono inclusive da mulher. Mesmo com os avanços sociais atuais, ainda é propagado (pré)conceitos acerca da posse e do entendimento das ‘faculdades’ de uma mulher, ainda vista como o ‘Outro’, o estranho a ser estudado e inferiorizado.

Se pensarmos no narrador novamente, podemos entender que esse discurso voltado para a perfeita ótaria e o estudo dela através de uma máquina, representa literariamente o pensamento de uma sociedade onde ainda compreende os homens como dominadores de uma espaço de conhecimento e de estudos científicos, bem como a mulher como um ser inferiorizado e desqualificado, digno de um adjetivo pejorativo. Com os avanços dos estudos feministas, temos os estudos de Butler (2016), que trazem o debate para questões da performatividade do gênero.

Butler (2016) propõe, em *Problemas de Gênero*, que o gênero é performativo, ou seja, o gênero não seria uma essência a ser exteriorizada, mas sim o *efeito* de essência gerado por um conjunto de atos, de *performances* realizadas por indivíduos no decorrer de suas vidas. O gênero, ao mesmo tempo que não é uma essência dos indivíduos, também não é opcional. Segundo Butler (2016), o gênero é compulsório no sentido de que o indivíduo depende de sua generificação para que seja compreendido na sociedade contemporânea. Assim, por sua ausência de essência e pela arbitrariedade dos atos atribuídos a um gênero ou outro, “habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero” (BUTLER, 2016, p. 240).

Mas se o gênero não é um dado de realidade, não é uma essência do indivíduo, de onde ele vêm? Como ele é mantido? Sobre isso, Butler coloca:

“O gênero é uma construção que oculta normalmente a sua gênese; o acordo coletivo tácito de exercer, produzir e sustentar gêneros distintos e polarizados como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade dessas produções - e pelas punições que penalizam a recusa a acreditar nele; a construção que “obriga” nossa crença em sua necessidade e naturalidade” (2016, p. 241).

Sua obra intitulada *Excitable Speech* (1997) lança uma nova luz aos processos que generificam um indivíduo, trazendo o conceito de *interpelação* à sua discussão sobre gênero. Butler aponta que uma existência social do corpo só é possível a medida que esse mesmo corpo é interpelado pela linguagem, ou seja, “impregnado” de significado ao ser *chamado* de algo, ao ser denominado. Essa interpelação, essa denominação do indivíduo, “(...) não ‘descobre’ o corpo, e sim o constitui fundamentalmente” (BUTLER, 1997, p.5, tradução nossa)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> “does not ‘discover’ this body, but constitutes it fundamentally”.

A partir desses conceitos, buscou-se olhar para o conto de Márcia Tiburi de forma a decifrar seus elementos: a “otária”, o personagem narrador e a “máquina”.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente, podemos tratar do narrador. Ele é um dos sujeitos que busca, junto com o seu parceiro, uma otária a ser capturada. Ao longo do conto, o narrador aponta ter passado por uma doutrinação:

Por isso, somos treinados para a fidelidade total à máquina que está acima de todos nós, na qual somos eleitos um a um até sermos batizados. Somos treinados para respeitar o programa previamente definido muito antes do nascimento de qualquer um de seus operadores. (TIBURI, 2014, p. 1)

O uso da terceira pessoa do plural pode tanto refletir a ideia de dois personagens, como também representar um inconsciente coletivo, que reflete um pensamento social diante do que é ser uma mulher e do que somos ‘treinados’ para entender sobre elas.

Esse programa previamente definido pode ser lido como o programa de generificação e os processos de adequação do sujeito à gramática normativa do gênero, pois fala sobre prescrições comportamentais sem gênese definida, a mesma gênese oculta à qual Butler se refere quando se trata das performances de gênero. Mais tarde, o narrador aponta para a sua reprodução de comportamentos prescritos a homens, particularmente sobre como tratar as mulheres:

Precisamos de um tipo ingênuo, capaz de acreditar em nós por meio de simples gestos que possamos emitir, tais como levantar a mão oferecendo passagem, um piscar de olhos como os de antigamente. Vimos muitos filmes para chegarmos a esta formulação. Sem os filmes não seríamos tão competentes no que fazer. (TIBURI, 2014, p. 1).

Nota-se também que essa performance não é advinda de uma essência, mas atos encorajados pela cultura (no caso dos filmes aqui citados) e por “recompensas” (no caso da atenção das mulheres”.

A personagem da “otária”, no entanto, é vista através da perspectiva masculina desse narrador, e, assim, interpelada (impregnada de significado) por seu discurso. A personagem feminina capturada não é otária porque de fato essa é a sua essência, mas por que ao ser tratada por “otária” pelo narrador, ela é assim constituída. Em outras palavras, a personagem não é descoberta como otária, mas inaugurada como otária por ser chamada como tal. Vejamos:

“A otária é reconhecida no meio da multidão dentre outras que trafegam indo de um lugar para o outro pelas falhas na camuflagem. Batom rosa no lugar de lábios secos,

meias de seda no lugar da pele. Não gostamos das safadas, as que olham de esguelha. (...) Quando conseguimos mapear as que andam na região, decidimos pela otária do dia. Não usamos qualquer uma. (...) Não podemos usar as mais limpas, nem as mais sujas, precisamos da otária ideal que sempre acaba por se oferecer ao nosso olhar mais simples.” (TIBURI, 2014, p. 1).

Ao mesmo tempo, reconhecemos no texto algumas pistas sobre o que seria essa máquina, dentre elas a sua dependência da existência da otária “A otária é a garantia de que a sorte programada pela máquina chegará a seu termo. (...) Os espasmos da otária sobre a maca são a garantia de que tudo está correndo perfeitamente.” (TIBURI, 2014, p. 2).

Temos nesse trecho, bem como em outros no decorrer do conto, a indicação de que o funcionamento da máquina se alimenta das otárias. Olhamos para essa máquina, então, como uma alegoria dos processos generificadores, que, embora arbitrários, estão longe de serem neutros.

## CONCLUSÃO

No decorrer do texto, rico em simbolismos, vemos ser retratadas em primeiro plano uma máquina, um homem e uma mulher. A máquina pode ser vista como o aparato perpetuador do gênero, o aparato generificador com nuances institucionais, pois é ela que doutrina e é a ela que são entregues as otárias. Vemos a narrativa sendo contada pela visão do homem que serve essa máquina, o sujeito masculino do qual fala Beauvoir, que marca, em contraste, o Outro na figura da “otária”. Também vemos que a otária não é otária em si mesma, mas feita como tal ao ser interpelada pela linguagem do narrador.

Ao final do conto, Tiburi (2014, p.3) escreve: “A otária simplesmente mordeu a língua e, dizendo o nome da máquina, danificou-a de um modo irreparável”, o que pode indicar que, ao desvelar os mecanismos que estabelecem e mantêm a gramática normativa do gênero, tira-se o poder da máquina, despindo os discursos generificadores de seu estatuto de verdade.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 1949. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. Trad. Sérgio Milliet.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performative**. London, 1997.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. **O foco narrativo (ou A polêmica em torno da ilusão)**. São Paulo: Ática, 1985. Série Princípios.

## **GRUPO DE TRABALHO 5 – MULHERES NEGRAS, HISTÓRIA DE RELAÇÕES DE GÊNERO**

**Coordenadoras:** Cassiane de Freitas Paixão (FURG), Charlene Costa, Carla Silva de Ávila (UCPEL)

O Grupo de trabalho aqui constituído teve como objetivo realizar uma discussão sobre as mulheres negras, tanto dentro de uma perspectiva de gênero, quanto numa discussão sobre a história e o espaço social efetivamente construído e ocupado por esse grupo social na atualidade. As reflexões apresentadas ao longo do evento destinaram-se a pensar a partir de uma base de dados fundamentada tanto quantitativa como qualitativa. Destacamos que os dados foram socialmente construídos e problematizados visando trazer uma discussão contemporânea, cabendo tanto a análise das trajetórias, com respeito à ancestralidade, quanto à visibilidade das mulheres num relação para além do mundo do trabalho, contextualizando assim as mulheres negras nos espaços educacionais, científicos e também as relações sociais.

Os trabalhos apresentados trouxeram uma discussão e análise das comunidades quilombolas, por exemplo, mas propuseram a discussão do protagonismo das mulheres e suas diferentes trajetórias.

O trabalho intitulado **“As faces da pobreza rural e o protagonismo das mulheres em comunidades quilombolas de São Lourenço”** apresentou alguns indicadores sociais de famílias quilombolas, em situação de extrema pobreza, com recorte de gênero, evidenciando o protagonismo das mulheres quilombolas, a partir do estudo de três comunidades quilombolas rurais no município de São Lourenço do Sul que estão incluídas no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (programa fomento), desenvolvido pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater-RS . O estudo caracterizou e evidenciou às privações que as famílias em situação de extrema pobreza estão expostas, necessidades quanto a recursos materiais e financeiros, acesso aos bens e serviços públicos essenciais, mas também o enfrentamento quanto a outros determinantes históricos da pobreza rural e desigualdade de gênero no Brasil, tais como restrições no acesso à terra, limitações de acesso à educação, deficiências de infraestrutura, bem como a superação de limites que privam estas famílias e as mulheres.

O trabalho intitulado **“Gênero, Raça e Classe”** trouxe ao grupo uma breve discussão sobre questões relacionadas a autoria e representação feminina afro-brasileira, acerca da atuação sociopolítico-literária de escritoras negras brasileiras contemporâneas, onde as questões étnico-raciais, de gênero e de classe social atravessam e dialogam entre si. A

pesquisa tomou por base a produção ficcional de autoria feminina afro-brasileira veiculada na série literária *Cadernos Negros* (1978-atual). O texto apresentado trouxe a reflexão sobre as atividades literárias empreendidas por escritoras negras contemporâneas, pensando assim a construção de um ato estético politicamente engajado, em grande medida associado aos ideais do Movimento Negro instituído no Brasil.

No trabalho apresentado “**Minha cor te incomoda?**” teve como objetivo socializar algumas atividades que vem sendo desenvolvidas no curso de Licenciatura em Educação do Campo, com estudantes que atuam no Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena. Na discussão do trabalho foram apresentadas ações que têm contribuído para que crianças e jovens quilombolas se tornem protagonistas de sua própria história com a consciência e o valor de suas origens.

O Grupo de trabalho contou com a participação de ouvintes que auxiliaram no debate e trouxeram questões relacionadas à trajetória e espaço social ocupado pelas mulheres negras. As questões permearam tanto a conjuntura referente à construção social e estereotipada da mulher negra, trazendo colocações para desconstrução dessas idéias, bem como questionamentos sobre racismo e sexismo, ocupando assim um lugar de contribuição teórica e de experiências de pesquisa, transcendendo o viés acadêmico e ocupando um posicionamento para a luta da educação antirracista.

# FACES DA POBREZA RURAL E O PROTAGONISMO DAS MULHERES EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SÃO LOURENÇO DO SUL

Karin Peglow<sup>1</sup>  
Márcia Cristina de Lima Cabral<sup>2</sup>

**Palavras-Chave:** Pobreza Rural. Quilombolas. Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste trabalho é apresentar alguns indicadores sociais de famílias quilombolas<sup>3</sup>, em situação de extrema pobreza<sup>4</sup>, com recorte de gênero e procurando evidenciar o protagonismo das mulheres quilombolas. O estudo<sup>5</sup> envolve três comunidades quilombolas rurais no município de São Lourenço do Sul que estão incluídas no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais<sup>6</sup>(programa fomento), desenvolvido pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater-RS. A pobreza não é um fenômeno recente no Brasil, tem suas raízes desde seu processo de formação econômica, tornando-se mais consistente a partir da década de 1980 após as sucessivas crises econômicas. Como resultante da forma de ocupação e formação econômica do país, do rápido processo de industrialização e urbanização que aliou a contradição de promover grande expansão econômica com resultados sociais danosos, esse modelo de desenvolvimento institucionalizou também a pobreza rural, através de mecanismos como a concentração

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, [kpeglow64@gmail.com](mailto:kpeglow64@gmail.com).

<sup>2</sup> Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), [mcabral@emater.tche.br](mailto:mcabral@emater.tche.br).

<sup>3</sup> O termo “quilombolas” é utilizado aqui em uma abordagem sociocultural (identidade), referindo-se a populações ligadas a comunidades remanescentes de quilombos, sem considerar unicamente a dimensão étnica para delimitação (RUBERT, 2009)

<sup>4</sup> O MDS, no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), tem como referência linhas absolutas já adotadas no país, como a linha da Lei Orgânica de Assistência Social, de um quarto do salário mínimo per capita/mês; o patamar utilizado para inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais, de até meio salário mínimo mensal per capita; e as linhas do Programa Bolsa Família, que em junho de 2012, eram de R\$ 140 mensais/pessoa para definir a pobreza e de R\$ 70 por pessoa para a extrema pobreza.

<sup>5</sup> Os dados apresentados no presente trabalho constituem um recorte do conjunto de dados que integram um estudo mais abrangente que compõem pesquisa em andamento pela autora.

<sup>6</sup> Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais foi instituído pela Lei nº 12.512 (24/10/2011) e regulamentado pelo Decreto nº 7.644 de 16 de dezembro de 2011, é um instrumento do PBSM, no meio rural.

fundiária, o uso intensivo de tecnologias modernas que liberam mão de obra, relações precárias de trabalho e a urbanização acelerada que esvazia o meio rural (ZIMMERMANN, 2014). Reconhecendo-se que o fenômeno da pobreza vai além da simples restrição à renda, mas envolve também a privação de outros recursos materiais e o acesso aos bens e serviços públicos essenciais, tais como saúde, educação, alimentação, trabalho, habitação, saneamento básico e lazer (SEN, 2000), outros determinantes históricos da pobreza rural no Brasil somam-se a estes processos, tais como restrições no acesso à terra, acesso aos mercados, deficiências de infraestrutura em várias áreas.

Os quilombolas têm sua origem como população subordinada e escrava no espaço estancieiro, tendo sido sua relação de invisibilidade reforçada pelos processos de colonização por imigrantes europeus e com a modernização da agricultura (RUBERT, 2009). A diversidade dos processos de formação dos territórios de quilombos certamente relaciona-se com o tipo de relação social que se estabeleceu, a escravidão permeada pela servidão, conforme Rubert (2009) a complexidade relacionada à gênese do que vem a ser entendido como quilombo, surgindo daí diferentes estratégias de territorialização como local de refúgio e esconderijo; áreas doadas em testamento pelo antigo senhor estancieiro; aquisição através de compra paga com trabalho ou outros bens; recompensa em revoluções o simples “apossamento” de terrenos impróprios às atividades produtivas dominantes. Em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul (RS) foram identificadas 58 comunidades, onde todas apontaram ascendência negra, não necessariamente escrava, mas também indígena, brasileira, espanhola, portuguesa e polonesa, o que revela um pouco da relação destas comunidades com uma condição, não apenas uma etnia (RUBERT, 2005), situação encontrada também em comunidades quilombolas de São Lourenço do Sul. Quanto ao protagonismo das mulheres quilombolas, conforme a cientista social Cecília Godoi (2016)<sup>7</sup>, “falar de quilombos é falar de resistência e por isso é importante marcar o papel das mulheres nesse processo que é histórico, mas também contemporâneo”, pois desde o processo de resistência ao sistema colonial que ocorreu na África, as mulheres sempre tiveram grande participação na organização política, econômica e social dos quilombos, atuando na sua estruturação, desenvolvimento e luta.

De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares, existem 2474 comunidades quilombolas certificadas no país, 106 no Rio Grande do Sul (RS) e 5 em São Lourenço do Sul. Cabe ressaltar que São Lourenço do Sul é o segundo município do estado em número de

---

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.brasilefato.com.br/2016/11/28/quilombo-como-organizacao-luta-e-resistencia-das-mulheres/>

comunidades quilombolas, estando nessa posição juntamente com Porto Alegre e Piratini, que também possuem cinco comunidades certificadas (FCP, 2015). No território zona sul são mais de 40 comunidades, com uma trajetória de marginalização dos processos de desenvolvimento modernizantes, pois vivenciaram diversos processos que conduziram para a produção ativa de sua “ausência” como agentes sociais dignos de reconhecimento e de direitos humanos fundamentais, gerando uma série de privações (CAPA, 2009).

As políticas públicas para as comunidades quilombolas são recentes e vem sendo executadas em ritmo ascendente nos últimos 15 anos. Embora sem um recorte específico para quilombolas, este estudo destaca a política de combate a pobreza com a criação do PBSM<sup>8</sup> em 2011, que articula ações de transferência de renda, melhoria das condições de vida e acesso a oportunidades de ocupação e renda no meio rural (MDS, 2014). Em 2012, o governo do RS, firma um Acordo de Cooperação Técnica com os Ministérios de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Desenvolvimento Social (MDS) para execução do PBSM no meio rural, através do Programa Fomento, pela Emater-RS. Inicialmente 69 municípios foram incluídos, sendo um destes, São Lourenço do Sul, que possui o maior número de famílias quilombolas incluídas no programa, tendo este público sido priorizado no Território Zona Sul do RS.

Tendo como pano-de-fundo esse contexto, o estudo tem como objetivo apresentar e analisar alguns indicadores sociais de famílias quilombolas do município de São Lourenço do Sul que estão incluídas no Programa Fomento e procura trazer à tona “faces” da pobreza rural em comunidades quilombolas e do protagonismo das mulheres quilombolas.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada nesse estudo<sup>9</sup> constituiu-se por pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, com utilização de questionários e entrevistas, com base na pesquisa por levantamento, onde são utilizados questionários e entrevistas para observação de características de uma amostra (BARBETTA, 2002), realizados em 2012 e tabulados e organizados em 2015. Cabe destacar também a experiência em atividades de extensão rural no município por parte das autoras.

O município de São Lourenço do Sul possui uma população de 43.111 habitantes, caracterizado pela predominância de pequenas propriedades na sua zona

---

<sup>8</sup> O PBSM tem como foco reduzir a pobreza extrema no país, utiliza a perspectiva da multidimensionalidade, combinando ações de transferência de renda, melhoria das condições de vida e acesso a oportunidades de ocupação e renda (MDS, 2014), no meio rural é através do Programa Fomento, executado pela Emater/RS, visando a inclusão social e produtiva das famílias rurais, através de recursos financeiros para a implantação de projetos de estruturação produtiva, e ações de inclusão social e políticas públicas para a promoção da cidadania e garantia de direitos.

<sup>9</sup> Os dados apresentados no presente trabalho constituem um recorte do conjunto de dados que integram um estudo mais abrangente que compõem pesquisa em andamento pela autora.



colonial (59,05% estabelecimentos com até 100ha), com 43,78% das pessoas residentes em área rural. Em relação a faixa de renda, 1.310 tinham a renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00, o que significa que 3,0% da população vivia em situação de extrema pobreza. Desse total, 628 (47,9%) viviam no meio rural e 682 (52,1%) no meio urbano (IBGE, 2010). Do ponto de vista da questão étnico racial, 20,5% se classificaram como brancos, 17,0% como pretos, 3,5% como pardos e 0,6% das pessoas se declararam amarelos ou indígenas. A implementação do Programa Fomento beneficiou 152 famílias de agricultores familiares, sendo que destes, 69 famílias são quilombolas, oriundas das cinco comunidades existentes no município, pois o mapa dos aglomerados rurais com maior concentração de famílias em extrema pobreza coincidiu fortemente com a localização das comunidades quilombolas. A amostra é composta por 30 (trinta) famílias quilombolas, equivalendo a 43% da população quilombola total no programa no município, de 3 comunidades quilombolas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As 30 famílias que compõem a amostra são oriundas das comunidades quilombolas Torrão (56,7%), Monjolo (26,7%) e Coxilha Negra (16,7%). Este percentual da amostra relacionado ao número de famílias residentes equivale a 89,47% do total de famílias da comunidade do Torrão, a 32% do Monjolo e 16,66% da Coxilha Negra, evidenciando que Torrão concentra maior número de famílias em situação de extrema pobreza e também é a comunidade mais distante da sede do município, localizada a 60 Km, em acordo com os estudos quanto a pobreza rural e também em relação aos quilombos, aumentando as privações de acesso a serviços e políticas públicas. Em relação ao integrante da família que respondeu o questionário estão distribuídos quanto ao gênero em sua maioria feminino correspondendo a 53,3% e, 46,7% masculino; quanto à idade, a média é 39,73 anos, tendo como idade mínima 25 anos e máxima de 60 anos. Entre as mulheres, a média de idade é de 38,43 anos. Em relação ao grau de escolaridade, 63,35% dos entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto e 26,7% são analfabetos; entre as mulheres entrevistadas 37,5% possuem o fundamental incompleto, 18,75% o fundamental completo e 25% são analfabetas; índices que revelam a grande carência educacional nestas comunidades.

Em relação ao número de integrantes da família, estas possuem em média 3 integrantes, variando entre o mínimo de 1 e o máximo de 7 integrantes, sendo que das

famílias em que as mulheres responderam o questionário, a média de integrantes é de 4,18 enquanto que entre os homens respondentes a média é de ,93 integrantes. Do total de integrantes (74 pessoas), a maioria é do sexo masculino (62%), distribuídos quanto a idade com 34% de crianças, (até 14 anos), 13,51% de jovens (15 a 24 anos), 48,64% de adultos (5 a 60 anos) e 4,05% de idosos (acima de 60 anos). Entre os do sexo feminino, em sua maioria estão entre as crianças (35,71%) e adultos (42, 85%).

Em relação a escolaridade dos integrantes das famílias, cabe destacar que 80% dos jovens estão estudando (ensino fundamental e/ou médio), sendo que apenas jovens do sexo feminino cursam o ensino médio; 20% do total de jovens não estão estudando (todos sexo masculino) e possuem ensino fundamental incompleto. Entre os adultos 19,44% não são alfabetizados (28,5% sexo feminino), 5,55% são alfabetizados (50% sexo feminino), 52,77% possuem ensino fundamental incompleto (32% sexo feminino) e 5,55% possuem o fundamental completo (50% sexo feminino). Os dados apontam para um melhor grau de escolaridade dos integrantes do sexo feminino. Cabe destacar que existem escolas próximas as comunidades, porém provavelmente há outros fatores relacionados a não continuidade nos estudos, principalmente entre os jovens (20%) do sexo masculino, que não foram aprofundados neste estudo.

Em relação à área das UPF's onde residem as famílias, uma característica comum nas comunidades é que 100% da amostra estão na condição de “posseiro”, ou seja, não possuem documentação da terra, apontando o longo caminho a percorrer para a titulação dos territórios e, como reforça Pinheiro (2014), a normatização estatal desses territórios possui muitos entraves, tanto burocráticos como de conflitos locais, embora tenham sido historicamente expropriados. Quanto à área ocupada, possuem uma média de 1,41 hectares (há), distribuída quanto ao gênero entre os entrevistados, com média de 0,86 há para sexo feminino e 1,43 há para sexo masculino. Porém 50% das famílias investigadas possuem áreas menores que 1 hectare (86,66% entrevistadas sexo feminino), 47% de 2 à 3 ha e somente 1 família com 4 há, caracterizadas em grande parte, pelo difícil acesso aliadas a difíceis condições de trabalho e uso para a produção. Os dados permitem levantar a hipóteses da relação de desigualdade no acesso a terra, onde há maior número de pessoas, já que também as famílias mais numerosas são as que foram mulheres entrevistadas.

Em relação às condições de habitação, 80% das moradias são de alvenaria, as condições da moradia são, em grande parte, de regulares a ruins (86%), quanto ao número de cômodos da casa a média é de 2,7 cômodos, porém, chama a atenção a

moda, em relação às duas variáveis, pois a quantidade de cômodos que mais se repete é 1 cômodo, para a casa e para dormir, evidenciando as limitações quanto a moradia; porém muitas famílias estavam encaminhando projetos para construção ou reforma de casas através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Em relação à energia elétrica 93,3% possuem este serviço; quanto ao acesso às propriedades, 60% destas expressaram condições ruins ou muito ruins. Essa dificuldade de acesso além de ser uma barreira física, acaba contribuindo para o isolamento, conforme Rubert (2009), gerando exclusão social e invisibilidade dessas comunidades. Quanto às condições de saneamento, 57% não possuem banheiro; 63% das famílias possuem água insuficiente para o consumo, sendo oriunda de cacimba em todas as famílias, a privação de acesso à água, conforme Zimmermann (2014) é um elemento determinante para manutenção da condição social de pobreza dessas famílias. Quanto à habitação e saneamento, as condições e privações são semelhantes quanto ao gênero dos entrevistados. Na perspectiva de que os *pobres* são produto de relações sociais que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um “lugar na sociedade” (YAZBEK, 2009), os dados expressam desafios para as políticas públicas, evidenciados através das privações em relação a habitação, água, terra entre outros.

Cabe ainda destacar que se observou durante a execução do programa que na maioria das famílias a mulher desempenha o papel de “chefe de família”<sup>10</sup>, como responsável pelo sustento e segurança alimentar da família. Bem como o papel das mulheres como guardiãs e mantenedoras da cultura, assim como sua importância na garantia da vida nas comunidades.

## CONCLUSÃO

Para a inclusão no Programa Fomento, muitas famílias tiveram que ser “achadas”, eram famílias invisíveis até para vizinhos, e através da política pública começam a ser desvendadas e incluídas. As análises que podem ser feitas sobre as “faces da pobreza” rural a partir desse breve estudo, revelam que sua invisibilidade somada ao processo de “subordinação”, constitui desigualdades que tiveram como reflexo a situação de pobreza dessas famílias, acentuando também desigualdades de gênero. Nesse contexto, além disso, cabe ressaltar o papel protagonista das mulheres na

---

<sup>10</sup>Conforme o IBGE, associado à autoridade e responsabilidade pelos negócios da família e, na maioria dos casos, à mais importante fonte de sustento.

manutenção da vida nas comunidades, quer seja pela garantia da segurança alimentar (ainda que em condições de acesso desigual a terra), mas também como guardiãs da cultura quilombola.

Este trabalho busca apresentar algumas faces da pobreza rural entre famílias quilombolas, com ênfase no recorte de gênero, através de sua caracterização quanto às privações que as famílias em situação de extrema pobreza estão expostas, evidenciando necessidades quanto a recursos materiais e financeiros, acesso aos bens e serviços públicos essenciais, mas também o enfrentamento quanto a outros determinantes históricos da pobreza rural e da desigualdade de gênero no Brasil, tais como restrições no acesso à terra, limitações de acesso à educação, deficiências de infraestrutura, bem como a superação de limites que privam estas famílias e as mulheres, da vida que elas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm.

## REFERÊNCIAS

BARBETTA, P. A. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 4 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

CAPA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: território da cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Pelotas, 2009. 68 p.

FCP. Fundação Cultural Palmares. Disponível em <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em 12 de outubro de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2010. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br> Acesso em: 29 ago. 2015

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A POBREZA. Plano Brasil Sem Miséria – Resultados no meio rural 2011 a 2014. Brasília, 2014.

PINHEIRO, P. S. Comunidades quilombolas na região das antigas charqueadas: territórios negros e políticas públicas no município de São Lourenço do Sul, RS. In: **Cadernos do Lepaarq**, v. XI, n. 22, 2014.

RUBERT, Rosane Aparecida. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: SILVA, Gilberto Ferreira et al. (Orgs) **RS negro**: cartografia sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 165-181

RUBERT, Rosane Aparecida. **Comunidades negras rurais do RS**: um levantamento socioantropológico preliminar. Porto Alegre: RS Rural, IICA, 2005. 173 p.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012 <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a05n110.pdf>. Acesso em 29 de outubro de 2014.

ZIMMERMANN, S. A.A abordagem territorial nas políticas públicas brasileiras e a pobreza rural: um olhar a partir de estudos de caso. In **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, edição especial XXI ENGA-2012, jun. 2014.

GÊNERO, RAÇA E CLASSE: questões sobre autoria e representação feminina afro-brasileira

Rodrigo da Rosa Pereira<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Escritoras negras. Literatura afro-brasileira contemporânea. Gênero. Raça. Classe social. *Cadernos Negros*.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, faremos uma breve discussão acerca da atuação sócio-político-literária de escritoras negras brasileiras contemporâneas, inevitavelmente atravessadas por questões étnico-raciais, de gênero e de classe social. Tomamos por base a produção ficcional de autoria feminina afro-brasileira veiculada na série literária *Cadernos Negros* (1978-atual), uma publicação coletiva de periodicidade anual, organizada pelo grupo Quilombhoje de literatura, de São Paulo, aberta para participação de autores de qualquer parte do Brasil.

Ao examinar o processo de invenção de um discurso de autorrepresentação no sentido de produção de identidades culturais afro-brasileiras, Florentina da Silva Souza (2006) constata que a produção literária veiculada nos *Cadernos negros*, de modo geral, inova na proposição de imagens que desestabilizam estereótipos associados aos afrodescendentes e na explicitação do desejo de emancipá-los, por meio da concretização de mudanças na ordem das representações e dos lugares sociais, um tema quase ausente na produção literária brasileira instituída. É nesse sentido que buscamos aqui debater especificamente a literatura de autoria feminina afro-brasileira.

## METODOLOGIA

O trabalho desenvolveu-se através de pesquisa bibliográfica.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

É fato inquestionável que historicamente as representações femininas que tradicionalmente figuram nos discursos literários brasileiros foram elaboradas sob a ótica masculina e, mais especificamente, sob a perspectiva de homens oriundos do

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - rrpereira83@gmail.com

grupo étnico-racial “branco”, intelectuais diretamente ligados aos ideais eurocêntricos. Devido a isso, verificamos que, durante um longo período, com raras exceções, o universo artístico-literário brasileiro excluiu a presença de sujeitos femininos, isto é, das mulheres como agentes de sua própria história, fosse enquanto personagens ou escritoras. Aliada à ideologia patriarcal no caso das mulheres negras, a ideologia racista é responsável por uma dupla exclusão: de gênero e étnico-racial. Soma-se a isso ainda a exclusão de classe, largamente associada à população afro-brasileira.

Na literatura brasileira, a representação hegemônica da mulher negra, desde o período colonial à contemporaneidade, tem sido construída através de discursos negativamente demarcados por estereótipos. Conforme observa Evaristo (2011, p. 139):

[...] talvez, o modo como a ficção revele, com mais intensidade, o desejo da sociedade brasileira de apagar ou ignorar a forte presença dos povos africanos e seus descendentes na formação nacional se dê nas formas de representação da mulher negra no interior do discurso literário. A ficção ainda se ancora nas imagens de um passado escravo, em que a mulher negra era considerada só como um corpo que cumpria funções de força de trabalho, um corpo-procriação de novos corpos para serem escravizados e/ou um corpo-objeto de prazer do macho senhor.

No mesmo sentido, Francineide Santos Palmeira (2010, p. 77) observa que “quando não invisibilizadas por completo, as mulheres negras figuram em imagens nas quais são construídas como um corpo-objeto e/ou relacionadas a um passado de escravidão”.

Na esteira das representações negativas ou ausência de representação, Evaristo prossegue:

Percebe-se que a personagem feminina negra não aparece como musa, heroína romântica ou mãe. Mata-se no discurso a prole na mulher negra, não lhe conferindo nenhum papel literário em que ela se afirme como centro de uma descendência. À personagem feminina é negada a imagem de mulher-mãe, perfil que aparece tantas vezes desenhado para as mulheres brancas em geral. E quando se tem uma representação em que ela aparece como figura materna, está presa ao imaginário da mãe-preta, aquela que cuida dos filhos dos brancos em detrimento dos seus. (EVARISTO, 2011, p. 139)

Construções estereotipadas da mulher negra na literatura brasileira podem ser percebidas em textos como *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo, *Tenda dos Milagres*, de Jorge Amado, dentre outros.

Em artigo intitulado “Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade”, Eduardo de Assis Duarte (2011) aborda criticamente a presença do estereótipo da personagem afrodescendente feminina na literatura brasileira, bem como suas novas

representações nos escritos de autores afro-brasileiros dos séculos XIX e XX. Ao remontar à construção do estereótipo da mulher afrodescendente, o crítico demonstra que **erotismo** e **esterilidade** são duas constantes associadas à personagem feminina oriunda da diáspora africana no Brasil, a qual integra o arquivo da literatura brasileira desde seus começos, de Gregório de Matos Guerra a Jorge Amado e Guimarães Rosa, em especial no que toca à representação estereotipada que une sensualidade e desrepressão.

Segundo Duarte (2011, p. 163), o legado patriarcal herdado dos tempos coloniais inscreve a figura da mulher presente no imaginário masculino brasileiro enquanto “branca para casar, preta para trabalhar e mulata para fornicar”, o que repassa à ficção e à poesia de inúmeros autores; a condição de “corpo disponível” marcaria a figuração literária da mulata: “animal erótico” por excelência, desprovida de razão ou sensibilidade mais acuradas, confinada ao império dos sentidos e às artimanhas e trejeitos da sedução. Assim, verifica-se uma perspectiva ideológica voltada para a desumanização que opõe “cor” a “entendimento”, oriunda do discurso colonial.

Todavia, o estudioso chama a atenção para o fato de essa representação, tão centrada no corpo de pele escura, esculpido em cada detalhe para o prazer carnal, deixar visível em muitas de suas edições um sutil aleijão biológico: a infertilidade. Ou seja, nessa representação do relacionamento inter-racial, toda a intensa atividade sexual da mulata não traz consigo nem a gravidez nem a maternidade. O histórico de fecundidade feminina não tem lugar, pois os textos se encarregam de aliar o erotismo ao corpo infértil. Nesse panorama, o que Duarte demonstra é que diversas obras se aproximam no emprego da esterilidade: por mais que façam sexo, situam-se estrategicamente distantes da fecundação.

Ao questionarmos as possíveis causas da esterilização feminina e afrodescendente na literatura brasileira, concordamos plenamente com Evaristo (2005) no sentido de que a infecundidade propagada pela ficção canônica representa apenas a “ponta de um *iceberg*”, voltado para o apagamento da contribuição africana em nossa história e cultura. É preciso ressaltar a força de permanência de imagens dessa natureza que atravessam os séculos e ainda hoje marcam a representação das mulheres afrodescendentes na literatura brasileira em grande medida.

Todavia, se ainda hoje são constatáveis muitas das construções estereotípicas sobre as mulheres negras discutidas na, há de se ressaltar que na contracorrente desse discurso surgem as produções literárias afro-brasileiras, especialmente as de autoria



feminina. Testemunhamos hoje vozes de escritoras negras que apontam para o vigor com que a vertente afro de nossas letras tem questionado, ao longo dos anos, os lugares preestabelecidos para a visibilidade desse segmento da população.

A esse respeito, ganha relevo a seguinte avaliação realizada pela escritora Miriam Alves sobre o papel da escrita feminina no Brasil:

Ser mulher e escritora no Brasil é romper com o silêncio, a “não-fala” e transpor os espaços que definem procederes e funções preestabelecidas. Ser mulher escritora no Brasil é ultrapassar os limites do “do lar”, onde a mulher foi confinada, com o propósito de proteção do contato (contágio) externo. Ser mulher escritora no Brasil é também dispensar a mediação da fala do desejo delegada e exercida em última instância pelo homem investido do poder “falocrático”. (ALVES, 2010-2011, p. 183)

Palmeira (2010) defende que por meio da construção de novas formas de representações, as escritoras afro-brasileiras questionam e rasuram os estereótipos sobre as mulheres negras. Ao ficcionalizar em seus textos histórias de mulheres que superam a discriminação racial em relação ao seu padrão estético e, que muitas vezes, após anos de autonegação aprenderam a olhar-se com respeito, admirar-se e valorizar-se enquanto mulher negra; ao representar mulheres negras que se orgulham de seus cabelos, de sua bunda, seus traços fenotípicos, enfim, que tem consciência de que possuem outro padrão de beleza, a beleza feminina negra, as formas de representações da mulher negra propostas pelas escritoras afro-brasileiras não só desconstruem as representações estereotípicas estabelecidas sob a perspectiva eurocêntrica, mas também contribuem para a construção de uma identidade afro-brasileira positiva.

Nesse sentido, essa produção de imagens femininas negras pode ser vista como rompimento dos paradigmas das representações literárias brasileiras em que as mulheres afrodescendentes são descritas como “anti-musas” e/ou caracterizadas pela sexualidade extremada. Evidentemente, algumas escritoras demonstram uma maior recorrência da discussão de tais temas que outras; entretanto, independentemente das especificidades, existe uma tendência na literatura afro-brasileira feminina em dialogar com a literatura brasileira tradicional a fim de ressignificar as representações sobre as mulheres negras na sociedade brasileira. Ao fazer isso, essa produção amplia o repertório de representações literárias sobre a mulher negra brasileira para além das imagens fixadas na historiografia literária brasileira.

Paralelamente à questão da identidade étnico-racial, as produções das mulheres negras impõem sua diferença em relação à produção dos homens: a identidade de gênero. Em meio a um conjunto de textos literários que dialogam entre si, através do

discurso de uma identidade afro-brasileira, as produções das escritoras destacam-se por amalgamar o discurso étnico-racial a “uma ‘movimentação’ histórica particular, na medida em que os textos poetizam uma vivência peculiar à mulher” (ALVES, 1995, p. 11). Assim, engendra-se o que vem se chamando de literatura negra feminina ou literatura afro-feminina, ao que nos referimos aqui como literatura afro-brasileira de autoria feminina, cuja definição possível seria “uma produção que traz em sua textualidade a percepção de um sujeito atravessado pelas identidades de ser mulher e de ser negra na sociedade brasileira; um sujeito que vem sofrendo uma dupla inferiorização: de gênero e de etnia” (PALMEIRA, 2010, p. 66).

A escritora Miriam Alves, em artigo intitulado “A Literatura Negra Feminina no Brasil – pensando a existência”, aprofunda esse debate, alegando que, no cenário literário da contemporaneidade brasileira, com repercussões internacionais, no plano ficcional, surge uma voz ativa por meio da qual sobressai, quase sempre, o sentimento de inconformidade com os espaços reais e literários relegados às mulheres. “É num aperto de espaço definido, ou predefinido, onde está incrustada, que a mulher escreve, inscreve, reescreve, enunciando, denunciando e, a partir da palavra, tenta romper, desbloquear, deslocar ou deslocar-se.” (ALVES, 2010-2011, 183)

Desse modo, compreendemos a literatura afro-brasileira de autoria feminina como aquela que institui uma reflexão a partir da experiência de um estar no mundo diferenciado, indicado pelas identidades de gênero e etnia; ao assumir a “voz-mulher” numa perspectiva afro-identificada, revela a singularidade e a subjetividade da experiência única de ser mulher negra no Brasil. Cumpre observar que isso não significa, de modo algum, o estabelecimento de “um cordão de isolamento entre as mulheres brancas e negras”, sendo na verdade “um chamado para a consciência da complexidade da divisão social do papel da Mulher” (ALVES, 2010-2011, p. 187).

Nesse sentido, é característica marcante da autoria feminina afro-brasileira que seus textos constroem a ficção com base nas experiências, ou seja, para essa literatura as vivências pessoais e/ou coletivas tornam-se deliberadamente fonte de conhecimento e de inspiração. Destaca-se a ideia de “escrevivência”, conforme proposta por Conceição Evaristo, operador teórico que reconhece a importância da experiência como fonte de conhecimento. De fato, a experiência configura um elemento primordial para a toda a literatura negra. A diversidade dessas vivências possibilita o enriquecimento da literatura, apresentando um repertório temático rico e diversificado, com destaque

especial para as vivências das mulheres negras no cotidiano, tanto no campo de trabalho quanto no ambiente familiar.

Por fim, é importante realçar que os Cadernos Negros enquanto espaço editorial em que “as mulheres negras têm uma representação diversa – não há estereótipos” (FIGUEIREDO, 2010, p. 264). Ou seja, os diversos papéis sociais desempenhados por elas incluem: mãe, esposa, namorada, irmã, amiga, funcionária; os relacionamentos heterossexuais e homossexuais; as relações mulher negra e homem negro; mulher negra e religião; os problemas sociais enfrentados pela mulher e pela mulher negra: discriminação de gênero e étnico-racial, afetividade, desilusão, aborto, solidão, tristezas, drogas, alcoolismo, abuso sexual; a mulher negra e a relação com o próprio corpo, sejam as características étnico-raciais ou a sexualidade; ou mesmo temas mais amplos como o processo de escrita, a palavra como um meio de reivindicação; a educação como caminho de melhoria de vida; o processo de conscientização étnico-racial e de gênero.

## CONCLUSÃO

É crucial refletir sobre tal produção cultural enquanto portadora de uma ideologia de resistência à imposição de uma tradição literária historicamente discriminatória, tanto em termos étnico-raciais quanto de gênero e classe social – ou seja, o cânone vigente enquanto representante da elite, “branca” e masculinizada, pretensamente superior, associada a valores eurocêtricos. Acreditamos que a atividade literária empreendida por escritoras negras contemporâneas possa ser considerada um ato estético politicamente engajado, em grande medida associado aos ideais do Movimento Negro instituído no Brasil.

Ao que parece, a questão é que geralmente não se entende (ou não se quer entender) a pertinência das produções literárias enquanto portadoras de ideologias concomitantemente estéticas e políticas associadas às experiências sócio-históricas de determinados grupos marginalizados. Como resposta a isso, torna-se crucial trazer à tona a perspectiva defendida pela escritora Conceição Evaristo, ao falar acerca da literatura afro-brasileira de autoria feminina, para quem a assunção de uma linguagem descomprometida com os “contratos de fala” dominantes por si só ganha sentido político:

Em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de

insubordinação. Insubordinação que se pode evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere as “normas cultas” da língua [...] como também pela escolha da matéria narrada. (EVARISTO, 2007, p. 21)

Portanto, as escritoras em pauta podem ser consideradas intelectuais afro-brasileiras insurgentes que prestam uma relevante contribuição para revisarmos o imaginário nacional acerca dos afrodescendentes, com especial engajamento no que se refere à mulher negra brasileira. Ao representarem as condições históricas das mulheres negras a partir de seus próprios pontos de vista, contribuem para a renovação do tecido literário brasileiro, possibilitando novas formas de pensar a nossa literatura e identidade nacional.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam. Enfim... nós: por quê? In: ALVES, Miriam; DURHAMEM, Carolyn (Org.) **Finally us/ Enfim nós**: contemporary black Brazilian women writers. Colorado Springs: Three Continents Press, 1995.

ALVES, Miriam. A Literatura Negra Feminina no Brasil – pensando a existência. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 3 – nov. 2010 – fev. 2011, p. 181-189. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/issue/view/5>> Acesso em: 22 ago 2013.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. In: BOLAÑOS, Aimée G.; BENAVENTE, Lady Rojas (Org.). **Vozes negras das Américas**: diálogos contemporâneos. Rio Grande: Editora da FURG, 2011. p. 163-176

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA; Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org.) **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ideia, 2005. p. 201-212

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. In: SILVA, Denise Almeida; EVARISTO, Conceição (Org.). **Literatura, história, etnicidade e educação**: estudos nos contextos afro-brasileiro, africano e da diáspora africana. Frederico Westphalen: URI, 2011. p. 131-146

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho da minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21

FIGUEIREDO, Fernanda Rodrigues de. A mulher negra em *Cadernos Negros*: autoria e representações. In: DUARTE, Constância; DUARTE, Eduardo de Assis; ALEXANDRE, Marcos. (Org.) **Falas do Outro**: literatura, gênero, etnicidade. Belo Horizonte: Nadayala, 2010.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afrodescendência nos Cadernos Negros e Jornal do MNU**. 1 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PALMEIRA, Francineide Santos. **Vozes femininas nos Cadernos negros**: representações de insurgências. 133 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

## MINHA COR TE ENCOMODA?

Adriana da Silva Ferreira<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Autoestima. Gênero. Quilombolas

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal socializar algumas atividades que vem sendo desenvolvidas no curso de Licenciatura em Educação do Campo com estudantes que atuam no Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena. Essas ações têm contribuído para que crianças e jovens quilombolas se tornem protagonistas de sua própria história com a consciência e o valor de suas origens. Estas oficinas foram realizadas entre a universidade e a comunidade quilombola, e professores do curso licenciatura em educação do Campo- Ênfase em ciências da natureza e ciências agrárias da universidade federal do Rio Grande-FURG, campus são Lourenço do Sul-RS e ministradas por uma estudante de comunidade quilombola. Visando o protagonismo, a resistência, a valorização das crianças e jovens quilombolas através de bonecas negras esses períodos são articulados entre si, buscando unir situações problemas com pesquisa ação tudo interligado comunidade e Universidade. Com a idéia que a vida ensina mais que a escola, que se aprende também na família, a partir da experiência da participação da comunidade (ANTUNES- ROCHA; ALMEIDA MARTINS, 2011, p.216). A família é a base de tudo que nos estrutura para os desafios do dia a dia junto a escola comunidade e principalmente a sociedade, com jovens empoderados críticos de seus compromissos para com a sociedade, sua comunidade para um melhor bem viver, um trabalho bem feito trás resultados não só momentâneos mas também a médio e longo prazo, e isso não tem dinheiro que pague ver uma criança, um jovem negro/a se sentir pertencente a uma sociedade tão seletiva.

### METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a confecção de bonecas negras. As oficinas foram

---

<sup>1</sup> Estudante Quilombola do Curso de Licenciatura em Educação do Campo-Universidade Federal de Rio Grande/FURG-RS. Integrante da Comunidade Quilombola Coxilha Negra/São Lourenço do Sul/RS e do Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena (NEABI-FURG/RS). E-mail: [adri.silvaf77@gmail.com](mailto:adri.silvaf77@gmail.com)

realizadas com professores/as, estudantes, quilombolas e donas de casa. Esse trabalho visa socializar uma prática de extensão realizada a partir do NEABI/SLS. Trabalhou-se de maneira educativa como intuito de fortalecer a cultura negra e também contemplar a Lei:11.645/8, que torna obrigatório o ensino da historia cultural negra e africana em todo o País. A lei nos ajuda como vamos chegar nessas comunidades de maneira crítica e construtiva ajudando a população a se valorizar em meio a tantas dificuldades e realidade. Com as oficinas podemos escutar “o eco de sua voz” de maneira clara e objetiva que por muito tempo foram ignorados

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Esse trabalho possui relevância social na medida em que a comunidade e universidade dialogaram, interagindo e discutindo as dificuldades da comunidade quilombola tão presente no município de São Lourenço do Sul e ao mesmo tempo tão invisível. A universidade tem compromissos sociais para com as comunidades quilombolas e tradicionais. Neste sentido a estudante sabe de seu papel diante de sua comunidade ao qual está inserida e do compromisso com a busca por soluções de problemas das comunidades locais, como por exemplo: discriminação, injustiças, invisibilidades e abandonos da sociedade e do poder publico. Sendo assim, acreditamos que a identidade não resiste sem auto estima ou sem alimento, e que necessário valorizar suas práticas artesanais, visto que com o artesanato quilombola busca-se “a certeza de um lugar próprio no mundo” (CAPA, s/p, s/a). Além disso, as oficinas foram realizadas no âmbito de um curso de formação de professores/as, contribuindo com que os/as educandos/as, para que se tornem críticos atuantes, com um olhar diferenciado para os problemas do dia-dia das comunidades tradicionais quilombolas.

## **CONCLUSÃO**

O curso de Licenciatura em Educação do Campo possui uma organização em forma de alternância que possibilita os/as educadores/as fiquem mais próximos da comunidade e acompanhe os problemas enfrentados pelos estudantes. As oficinas de bonecas negras possibilitaram que pudéssemos discutir e refletir sobre as dificuldades do povo negro e (re)pensar formas socioeducativas junto as escolas da comunidade através de oficinas, rodas de conversas, filmes, palestras, possibilitando um reencontro entre educação (escolas/universidades) e comunidades tradicionais, contribuindo para

que quilombolas se sintam participantes e valorizados/as frente seus costumes e tradições.

## **REFERÊNCIAS**

ANTUNES ROCHA, Maria Isabel; ALMEIDA MARTINS, Maria de Fátima. **Diálogo entre teoria e prática na educação do campo**: MOLINA, M ONICA; MOURÃO SÁ, Laís. Educação do campo: registro e reflexões a partir das experiências piloto. Belo Horizonte Autêntica Editora, 2011.

CAPA. **Artesanato Quilombola**: do território Sul do Rio Grande do Sul- Brasil. s/a  
FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 45.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

## **GRUPO DE TRABALHO 6: POVOS TRADICIONAIS, PRÁTICAS EDUCATIVAS ESCOLARES E COMUNITÁRIAS, FEMINISMOS E GÊNERO.**

**Coordenadoras:** Graziela Rinaldi da Rosa (FURG) e Ana Paula Grellert (FURG)

O III Seminário Regional das Mulheres sediado na FURG em Abril de 2017 teve vários GTS que abordaram diferentes temáticas referentes as vidas das mulheres, o GT 6 abarcou amplas temáticas referentes aos povos tradicionais, práticas educativas escolares e comunitárias, feminismos e gênero.

O artigo *Mulheres Quilombolas e o acesso à Educação: Avanços e desafios*, de autoria de Patricia Krieger Grosso, Tamires de Oliveira, Eliane Moreira de Almeida, Cássia Aline Bulsing Maia e Rafaela Ripoll abordou a Educação Escolar Quilombola que segue a proposta de uma educação diferenciada onde se trabalha a realidade a partir da história de luta, valores e resistência desses povos. O trabalho socializou uma pesquisa realizada com 23 mulheres quilombolas urbanas e rurais de diferentes gerações residentes em diferentes comunidades quilombolas do RS (Quilombo do Caixão, Areal da Baronesa, Fidélis, Chácara das Rosas), e considerou que nos quilombos localizados em zonas rurais há uma longa distância das escolas e a falta de investimentos em políticas para os jovens que vivem nos quilombos. Os resultados também apontaram que as mulheres quilombolas idosas possuem ensino fundamental incompleto, em sua grande maioria, enquanto as jovens entrevistadas possuem ensino fundamental completo, curso técnico ou ensino superior incompleto. Os homens quilombolas possuem menor escolaridade do que as mulheres. Os jovens estão deixando o campo e migrando para as cidades em busca de trabalho devido à falta de políticas e incentivo para permanência no campo. As narrativas demonstram que o desafio maior consiste não somente no acesso à política educacional, foco do estudo, mas às demais políticas para que possam exercer sua condição efetiva de cidadania e sejam reconhecidos como sujeitos de direitos.

Na perspectiva de análise das pedagogias do corpo e da saúde o artigo *Mulheres, Saúde e danças Populares: diálogos possíveis entre práticas corporais e o empoderamento Feminino*, de autoria de Diego Miranda Nunes e Flaviana Custódio Silvino apresentou o projeto de pesquisa desenvolvido com um grupo de educação popular em saúde, realizado na Unidade Básica de Saúde da Família Dr. Vicente Mariano Pias no município de Rio Grande – RS. Denominado Projeto *Vida Ativa* tem



como objetivo sensibilizar a comunidade atendida pela Estratégia de Saúde da Família sobre a importância da promoção de saúde e prevenção de doenças por meio de um estilo de vida mais ativo. O projeto é desenvolvido em todas as Unidades Básicas de Saúde, pensando no empoderamento feminino em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande e o Curso de Educação Física, uniram as práticas corporais às Danças Populares Brasileiras. O grupo é composto por 15 mulheres, mães, avós, donas de casa, aposentadas, que dedicam três manhãs da sua semana para praticar algum tipo de atividade atrelada às danças. Propuseram aproximar as Danças Populares Brasileiras com a Estratégia de Saúde da Família, entendendo que dentro do cuidado em saúde quanto maior o contato com os (as) sujeitos, maiores serão o campo de visão do cuidado integral destes. Trazer as práticas corporais, por meio de danças populares, proporciona o fortalecimento e empoderamento feminino, entendendo que o tempo dedicado à elas é essencial para tirar da rotina doméstica e fortalecer elos sociais. O grupo deixou claro que muito mais do que apenas dançar, o exercício do corpo e da mente, torna as nossas participantes mais ativas, reservando um espaço para o autocuidado. Na ocasião as mulheres estavam presente e puderam apresentar-se ao público do seminário.

O artigo *Breve análise sobre jurisprudências de feminicídio: julgados do ano de 2016 do Tribunal de justiça do estado do Rio Grande do Sul, na Comarca de Pelotas*, de autoria de Helen Cristina Soares da Cunha discorre acerca da importância de uma legislação penal específica ao homicídio de gênero, já que há previsão específica para o homicídio qualificado por motivo torpe. Para tal a autora analisou as jurisprudências da LEI 13.104/2015, “Lei do Feminicídio”. Todos os casos analisados são do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, da comarca de Pelotas, referentes ao ano de 2016. A análise observou como esta legislação extremamente atual é interpretada e aplicada, tanto com relação aos pontos técnicos, de aplicação da norma penal em conjunto com as outras qualificadoras do homicídio, quanto à aceitação social pelos juristas à importância deste tipo de legislação específica à proteção da mulher. Nesta pesquisa a autora concluiu que, apesar dos inúmeros registros de violência contra a mulher no Judiciário Gaúcho, ainda é muito cedo para termos uma jurisprudência solidificada acerca do que entendemos por Feminicídio. Ademais, segue a importância do estudo deste tipo penal específico, já que somente em 9 de março de 2015, em alusão ao dia anterior, Dia Internacional da Mulher, foi publicada pela Presidência da República do Brasil a LEI 13.104/2015, que altera o art. 121, § 2º do Código Penal/1940 e acrescenta no rol de homicídios qualificados o Feminicídio: quando “o

homicídio é praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino“, sendo, com isso, incluído como inciso VI ao fim do inciso I na lista de Crimes Hediondos da Lei 8.072/90, por se tratar de mais um homicídio qualificado.

No artigo *A educação do campo contribuindo para o resgate histórico das mulheres Pomeranas*, de autoria de Ana Paula Franken Izé e Graziela Rinaldi da Rosa foi abordada a temática referente a um resgate histórico das noivas de preto tendo o viés da perspectiva da crítica feminista a fim de se contar uma história ainda pouco pensada e estudada acerca da cultura pomerana. A exploração sexual, e o abuso sexual de mulheres e meninas é milenar, e como as “noivas de preto”, é uma questão silenciada. Trata-se de uma cultura patriarcal e milenar. No Sul do Brasil fala-se de “noivas de preto”, quando se refere as mulheres que tinham que ter a primeira noite de núpcias com o dono das terras onde seu noivo trabalhava. Sabe-se que se os noivos fugissem, negando assim o direito do senhor feudal ter a primeira noite com a noiva, e os mesmos fossem pegos, eles seriam mortos e além disso seus pais perderiam o direito de viver na comunidade (modelo feudal e escravocrata). Assim, esse trabalho problematizou sobre as noivas de preto. As autoras problematizaram algumas questões, como: As mulheres transgrediam essas regras? Tivemos noivas que fugiram? Como se dava essa imposição? Seriam todas as noivas submissas a tais práticas? Por que temos poucos estudos sobre elas? E ainda, de que maneira as mulheres podem superar esse silenciamento na história? Como a Educação do Campo e os estudos feministas podem contribuir para desvendar essa história? As autoras deixaram claro que para problematizar tais questões precisamos dialogar com as epistemologias feministas e história das mulheres. É emergente dialogar sobre as relações de gênero nas aulas de Educação do Campo, realizar projetos na perspectiva feminista em nossas escolas e desenvolver pesquisas em nossas Universidades sobre o tema.

No trabalho intitulado *8 de Março: mulheres do campo e da cidade, trabalhando as relações de gênero e feminismos*, Janine Corrêa Gomes e Graziela Rinaldi da Rosa socializaram uma prática educativa comunitária, organizada pelo Coletivo Feminista Dandarás, realizada no dia 8 de março de 2017, na praça central da cidade de São Lourenço do Sul. Nessa ocasião estava acontecendo mobilizações no mundo, decorrente da Greve Internacional das Mulheres. O Coletivo Feminista Dandarás-FURG/SLS, organizou esse dia para proporcionar e discutir, através de rodas de diálogo e oficinas, a situação das políticas públicas voltadas para as mulheres, bem como discutir sobre o empoderamento, leis, direitos, educação e as lutas diárias de nossas mulheres pomeranas,

agricultoras familiares e/ou agroecológicas, ribeirinhas, negras, quilombolas, mulheres de povos de terreiro e outras mulheres representantes de povos tradicionais, que vivem no campo e na cidade. Buscou-se realizar um evento que discutisse com a comunidade acadêmica do Campus FURG/SLS e com a comunidade lourenciana, o pensar, o empoderar e o fortalecimento e união entre nós mulheres e grupos de mulheres existentes na região. O evento teve também a contribuição e exposição das nossas artesãs locais, onde contribuíram com suas artes e histórias de vidas. Neste dia buscou-se destacar um olhar mais amplo para as questões feministas, direitos, leis e violências. Contribuindo para que as mulheres ali presentes, independente de idade, origem ou etnia, tenham uma visão da importância dos assuntos abordados, envolvendo-as em um movimento de luta feminista, contribuindo assim para o empoderamento de cada uma ali presente. Cabe destacar que essa foi a única atividade que foi realizada na cidade e, portanto, marcou o município como participante do dia de Greve Internacional das Mulheres. Assim, um coletivo feminista em uma universidade contribui para que outros temas, e outros sujeitos e outras sujeitas tenham visibilidade, fortalecendo suas lutas. O coletivo Feminista Dandaras tem realizado diversas práticas educativas comunitárias e escolares, e apesar dos desafios serem muitos, o seu papel na comunidade local tem provocado significantes avanços, especialmente porque não permite o silenciamento de mulheres e o ocultamento das violências que elas sofrem.

O trabalho *Didática no Ensino Superior e a Formação de Profissionais no Curso de Publicidade e Propaganda: uma reflexão crítica sobre a desigualdade de gênero na academia e no Mercado*, de Paula Rickes Viegas discutiu sobre a didática no curso de Publicidade e Propaganda, propondo um encontro dialético entre o mercado e a academia, o ensino e a aprendizagem, o prático e o teórico; mas pensando esta problemática de modo sistêmico. Buscou-se compreender como é possível realizar uma troca de conhecimentos críticos em sala de aula de modo a diversificar as representações difundidas pelo discurso publicitário (ou seja, no mercado). O trabalho enfatiza as Práticas de Publicidade e Propaganda, a humildade na troca do conhecimento, onde o Mercado e academia devem conversar para que ocorra um aprendizado prático e teórico de forma crítica, gerando autonomia aos estudantes. Para a autora a educação deve ser pensada como um dos principais meios de mudança social e que, na questão da desigualdade de gênero, deve fazer com que profissionais repensem os discursos que difundem através dos meios de comunicação. A publicidade deve buscar diversidade e respeito às diferenças e, para isso, deve se repensar a didática

presente no ensino superior, considerando o poder da comunicação e da mídia publicitária no país.

O trabalho *Pedagogia Cultural: Uma análise crítica sobre representações de gênero no desenho animado Mulan*, de Taciane Cristina Nunes Rodrigues destacou diversas representações culturais existentes em desenhos animados e livros infanto-juvenis, a partir da perspectiva dos Estudos culturais e dos Estudos culturais da Ciência. Foi problematizada a presença das pedagogias culturais, em especial, das mídias e do que elas produzem na vida cotidiana. Se as representações são construídas dentro de uma determinada cultura, e a partir de diversas linguagens, os modernos meios de massa têm a capacidade de produzir e dinamizar valores, crenças, sentimentos e preconceitos que circulam na sociedade. O trabalho analisou algumas representações – de natureza, gênero, etnia, criança, família - demonstradas em filmes infantis (A Bela e a Fera, Enrolados, Procurando Nemo, a Fuga das galinhas, Moana, entre outros) a fim de perceber o que as crianças poderiam extrair e aprender dessas representações. Foi analisado o desenho animado Mulan a partir das lentes dos estudos culturais. Sendo assim, foi problematizado como uma mulher e um homem devem ser na cultura em que se apresentam. O que pode e o que não pode uma mulher? O que pode e o que não pode um homem?

O trabalho intitulado *Cidadania, direitos e justiça (CIDIJUS/FURG): proteção social dos pescadores*, de autoria de Nadja Karin Pellegrero, Luciana Adélia Sottili, Cláudio Ruiz Engelke, Rodnei Flores e Juliana Braga, destacou a ação de um projeto de extensão da FURG, realizado junto aos pescadores artesanais da cidade de Rio Grande, que tem como objetivo apoiar os pescadores e pescadoras no que se refere à sua documentação, como carteiras de pesca, entre outros, que necessitam para sua prática laboral. Tal trabalho é realizado de forma gratuita, demonstrando o compromisso e responsabilidade da FURG com os pescadores e pescadoras da cidade de Rio Grande.

PEDAGOGIA CULTURAL: uma análise crítica sobre representações de gênero no desenho animado Mulan

Taciane Cristina Nunes Rodrigues<sup>1</sup>  
Luana da Silva Missio Pinheiro  
Alice Copetti Dalmaso

**Palavras-chave:** Pedagogia Cultural, desenho animado, representações de gênero.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de uma análise realizada numa disciplina da graduação do curso de Pedagogia Diurno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde se procurou discutir e pensar diversas representações culturais existentes em desenhos animados e livros infanto-juvenis, a partir da perspectiva dos Estudos culturais e dos Estudos culturais da Ciência (KINDEL, 2007; WORTMANN, 2007).

A perspectiva dos Estudos Culturais trazida na disciplina entende que todos nós damos significados às coisas do mundo através da forma como as representamos, e esses mesmos significados estão sendo constantemente produzidos em diversos lugares e práticas sociais (KINDEL, 2007). Ou seja, as representações são produzidas dentro de uma cultura e essa mesma cultura tem a ver com significados que são “compartilhados” dentro dela, onde então, um sistema de linguagens - que podem ser sons, palavras escritas, imagens produzidas eletronicamente, notas musicais e até objetos será a “ferramenta” que dará sentido às coisas, produzindo e partilhando significados (WORTMANN, 2001).

Nesse sentido é que se pensa e se problematiza a presença das pedagogias culturais, em especial, das mídias e do que elas produzem na vida cotidiana. Se as representações são construídas dentro de uma determinada cultura, e a partir de diversas linguagens, os modernos meios de massa têm a capacidade de produzir e dinamizar valores, crenças, sentimentos e preconceitos que circulam na sociedade.

Assim, pensando este contexto no ensino de crianças, isso significaria assumir que as mesmas

não aprendem modos de ser homem, mulher, ou sobre o corpo, a vida e a natureza apenas na escola, como algumas correntes pedagógicas tanto enfatizam, pois o verdadeiro bombardeio que as representações construídas

---

<sup>1</sup> Email: taciasnr@gmail.com

por várias instâncias da mídia fazem nas sociedades acaba tendo um papel pedagógico bem mais ativo que o das tradicionais instituições de ensino.” (KINDEL, 2007, p. 226).

## **METODOLOGIA**

A realização desse trabalho se deu através das análises realizadas na disciplina de Ciências e Educação II. Esta análise buscou a percepção de representações em desenhos infantis, visando a conscientização do modo como a mídia infantil pode ensinar coisas às crianças, adolescentes e adultos, ou seja, os possíveis efeitos que as representações encontradas no desenho podem ter sob o público que a assiste.

A partir de estudos e leituras de artigos teóricos sobre o conceito e exemplos de pedagogias culturais, iniciou-se o processo de analisar algumas representações – de natureza, gênero, etnia, criança, família - demonstradas em filmes infantis (A Bela e a Fera, Enrolados, Procurando Nemo, a Fuga das galinhas, Moana, entre outros) a fim de perceber o que as crianças poderiam extrair e aprender dessas representações.

Fomos imbuídas, então, de analisar o desenho animado Mulan a partir das lentes dos estudos culturais e, após assistir o filme, debatemos diante da turma quais foram as representações mais marcantes dessa história e quais os possíveis efeitos da mesma.

## **RESULTADO E DISCUSSÕES**

Mulan conta a história de uma jovem menina chinesa, que sofre pressão pela sua família, pois tem o dever de casar para poder honrá-los. Porém, é considerada despreparada para o casamento por não ter os atributos, que, segundo a cultura de seu povo, a levariam a ser uma boa esposa e mãe: educada, comportada, discreta e silenciosa.

Com as convocações de uma guerra entre povos, Mulan resolve ir no lugar de seu pai por ele já estar muito velho para lutar. Ela então corta o cabelo, pega a armadura e a espada do pai e foge para se apresentar ao exército.

A animação, a partir de nossa análise, aborda expectativas de como uma mulher e um homem devem ser na cultura em que se apresentam. O que pode e o que não pode uma mulher? O que pode e o que não pode um homem?

Analisando alguns personagens do desenho, conseguimos enxergar que Mulan é baseado no padrão binário de gênero. Mulan não quebra com o pensamento binário partindo do pressuposto que as representações são as que já estamos acostumados e muitas vezes confortáveis de ver, ou seja, naturalizadas. A representação de homem no

desenho animado é a clássica: o homem é o ser mais forte. A representação de mulher vem inicialmente de forma muito simples e tradicional: a mulher deve preparar-se a vida toda para casar, acrescentando ainda o dever de submissão e eficiência feminina ao tratar-se da casa e do marido.

Entretanto, há um certo diálogo na procura de uma certa “ruptura” a partir da personagem Mulan. Rompe-se completamente um paradigma social estandardizado: a força e a proteção é a mulher. É Mulan que com suas estratégias e decisões cuidadosamente elaboradas, vence a guerra. O que não é costumeiro de encontrarmos em animações infantis (geralmente, a representação de mulher submissa, dona de casa e homem, chefe do lar).

Mulan desafia as regras e trata justamente dessa mudança. A personagem da história vive uma crise de identidade muito intensa, de modo que, nem mesmo ela consegue reconhecer seu lugar, ou que imagem ela apresenta. Talvez não pela ausência de uma identificação com o gênero feminino de um modo binário, mas sim pelos limites impostos a ele.

O desenho faz pensar que a construção de "ser homem" e "ser mulher" não está de acordo com a realidade. Ao quebrar todas as regras, e extrapolar todos os limites admissíveis a uma mulher no contexto em que estava inserida, Mulan mostra que gênero não deveria determinar seu lugar ou posição na sociedade.

## **CONCLUSÃO**

O desenho animado traz a discussão que, "ser mulher" não é "ser frágil" e "ser homem" não é "ser forte", porém Mulan vivia em uma sociedade onde, pela questão de gênero barreiras eram existentes, o que não difere nada dos dias atuais. A personagem acaba voltando a sua casa e casando-se, mostrando-nos que apesar de todas as conquistas obtidas na guerra, graças a mesma, ainda era necessário “encaixar-se” nos padrões sociáveis de sua cultura para que fosse aceita.

A animação transparece que gênero não é uma justificativa convincente. Mas que para sermos aceitas, necessitamos de comportamentos, atitudes e atributos determinados pela sociedade ou cultura na qual estamos inseridas.

## **REFERÊNCIAS**

KINDEL. Eunice Aita Isaia. A natureza no desenho animado ensinando sobre homem, mulher, raça, etnia e outras coisas mais. *In* M. L. C. WORTMANN et al (Orgs).

**Ensaio em estudos culturais, educação e ciência:** a produção cultural do corpo, da natureza, da ciência e da tecnologia: instâncias e práticas contemporâneas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 187-204.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. O uso do termo representação em Educação em Ciências e nos Estudos Culturais. **Revista Pro-Posições**, v.12, n. 1, mar, 2001.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. A natureza e a literatura infanto-juvenil. *In* M. L. C. WORTMANN et al (Orgs). **Ensaio em estudos culturais, educação e ciência:** a produção cultural do corpo, da natureza, da ciência e da tecnologia: instâncias e práticas contemporâneas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 187-204.

**Mulan:** Disponível em: <<https://www.tvfilmesonline.com.br/mulan-1998-dublado/>>. Acesso em: 27 de abril de 2017.



# DIDÁTICA NO ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NO CURSO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA: uma reflexão crítica sobre a desigualdade de gênero na academia e no mercado

Paula Rickes Viegas<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Comunicação Social, Publicidade e Propaganda, Ensino Superior, Estudos de Gênero.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, a maneira de como a mulher aparece na publicidade é uma questão que está sendo debatida – e criticada – com mais frequência. O feedback imediato, proporcionado pelas novas ferramentas de interação em rede, parece ser um dos motivos para a proliferação e potencialização deste debate, que inclui a falta de representatividade (ou má representação) de pessoas e grupos em novelas, filmes, seriados e, também, em anúncios publicitários.

Em “Machismo é a regra da casa” (DIP, 2015), a representação da mulher na publicidade é abordada como um problema que nasce com os próprios publicitários e suas organizações de trabalho. Apesar de diversas mulheres trabalharem em agências de publicidade, poucas atuam na área da criação. E, ainda, a função de atendimento, cujos são geralmente mais ocupados pela mulher, ficando subentendido que elas devem usar da beleza para persuadir os clientes. Por sua vez, a diferença salarial – entre os gêneros – reforça uma relação de superioridade masculina. Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, atualmente, na profissão de publicitário, as mulheres recebem um salário de R\$ 3.095,00, enquanto os homens recebem R\$ 3.900,00 – o que resulta em uma diferença de 21%. Estes dados apontam que a desigualdade na publicidade é um problema sistêmico que apresenta diversas faces, onde a própria formação acadêmica dos profissionais presentes na instância de produção publicitária é um fator decisivo no posicionamento quanto as questões de gênero.

O ensino superior deve servir de suporte para formar profissionais autônomos capazes de realizar uma mudança social, ou pelo menos, formar sujeitos conscientes de seu poder do discurso midiático na sociedade. Para isso, o professor deve conectar os

---

<sup>1</sup> Email: paularviegas@gmail.com

conhecimentos práticos e teóricos de forma crítica e eficaz, mas os desafios na gestão de uma aula no Brasil hoje são diversos, seja no ensino básico ou superior; em âmbito público ou privado. Os estresses são múltiplos: pouca remuneração, incômodo com os pais, muita cobrança como pesquisador, instabilidade do emprego (no ensino privado), poucos recursos (no ensino público), etc. Nos cursos de Comunicação, não seria diferente, até mesmo porque nem todos esses professores possuem um forte base pedagógica, visto que esta não é uma disciplina que se vê no curso de graduação ou pós-graduação na área.

Neste sentido, este artigo tem o objetivo de discutir sobre a didática no curso de Publicidade e Propaganda, propondo um encontro dialético entre o mercado e a academia, o ensino e a aprendizagem, o prático e o teórico; mas pensando esta problemática de modo sistêmico. O que se busca aqui é compreender como é possível explorar uma troca de conhecimentos críticos em sala de aula (ou seja, na academia), de modo a diversificar as representações difundidas pelo discurso publicitário (ou seja, no mercado).

## **METODOLOGIA**

Para discutir sobre essa problemática, a pesquisa parte da perspectiva da educação, ou seja, da formação dos publicitários a partir do processo de ensino e aprendizagem realizado no curso de Publicidade e Propaganda. O objetivo é refletir sobre a didática nesse curso, buscando indícios do nível de criticidade presentes neste processo e partindo do pressuposto que tanto a mídia quanto a academia são agentes com potencial pedagógico e de mudança social. Esta é uma primeira etapa desta pesquisa, que aqui pretende realizar um levantamento bibliográfico acerca do tema. A proposta é seguir esta reflexão, posteriormente, através de uma pesquisa de campo. Dessa forma, esse artigo servirá como base bibliográfica para estruturar uma reflexão sobre o movimento: mundo social > universidade; ou seja, como transformar o mundo em um objeto inteligível em sala de aula. Com esta reflexão será possível compreender um outro movimento: universidade > mercado publicitário > mundo social; quando o conhecimento chega ao mercado publicitário, atingindo, posteriormente, o mundo social através do seu discurso difundido pelos mais diversos meios de comunicação. É neste movimento sistêmico que a desigualdade de gênero é reforçada socio-historicamente e, também, onde ela deve ser rompida.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ensino não é necessariamente consequência natural da aprendizagem, sendo que a didática colabora neste processo ao aproximar essas duas práticas. Este é um campo de construção e reconstrução, o que reforça a importância de um constante diálogo com o aluno. É preciso escutar e, principalmente, levar em consideração sua opinião. O aluno deve interagir com o conteúdo e com os colegas por iniciativa dele. Por isso, através da didática, é preciso despertar a curiosidade do aluno. Articular os conhecimentos adquiridos sobre o “como” ensinar e refletir sobre “para quem” ensinar, “o que” ensinar e o “por que” ensinar é um dos desafios da didática. Segundo Libâneo (1990), a didática é: “uma das disciplinas da Pedagogia que estuda o processo de ensino através de seus componentes – os conteúdos escolares, o ensino e aprendizagem – para, com o embasamento numa teoria da educação formular diretrizes orientadoras da atividade profissional dos professores” (LIBÂNEO, 1990). Esta não é uma disciplina frequentemente assistida pelos professores no curso de Publicidade e Propaganda, mas que deveria ser uma reflexão básica para a atuação como docente. Refletir sobre a didática nos estudos de comunicação é de extrema importância para um ensino crítico.

O saber aplicado deve possibilitar a reflexão e deve estar relacionado a reflexão do aluno. Eis a importância de reconhecer e compreender o contexto do grupo discente: é preciso envolver o aluno na aula; abrir para diálogo; mostrar conteúdos atraentes; estar aberto a indagações e curiosidades. Nesse sentido, “a postura do professor na sala de aula deve ser democrática, de respeito mútuo e de flexibilidade em relação ao ponto de vista do aluno [...] ampliando esse conhecimento de forma a somar com o já adquirido pelo aluno no meio social em que vive” (ALMEIDA, 2015, p. 3). O professor deve ser reflexivo e pesquisador: pesquisas devem estar voltadas ao meio social; desenvolvendo a capacidade crítica do aluno. Quando apenas se transmite o conhecimento, o conteúdo é passado de forma fragmentada e “ficam excluídas as historicidades, os determinantes, os nexos internos, a rede teórica, enfim, os elementos que possibilitaram aquela síntese obtida” (ANASTASIOU, 2015). Os alunos precisam se envolver com a totalidade dos assuntos trabalhados em sala de aula, reelaborando relações com a própria realidade (dialética processual).

O papel do docente é direcionar os alunos através dessas estratégias de ensino onde o novo conhecimento apreendido pelo aluno amplia ou modifica o sistema inicial (ANASTASIOU, 2015). Deve se apresentar propostas dialéticas, não passos a serem seguidos, mas momentos a serem construídos. De acordo com Polidoro e Stigar (2014),

a palavra-chave do mundo atual é dinamicidade. A realidade nunca foi estática, mas hoje em dia apresenta mudanças constantes. Chevallard (2013) aponta que é necessário saber lidar com os fatos, transformando-os em fenômenos sociais compreensíveis, visto que esta é a base das ciências sociais aplicadas. Para o autor, “distintamente da noção de fato, um fenômeno não pode ser definido em uma base empírica. Fenômenos são construções teóricas” (CHEVALLARD, 2013, p. 5). Esta é uma diferença entre as exatas e as humanas, e nesta última, também é preciso buscar objetividade científica. Deve ser realizada em uma conversa entre pessoas de dentro e de fora (academia e mercado). Este é um processo sistemático, visto que “a relação didática une três [...] ‘objetos’ a saber: o professor, o ensino e, por último, mas não menos importante, o conhecimento; ou, para ser ainda mais preciso, o conhecimento ensinado” (CHEVALLARD, 2013, p. 6). Esta questão reforça a importância da noção de contrato, pois é através dele que ambos os parceiros (docentes e discentes) sabem que o conhecimento em torno do qual gira a interação particular é – nos casos em questão – nem a ser ensinado nem a ser aprendido” (CHEVALLARD, 2013, p. 7). Outra noção relevante nesse processo é a intenção didática, que está intrinsecamente relacionada à sociedade, o que reforça a importância da criticidade na formação de profissionais atuantes no mercado publicitário. A publicidade, através de seu discurso repetitivo e estereotipado, pode ser considerada como um potente dispositivo pedagógico (FISCHER, 2007). Fischer (2007) defende a “necessidade de um movimento incessante do pensamento no estudo das complexas relações que se podem fazer entre mídia e educação” (FISCHER, 2007, p. 292).

A autora utiliza o termo “dispositivo pedagógico da mídia” para tratar de objetos, saberes e tecnologias que estão imersos em relações de poder e subjetividade. Neste sentido, é preciso preparar, ainda na sala de aula, os profissionais da área de comunicação, para que eles aprendam a lidar com este disposto pedagógico. De acordo com Kunsch (2007), o curso de comunicação se fortaleceu principalmente quando, em 2001, a faculdade de comunicação passou a compreender as habilitações em publicidade, jornalismo, relações públicas, entre outras. É neste momento que a comunicação “deixa de ser considerada simplesmente como uma área de especialidade e passa a permear todo o conjunto social, como processo básico” (KUNSCH, 2007, p. 93).

Para a autora, os principais desafios para o profissional de comunicação atualmente são: inserir-se numa sociedade globalizada e saber conviver com ela;

enfrentar um novo mundo de trabalho; encarar a aprendizagem como um desafio e processo constante; saber lidar com ambiguidades; saber selecionar a avalanche de informações disponíveis (KUNSCH, 2007). Através de um grande levantamento de dados sobre os cursos de comunicação no Brasil, Moura (2002) apresenta o currículo mínimo do curso de publicidade, que possui como disciplinas básicas: Língua Portuguesa - Redação Publicitária; Planejamento de Campanha; Produção Publicitária em Rádio, Televisão e Cinema; Produção Gráfica; Administração em Publicidade e Propaganda; Estatística; Mercadologia; Mídia; Ética e Legislação Publicitária (MOURA, 2002).

Através deste levantamento é possível perceber muitas matérias práticas. Esta é uma característica do curso que prioriza as disciplinas práticas em detrimento das teóricas. Entretanto, a centralidade e visibilidade dos meios de comunicação deve ser reconhecida e respeitada. É possível pensá-los como artefatos ideológicos através de uma perspectiva crítica. De acordo com Morel e Silva, “através dos meios de comunicação, a população está constantemente absorvendo a ideologia da estrutura social correspondente, adquirindo desta forma um comportamento que contribui para consolidar o sistema produtivo e a própria estrutura social” (MOREL; SILVA, 1979, p. 169). Por este motivo, repensar a prática publicitária – principalmente a função de criação – é de extrema relevância para uma reflexão crítica do ensino e da aprendizagem no curso.

O papel do docente é direcionar os alunos através dessas estratégias de ensino onde o novo conhecimento apreendido pelo aluno amplia ou modifica o sistema inicial (ANASTASIOU, 2015). Deve se apresentar propostas dialéticas, não passos a serem seguidos, mas momentos a serem construídos. De acordo com Polidoro e Stigar (2014), a palavra-chave do mundo atual é dinamicidade. A realidade nunca foi estática, mas hoje em dia apresenta mudanças constantes. Chevallard (2013) aponta que é necessário saber lidar com os fatos, transformando-os em fenômenos sociais compreensíveis, visto que esta é a base das ciências sociais aplicadas. Para o autor, “distintamente da noção de fato, um fenômeno não pode ser definido em uma base empírica. Fenômenos são construções teóricas” (CHEVALLARD, 2013, p. 5). Esta é uma diferença entre as exatas e as humanas, e nesta última, também é preciso buscar objetividade científica. Deve ser realizada em uma conversa entre pessoas de dentro e de fora (academia e mercado). Este é um processo sistemático, visto que “a relação didática une três [...] ‘objetos’ a saber: o professor, o ensino e, por último, mas não menos importante, o

conhecimento; ou, para ser ainda mais preciso, o conhecimento ensinado” (CHEVALLARD, 2013, p. 6). Esta questão reforça a importância da noção de contrato, pois é através dele que ambos os parceiros (docentes e discentes) sabem que o conhecimento em torno do qual gira a interação particular é – nos casos em questão – nem a ser ensinado nem a ser aprendido” (CHEVALLARD, 2013, p. 7).

Outra noção relevante nesse processo é a intenção didática, que está intrinsicamente relacionada à sociedade, o que reforça a importância da criticidade na formação de profissionais atuantes no mercado publicitário. A publicidade, através de seu discurso repetitivo e estereotipado, pode ser considerada como um potente dispositivo pedagógico (FISCHER, 2007). Fischer (2007) defende a “necessidade de um movimento incessante do pensamento no estudo das complexas relações que se podem fazer entre mídia e educação” (FISCHER, 2007, p. 292). A autora utiliza o termo “dispositivo pedagógico da mídia” para tratar de objetos, saberes e tecnologias que estão imersos em relações de poder e subjetividade. Neste sentido, é preciso preparar, ainda na sala de aula, os profissionais da área de comunicação, para que eles aprendam a lidar com este disposto pedagógico. De acordo com Kunsch (2007), o curso de comunicação se fortaleceu principalmente quanto, em 2001, a faculdade de comunicação passou a compreender as habilitações em publicidade, jornalismo, relações públicas, entre outras. É neste momento que a comunicação “deixa de ser considerada simplesmente como uma área de especialidade e passa a permear todo o conjunto social, como processo básico” (KUNSCH, 2007, p. 93). Para a autora, os principais desafios para o profissional de comunicação atualmente são: inserir-se numa sociedade globalizada e saber conviver com ela; enfrentar um novo mundo de trabalho; encarar a aprendizagem como um desafio e processo constante; saber lidar com ambiguidades; saber selecionar a avalanche de informações disponíveis (KUNSCH, 2007).

Através de um grande levantamento de dados sobre os cursos de comunicação no Brasil, Moura (2002) apresenta o currículo mínimo do curso de publicidade, que possui como disciplinas básicas: Língua Portuguesa - Redação Publicitária; Planejamento de Campanha; Produção Publicitária em Rádio, Televisão e Cinema; Produção Gráfica; Administração em Publicidade e Propaganda; Estatística; Mercadologia; Mídia; Ética e Legislação Publicitária (MOURA, 2002). Através deste levantamento é possível perceber muitas matérias práticas. Esta é uma característica do curso que prioriza as disciplinas práticas em detrimento das teóricas.

Entretanto, a centralidade e visibilidade dos meios de comunicação deve ser reconhecida e respeitada. É possível pensá-los como artefatos ideológicos através de uma perspectiva crítica. De acordo com Morel e Silva, “através dos meios de comunicação, a população está constantemente absorvendo a ideologia da estrutura social correspondente, adquirindo desta forma um comportamento que contribui para consolidar o sistema produtivo e a própria estrutura social” (MOREL; SILVA, 1979, p. 169). Por este motivo, repensar a prática publicitária – principalmente a função de criação – é de extrema relevância para uma reflexão crítica do ensino e da aprendizagem no curso.

A criação é um espaço de escolhas; do que se tornará público (e visível) e do que não será relevante na mensagem publicitária. Hansen (2013), estuda as implicações do mercado publicitário nos procedimentos didático-pedagógicos; compreendendo como se dá a relação entre professor e aluno nesse contexto. Ele aponta que as práticas do mercado publicitário devem servir de base para o docente em sua prática de ensino ao configurar conteúdos e selecionar saberes pedagogizados, sabendo que isso é atravessado pelo funcionamento do mercado (HANSEN, 2013). Nesse sentido, mercado e academia devem conversar melhor e abertamente.

Segundo Hansen (2013), "dada a sua relação com a exterioridade, passamos a compreender a sala de aula como o lugar de reprodução, lugar em que se criam as condições para os sujeitos (professor e estudante) reproduzirem dizeres, e não um lugar de experimentação" (HANSEN, 2013, p. 63). Esta questão reforça a reponsabilidade de um discurso crítico no processo de ensino de aprendizagem para que este mesmo seja refletido na mídia publicitário. O curso de Publicidade e Propaganda deve “rever e refletir sobre o que seja realmente publicidade e propaganda. Ou seja, nem técnica demais, nem hipotética demais" (TREIN, 2013, p. 278). Nesse sentido:

As informações teóricas devem proporcionar mais do que uma base epistemológica, pois têm o compromisso com a configuração de uma postura crítica do aluno para com o conhecimento e exercício prático da profissão. [...] Não é possível conceber o comunicador social como apenas um técnico, mas sim como um novo tipo de intelectual, consciente de seu papel, cuja postura reflexiva estabeleça critérios de compreensão do comportamento do homem e sua complexidade social e individual (BORGES, 2002, p. 98).

A questão do gênero deve ser inserida neste contexto ao conscientizar este intelectual de seu potente papel na sociedade. Estudos sobre essa temática – que abordam o processo de ensino como reprodutor de desigualdades sociais – se fazem presentes em pesquisas acadêmicas há várias décadas, apontando estratégias para se

lidar com isso (LOURO, 1997). De acordo com Louro (1997), o/a docente não pode negar a tarefa de conscientizar através do conhecimento significa despolitizar a sala de aula e a atuação docente, algo muito negativo para uma didática crítica. Assim, “parece urgente exercitar a transformação a partir das práticas cotidianas mais imediatas e banais, nas quais estamos todas/os irremediavelmente envolvidas/os. [...] Não precisamos ficar indefinidamente à espera da completa transformação social para agir” (LOURO, 1997, p. 122). De acordo com a autora, propor exercícios de autocrítica são importantes nesse processo, além de incentivar atividades aparentemente simples “como inventando formas novas de dividir os grupos para os jogos ou para os trabalhos; promovendo discussões sobre as representações encontradas nos livros didáticos ou nos jornais, revistas e filmes consumidos pelas/os estudantes; produzindo novos textos, não-sexistas e não-racistas” (LOURO, 1997, p. 124). Dessa forma, a mudança é inscrita silenciosamente, mas com grande potência para uma mudança social, buscando discursos em prol da igualdade de gênero, tanto na academia quanto no mercado.

## CONCLUSÃO

Nos cursos mais “práticos” de ensino superior, como a de Publicidade e Propaganda, a humildade na troca do conhecimento deve ser uma noção básica. Mercado e academia devem conversar para que ocorra um aprendizado prático e teórico de forma crítica, gerando autonomia aos alunos. Estes devem querer buscar o conhecimento através dos estímulos fornecidos através da didática. Sendo assim, para que o/a aluno/a do curso de Publicidade e Propaganda tenha interesse na questão da desigualdade de gênero é preciso incentivar a reflexão, a crítica e a autocrítica. Propondo práticas simples, mas potentes, o processo de ensino e aprendizagem pode refletir grandes mudanças no mercado publicitário, que serão acentuadas gradativamente.

A educação deve ser pensada como um dos principais meios de mudança social e que, na questão da desigualdade de gênero, deve fazer com que profissionais repensem os discursos que difundem através dos meios de comunicação. A publicidade deve buscar diversidade e respeito às diferenças e, para isso, deve se repensar a didática presente no ensino superior, considerando o poder da comunicação e da mídia publicitária no país.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Hélio Mangueira de. **Didática no ensino superior: práticas e desafios**. Estação Científica. Juiz de Fora, nº 14, julho – dezembro / 2015.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In. ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate (org.). **Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 8. ed. Joinville, SC: Editora Univille, 2009.

BORGES, Admir. **Publicidade e propaganda: juntando teoria e prática**. MEDIAÇÃO, Belo Horizonte, nº 2, outubro de 2002. Disponível em: <<http://fumec.br/revistas/mediacao/article/view/224/221>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

CHEVALLARD, Yves. **Sobre a teoria da transposição didática: algumas considerações introdutórias**. Revista de Educação, Ciências e Matemática, v. 3, n. 2, mai/ago, Rio de Janeiro: Unigranrio, 2013.

DIP, Andrea. **Machismo é a regra da casa**. [2015]. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/03/machismo-e-a-regra-da-casa/>>. Acesso em: 27 maio 2016.

FABRIS, Thaís. **Chegou o briefing de Dia da Mulher, e agora?** [2016] Disponível em: <<http://www.b9.com.br/63357/advertising/chevou-o-briefing-de-dia-da-mulher-e-agora/>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 35, maio/ago, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a09v1235>. Acesso em 27 de novembro de 2016.

HANSEN, Fábio. **As condições de produção do discurso publicitário em sala de aula: um olhar sobre o ensino de criação publicitária e a sua relação com o mundo do trabalho**. Revista dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade Positivo. v. 5, n. 5, jan-jun, 2013.

KUNSCH, Margarida. **Perspectivas e desafios para as profissões de comunicação no terceiro milênio**. In. KUNSCH, Margarida (org.). Ensino de comunicação: qualidade na formação acadêmicoprofissional. São Paulo: ECA-USP: Intercom, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Guacira Lopes Louro - Petrópolis: Vozes, 1997.

MOREL, Francisco; SILVA, Raul. **Formação do publicitário**. In. MELO, José Marques; FADUL, Anamaria; SILVA, Carlos Eduardo Lins. Ideologia e poder no ensino da comunicação. São Paulo: Cortez & Moraes: INTERCOM, 1979.

MOURA, Claudia. **O curso de comunicação social no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

POLIDORO, Lurdes de Fátima; STIGAR, Robson. **A Transposição Didática: a passagem do saber científico para o saber escolar.** Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura - Ano VI, n. 27, 2014.

TREIN, Sérgio Roberto. **Revisão curricular na publicidade: uma análise crítica para o ensino e a pesquisa.** Cadernos de Comunicação, Santa Maria/RS. v. 17, n. 1 (2013). Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/10898>>. Acesso em: 26 abr 2017.

8 DE MARÇO: mulheres do campo e da cidade, trabalhando as relações de gênero e feminismos

Janine Corrêa Gomes<sup>1</sup>  
Valéria dos Santos Meyer<sup>2</sup>  
Graziela Rinaldi da Rosa<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Mulheres, Mobilização, Empoderamento, Luta. Feminismos.

## RESUMO

Esse trabalho visa socializar uma prática educativa comunitária, organizada pelo Coletivo Feminista Dandaras, realizada no dia 8 de março de 2017, na praça central da cidade de São Lourenço do Sul. Nessa ocasião estava acontecendo mobilizações no mundo, decorrente da Greve Internacional das Mulheres. O Coletivo Feminista Dandaras-FURG/SLS, organizou esse dia para proporcionar e discutir, através de rodas de diálogo e oficinas, a situação das políticas públicas voltadas para as mulheres, bem como discutir sobre o empoderamento, leis, direitos, educação e as lutas diárias de nossas mulheres pomeranas, agricultoras familiares e/ou agroecológicas, ribeirinhas, negras, quilombolas, mulheres de povos de terreiro e outras mulheres representantes de povos tradicionais, que vivem no campo e na cidade. Buscou-se realizar um evento que discutisse com a comunidade acadêmica do Campus FURG/SLS e com a comunidade lourenciana, o pensar, o empoderar e o fortalecimento e união entre nós mulheres e grupos de mulheres existentes na região. O evento teve também a contribuição e exposição das nossas artesãs locais, onde contribuiriam com suas artes e histórias de vidas. Neste dia buscou-se destacar um olhar mais amplo para as questões feministas, direitos, leis e violências. Contribuindo para que as mulheres ali presentes, independente de idade, origem ou etnia, tenham uma visão da importância dos assuntos abordados, envolvendo-as em um movimento de luta feminista, contribuindo assim para o empoderamento de cada uma ali

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura Plena em Educação do Campo. Bolsista CNPq. Voluntária do Coletivo Feminista Dandaras/FURG-RS. Voluntária, no Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena da FURG/Campus São Lourenço do Sul/RS. Artesã. Universidade Federal do Rio Grande/FURG-RS. São Lourenço do Sul/RS. E-mail: [janinegomessls@gmail.com](mailto:janinegomessls@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Licenciatura Plena em Educação do Campo. Voluntária do Coletivo Feminista Dandaras/FURG-SLS. Universidade Federal de Rio Grande/FURG-SLS. São Lourenço do Sul.

<sup>3</sup> Professora de Filosofia e Educação Popular do Instituto de Educação. Atua no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Doutora em Educação. Coordenadora do Coletivo Feminista Dandaras/FURG.

presente. Cabe destacar que essa foi a única atividade que foi realizada na cidade e, portanto, marcou o município como participante do dia de Greve Internacional das Mulheres.

## INTRODUÇÃO

*Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, organizações, as comunidades, tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. (COSTA, 2008).*

O evento realizado no dia 8 de março de 2017, na Praça Central Dedé Serpa, em São Lourenço do Sul, teve o intuito e objetivo de contribuir com a luta e o fortalecimento dos movimentos das mulheres, onde buscou-se dialogar e discutir com os grupos de mulheres pomeranas, agricultoras, ribeirinhas, pescadoras, indígenas negras e quilombolas de nossa cidade e interior, bem como outras mulheres, junto as acadêmicas do Campus FURG/SLS questões relacionadas a gênero, trabalho, direitos, leis, educação, feminismo e principalmente a violência contra a mulher.

Tal evento, possibilitou discutir sobre as demandas locais das mulheres da cidade e do campo. Foi um dia de mobilização e discussão sobre as discriminações e violências, físicas, psicológicas e sexuais ainda muito comum na vida das mulheres. Com isso, lutamos para impedir retrocessos perante as leis atuais. O evento buscou compartilhar saberes, dialogar e debater, para que estas mulheres, possam saber se defender diante a sociedade e dos homens machistas. O encontro buscou fortalecer o enfrentamento contra a lógica patriarcal, bem como já disse Gebara (2000):

O sistema patriarcal e machista ainda tenta conservar a lógica de que mulheres são menos dignas de direitos do que os homens, tendo que em algumas sociedades garantir direitos básicos, como a da escolha e de opinião. A sabedoria humana parece entrar em conflito de poderes entre os sexos e então se torna competição, violência, negação da vida e de seu próprio significado. É exatamente isto que uma análise de gênero nos revela, a saber, o poder sobre o saber ou o poder sobre a sabedoria reconhecida é um poder e um privilégio masculino. As mulheres são intrusas, usurpadoras de alguma coisa que não lhes pertence. Elas fazem mal desejando o saber e, como resposta a este mal, tenta-se restaurar a harmonia social em forma de castigo, de silêncio, de tortura ou de morte. Mantêm-se os papéis sociais reconhecidos por um tipo de organização social. (GEBARA, 2000, p.81).

E com eventos como este que lutamos e contribuimos com as mulheres, abrindo mais um espaço para diálogos, debates e principalmente aprendizagens, aprendendo a importância da participação e do exercício da cidadania perante a sociedade atual. Sendo assim:

Contudo, só há como lutar por direitos das mulheres se nossas concepções educativas (formais e não formais) forem de cunho feminista e emancipatório, capazes de resistir a tanta opressão e violências. Dessa maneira, nossas práticas, não irão romper com tudo aquilo que nos amarra e nos acorrenta! (MACHADO, CASTRO, 2016, p.63).

Nós mulheres nos unimos neste dia, mais uma vez, mais uma manifestação, mais uma luta, para mostrar para a sociedade e comunidade que merecemos sermos tratadas como igual e que merecemos respeito todos os dias. Que buscamos juntas e unidas criar uma sociedade, comunidade e um mundo com mais oportunidades, direitos e espaços para as vozes feministas.

Assim, um coletivo feminista em uma universidade contribui para que outros temas, e outros sujeitos e outras sujeitas tenham visibilidade, fortalecendo suas lutas. O coletivo Feminista Dandaras tem realizado diversas práticas educativas comunitárias e escolares, e apesar dos desafios serem muitos, o seu papel na comunidade local tem provocado significantes avanços, especialmente porque não permite o silenciamento de mulheres e o ocultamento das violências que elas sofrem.

## **METODOLOGIA**

A prática educativa comunitária do 8 de março de 2017-Greve Internacional das Mulheres contou com diferentes rodas de diálogo, tais como, a Roda de Diálogo “A Cultura LGBT”, ministrada pela educanda Veridiana de Freitas Ladvig, do Curso Licenciatura em Educação do Campo, FURG/SLS. A população ali presente pode discutir e compreender mais sobre a cultura LGBT. Experiências foram relatadas e compartilhadas com os presentes e discussões foram debatidas, abordando dúvidas e questionamentos quanto a cultura LGBT.

A participação da Policial Fernanda Timm contribuiu com uma roda de diálogo, “A violência e suporte encontrado pela mulher com base na lei”, onde trouxe como tema Lei Maria da Penha, Direitos e leis e como funciona a Delegacia da cidade de São Lourenço em frente as questões das diferentes violências, seja física ou psicológica. As mulheres dialogaram sobre como agir diante de uma agressão, quais direitos das mulheres frente ao ato de violência. A roda contribuiu para que nos grupos de mulheres ali presente conhece

e entende-se que violência não somente a agressão física, mais também psicológica, mental, sexual (corporal, moral e dentre outras). Foram ainda abordados como ainda, apesar dos avanços, as mulheres têm medo diante de uma denúncia e suas consequências. De como ainda e grande o medo e o pânico diante da denúncia contra o agressor. Mas a luta diante de tais atos continua. E através destes atos e eventos, vamos contribuindo para que as lourencianas e acadêmicas venham compreender que estamos juntas e unidas, prontas para ajudar e lutar pelos seus direitos.

A participação da Vereadora Marcia Lucas, nos trouxe uma reflexão para a roda de diálogo sobre “Mulheres na política-Reforma na Previdência. A participação das mulheres na política, suas lutas e preconceitos por serem mulheres, bem como o descaso e o preconceito que ainda é grande apesar do grande número de mulheres existentes atualmente na política.

Outra roda de diálogo bem debatida e dialogada, diante do preconceito e o racismo foi a roda denominada: “Luta e (Re) existência das mulheres negras”. A luta por mais saúde e melhoria de vida em suas comunidades foi destacada como emergente. Mulheres negras e quilombolas, que estavam presentes e estudam em universidades, lutando por mais respeito e educação destacaram os desafios que enfrentam. Mulheres guerreira que lutam contra a violência e o preconceito étnico-racial em suas comunidades. Tema bastante discutido, pois apesar dos avanços, ainda é retratada a força e a luta das mulheres negras e quilombolas por reconhecimento, principalmente diante da opressão e a discriminação.

Assim, as rodas de diálogos contribuíram para que os grupos de mulheres ali presente pudessem compreender, entender e saber sobre os seus direitos e principalmente as leis que as apoiam e amparam.

O evento trouxe para contribuir e dialogar com as mulheres as oficinas, e assim, o Coletivo Feminista Dandaras/FURG-SLS ofereceu a “Oficina de Stencil”, onde foi dialogado e problematizado o preconceito, o empoderamento e o fortalecimento de nós mulheres e dos grupos de mulheres acadêmicas do Campus São Lourenço/FURG, bem como os grupos de mulheres das comunidades de São Lourenço do Sul/RS, cidade e interior diante das opressões diárias contra as mulheres.

Imagem I: Oficina de Stencil.



Fonte: Arquivo pessoal da autora e acervo fotográfico do Coletivo Feminista Dandaras-FURG/SLS. Ano de 2017.

Ocorreu também a oficina de latas artesanais para batucada, onde foram construídas e confeccionadas com o intuito de chamar a atenção das mulheres e da população para o evento. Momento descontraído trazendo em discussão o tema “como chamar a atenção das mulheres para tais reflexões”.

Imagem II: Oficina de latas para batucada.



Fonte: Arquivo pessoal da autora e acervo fotográfico do Coletivo Feminista Dandaras-FURG/SLS. Ano de 2017.

Para descontrair um pouco, o evento ainda contou com a participação de uma professora de dança, a qual proporcionou a todas ali presente com uma aula de dança corporal, onde foi trabalhado o corpo com a dança. Momento descontraído e divertido onde teve a participação de mulheres de todas as idades. A atividade proporcionou movimentar-se, distrair-se, ressaltando que as mulheres não devem nunca deixar de lutar por mais direitos e igualdades entre gêneros.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As atividades contaram com o envolvimento significativo da comunidade lourenciana e com as acadêmicas do campus FURG/SLS. Além disso, cabe destacar que o evento proporcionou e impulsionou novas possibilidades de diálogos com as comunidades, bem como um olhar para as questões de gênero e feminismo no município de São Lourenço do Sul, abrindo campo para trocas interinstitucionais e a realização de novos estudos e pesquisas na área de gênero e feminismo.

## **CONCLUSÃO**

O evento organizado no Dia Internacional das Mulheres, contribuiu para que nós mulheres, possamos trabalhar junto a universidade e comunidade lourenciana, sobre feminismo, gênero, educação, trabalho e direitos. As atividades contribuem para fortalecer a ideia de que juntas podemos contribuir com espaços para que as mulheres de nossa cidade e universidade tenham uma visão de sua importância enquanto mulher. Ajudar, compartilhar, contribuir com um olhar mais amplo para as questões de gênero e os direitos das mulheres. O evento veio com o intuito de abrir campo para trocas de saberes e vivências. E através destes grupos de mulheres que a cada encontro, estudo e pesquisa, nos trazem animo para cada vez mais adentrar aos estudos e lutas na área do feminismo e gênero. Juntas podemos mudar e contribuir com ações e eventos como este que podemos sim contribuir com suas lutas e para o empoderamento feminino, compartilhando e orientando as mulheres perante os seus direitos enquanto mulher. Toda a mulher independente de idade ou etnia tem o direito de se reconhecer e conhecer seus direitos e saberes. Juntas, unidas e fortalecidas, podemos muito mais, e assim, mostraremos para a sociedade o quanto nós mulheres somos importantes, bem como as nossas lutas feministas. Nós mulheres lutamos por *nosotras*, e assim, *unidas* mostraremos ao mundo que somos fortes.

## **REFERÊNCIAS**

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em:[http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos\\_pdf/Empoderamento.pdf](http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf). Acesso em abril de 2017.

GEBARA, Ivone **Rompendo o Silêncio. Uma fenomenologia feminista do mal**. Editora Vozes. Petrópolis: 2000.



MACHADO, Rita de Cassia Fraga; CASTRO, Amanda Motta. **Direitos das Mulheres no Brasil: Experiências de Norte ao Sul.** Manaus: UEA Edições, 2016.

# A EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTRIBUINDO PARA O RESGATE HISTÓRICO DAS MULHERES POMERANAS

Ana Paula Franken Izé<sup>1</sup>  
Graziela Rinaldi da Rosa<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Mulheres Pomeranas, Povos Tradicionais, Feminismos e Educação do Campo.

## INTRODUÇÃO

Nesse trabalho iremos falar sobre as noivas de preto. Trata-se de um resgate histórico, pensado na perspectiva da crítica feminista a fim de se contar uma história ainda pouco pensada e estudada acerca da cultura pomerana. A exploração sexual, e o abuso sexual de mulheres e meninas é milenar, e como as “noivas de preto”, é uma questão silenciada. Muitas mulheres desde o Oriente serviram como uma espécie de prêmio, quando o herói da comunidade tinha o direito de ter relações sexuais com as jovens virgens. Trata-se de uma cultura patriarcal e milenar. No Sul do Brasil fala-se de “noivas de preto”, quando se refere as mulheres que tinham que ter a primeira noite de núpcias com o dono das terras onde seu noivo trabalhava. Sabe-se que se os noivos fugissem, negando assim o direito do senhor feudal ter a primeira noite com a noiva, e os mesmos fossem pegos, eles seriam mortos e além disso seus pais perderiam o direito de viver na comunidade (modelo feudal e escravocrata), o que era impensável, já que eles nascia no feudo, cresciam no feudo e morriam no feudo, e se por acaso o senhor feudal vendesse as terras do feudo ele vendia terras, as plantações, o gado e juntamente o vassalo. Assim, queremos problematizar sobre as noivas de preto. Nos interessa pensar como e se as mulheres transgrediam essas regras? Tivemos noivas que fugiram? Como se dava essa imposição? Seriam todas as noivas submissas a tais práticas? Por que temos poucos estudos sobre elas? E ainda, de que maneira as mulheres podem superar esse silenciamento na história? Como a Educação do Campo e os estudos feministas podem contribuir para desvendar essa história?

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo – FURG – Campus São Lourenço do Sul. Email: [anap\\_ize@hotmail.com](mailto:anap_ize@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora de Filosofia e Educação Popular do Instituto de Educação. Atua no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Doutora em Educação. Coordenadora do Coletivo Feminista Dandaras/FURG. E-mail: [grazirinaldi@gmail.com](mailto:grazirinaldi@gmail.com)

## **METODOLOGIA**

Esse trabalho se deu em forma de entrevista com o historiador Dr. Jairo School Costa em outubro de 2015 onde ele relatou um pouco sobre suas pesquisas, a partir de então foram feitas mais pesquisas em sites sobre o assunto e foi possível perceber que há muito pouco relato, que muito pouco se fala sobre as noivas de preto. Temos apenas um escritor, Dias Gomes que fez uma peça teatral com o nome: As Primícias.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES - História de submissão e transgressões de mulheres**

Na Rússia também se sabe que foi pior que na Pomerânia, pois podiam, os heróis, ter relação sexual com qualquer moça, tirando sua virgindade ou não, a moça era escolhida conforme o interesse dos “heróis” e elas não poderiam questionar e nem mesmo negar o prazer sexual deles.

Com o início da Idade Média, surge então à figura do Senhor Feudal e do vassalo, lá por volta de 300, onde o feudo era constituído por um senhor, chamado de Senhor Feudal, que era dono das terras e dos servos, que moravam nos feudos, trabalhavam plantando, colhendo, mas não eram donos das terras e tão pouco donos da produção sendo assim eram vistos como escravos dos senhores feudais. Como os senhores feudais eram os donos de tudo, e de todos, ocorreu uma interpretação que a primeira noite de uma mulher deveria ser com o senhor feudal. Essa interpretação foi assimilada principalmente por aqueles senhores feudais que estavam incumbidos de fazer a evangelização junto com a igreja, pois se eles podiam usar o exército para converter os bárbaros pagãos ao cristianismo, eles teriam também o direito de ter a primeira noite com a noiva, chamada de *PrimaeNocti*.

O casamento tinha três dias de festa, havia todo um ritual onde a própria mulher do senhor feudal arrumava o aposento no qual aconteceria à primeira noite da noiva, na noite da cerimônia o noivo bebia até perder o sentido. Em cortejo, a noiva era entregue para a mulher do senhor feudal no portão do castelo e era levada até o aposento, no dia seguinte a noiva seria levada do aposento da cerimônia até o portão do castelo pela mulher do senhor feudal e entregue de volta ao cortejo.

Esse costume aconteceu na Europa, porém teve a interferência do rei Malcon, que foi aconselhado pela sua rainha, Margareth que aqueles os quais não queriam que sua filha ou noiva, tivesse a primeira noite com o senhor Feudal, deveria pagar uma

penalidade. Essa multa deveria ser paga com o que as pessoas envolvidas tivessem, normalmente pagava-se com manteiga, moeda de prata; assim o sistema ficaria sem efeito e não precisaria ter a primeira noite com o senhor feudal. Na Inglaterra, na escócia, em vários locais depois se terminou com esse sistema de penas, mas em substituição os familiares pagavam uma multa com barris de cerveja para os senhores feudais.

Os senhores feudais diziam que era muito importante para o feudo a *PrimaNoctis*, pois elas teriam um grande privilégio, além de ser muito bom para o grupo social, para as famílias, que assim, trazia melhor colheita, mais fartura, garantia a saúde do grupo social, muitos benefícios.

Em Portugal havia o direito a pernada, que funcionava da seguinte maneira, o casal recém casado ia para cama e o senhor feudal colocava a perna no meio dos dois, que significava que ele esteve naquela cama no meio dos dois, mas não tinha nenhum contato físico com a noiva. A igreja queria mudar o sistema, abolindo este sistema, porém na Pomerânia os homens são os mais recalcitrantes, é de sua origem ser assim, sabe-se que em muitos locais tinha abolido esse sistema lá por 1300.

Na Pomerânia continuou a *PrimaNoctis*, mas assim que ficaram sabendo que a igreja não defendia esse sistema, houve muita resistência, revolta. Assim se teve o término em alguns locais desse sistema, mas sabe-se que a igreja fechava os olhos e permitiu-se ainda o direito da primeira noite com o senhor feudal. Nessa época algumas noivas chegavam a fugir ou até mesmo retiravam sua própria vida se suicidando.

Se os noivos fugissem negando a si o direito de o senhor feudal ter a primeira noite com a noiva, e os mesmos fossem pegos, eles seriam mortos e além disso seus pais perderiam o direito de viver no feudo, o que era impensável, já que eles nasciam no feudo cresciam no feudo e morriam no feudo, e que se por acaso o senhor feudal vendesse as terras do feudo ele vendia as terras, as plantações, o gado e juntamente o vassalo. Na verdade, eles eram escravos do feudo.

Algumas pessoas falam e os padres e bispos escrevem nos seus livros papais que elas se vestiam de preto, pois era roupa que as rainhas usavam, eram roupas em sinal de respeito, que era muito honrado. As pomeranas se vestem em sinal de luto e isso fica mais claro, quando começam a utilizar uma fita fina verde em volta da cintura, como uma forma de protestar e de ter esperança de que o sistema abolisse definitivamente com o direito da primeira noite do senhor feudal.

Por volta de 1300, os pais começaram a permitir que os jovens noivos tivessem um relacionamento sexual antes do casamento, para garantir que ela ao casar-se já estaria grávida, que o primogênito seria do seu marido e não do senhor feudal, claro que isso só acontecia na certeza que teria o casamento e o senhor feudal não podia saber por que os noivos poderiam ser castigados e até mesmo mortos.

### **As cores dos vestidos, as dores e resistências das mulheres pomeranas**

É importante questionar quais eram as cores que casavam as filhas dos nobres e dos senhores feudais? Como resistiam essas mulheres? Como eram suas manifestações de resistência? Sabe-se que as filhas dos nobres casavam com vestidos vermelhos o que deixa mais claro que o preto era sinal de luto e protesto.

Podemos questionar ainda se ocorreram protestos contra a *PrimaeNoctis*? Sabemos que muitas mulheres não tiveram o direito de negar essa proposta brutalmente imposta, pois foram educadas a ser submissa aos homens, uma minoria teve coragem de reagir ou até mesmo fugir, sendo que era mais fácil e mais corajoso o suicídio, quem foram essas mulheres que resistiram?

A história ainda conta uma versão de que as mulheres que repudiavam o direito do senhor feudal, fossem mulheres que não sabiam respeitar, mulheres desordeiras. Naquela época muitas mulheres chegavam até mesmo a engravidar na *PrimaeNocti*, e que por sua vez acarretava um filho do qual não se tinha total certeza se era do seu marido e iriam viver com essa dúvida, ou até mesmo com essa certeza. Ao serem estupradas pelos senhores feudais, eram obrigadas a retornar para o ritual do casamento. O constrangimento e a violência sofrida deixavam marcas para o resto de suas vidas. Nunca teriam a noite como esperavam, ao lado de seu marido, e sim com um homem, que exercia poder por ter dinheiro.

Com o passar dos anos as mulheres tomaram coragem para manifestarem a sua vontade, claro que isso ocorreu de forma gradativa, já que as mulheres eram doutrinadas a obedecer às ordens para poderem ter uma aceitação na sociedade, elas de forma alguma queriam ser objeto sexual do Senhor Feudal. Lutaram pela sua liberdade, o direito pelo seu bem precioso, que era o seu corpo.

As pioneiras dessa revolução feminista foram as pioneiras do feminismo, muitas vezes julgadas de uma forma cruel. Mulheres guerreiras, fortes, e que abriram caminhos para que os direitos das mulheres fossem colocados em pauta. No caso das pomeranas, sabe-se que uma forma desse protesto mais evidente foi a fita verde envolta da cintura, mas deve-se ter outras formas de protesto, até mesmo como o escritor Dias Gomes

salientou na sua peça, acredita-se que algumas mulheres possam até ter tirado a vida do senhor feudal, mas isso precisamos pesquisar em nossos estudos.

A penalidade que veio com o passar do tempo foi mais uma forma brutal que usavam, já que os vassallos possuíam muito pouco, apenas o suficiente para a sua sobrevivência. Aqueles que queriam pagar para não ter o ritual da *PrimaNocti*, na maioria das vezes eram os noivos, que trabalhavam de forma exaustiva e por um longo período para poderem pagar e não precisar entregar sua noiva para o senhor feudal.

Os senhores feudais sempre se utilizavam do seu poder para conseguir tudo que queriam e a hierarquia sempre prevaleceu, tanto na questão econômica, de posses, e principalmente nas relações de gênero.

Sabemos que milhares de mulheres que tinham relacionamentos com soldados alemães foram expostas a execuções humilhantes e brutais nas mãos de seus próprios concidadãos. O que demonstra o total desrespeito com as mulheres, a inferioridade das mesmas que foram utilizadas como objeto sexual, e que a agressão física era um ato frequente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As submissões das mulheres vêm desde os tempos primórdios, bem como o desrespeito, a forma brutal que eram tratadas. Precisamos continuar questionando quantas mulheres foram violentamente abusadas e sofreram em silêncio? Por que ainda são “culpadas” por todas as coisas ruins que acontecia na sociedade? Por que se calam e se calam diante algumas situações por estarem amedrontadas? Quantas mulheres se submeteram a tudo isso somente por não serem julgadas?

Para problematizar tais questões precisamos dialogar com as epistemologias feministas e história das mulheres. É emergente dialogar sobre as relações de gênero nas aulas de Educação do Campo, realizar projetos na perspectiva feminista em nossas escolas e desenvolver pesquisas em nossas Universidades sobre o tema.

É emergente investigar quem são as mulheres que se empoderaram, que não se renderam que não foram submissas? Quem são as mulheres que lutaram pelos seus direitos, mulheres que não tiveram medo e resistiram? E para tanto é preciso realizar pesquisas históricas e com metodologias de histórias de vidas e história oral, por exemplo.

Esse trabalho provoca algumas questões que precisamos fazer em nossas universidades e em nossas pesquisas, em todos os níveis de ensino. Estudos que

contribuem para romper com o silenciamento da cultura do estupro também em salas de aulas. Assim, é necessário realizar grupos de estudos e pesquisas sobre o tema das mulheres, e com as mulheres, resgatar suas histórias de vidas e denunciar as violências sofridas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Lourdes Kaminski. Tradição e ruptura no texto dramático. As primícias de Dias Gomes. Revista Acta Scientiarum. Maringá, v. 34, n. 1, p. 1-8, Jan.-June, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/viewFile/8341/pdf>. Acessado em: 16/06/2016

S/A. **A mulher na Idade Média**: Existiram senhoras feudais?.Disponível em: <https://tudorbrasil.wordpress.com/2016/02/20/a-mulher-na-idade-media-existiram-senhoras-feudais/> Acessado em 15/06/2016.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. **Ser Mulher na Idade Média**. Revista Textos de História. V.5, n.1 (1997). Disponível em: <http://www.periodicos.unb.br/index.php/textos/article/download/5807/4813>. Acessado em 14/06/2016

Costa, Jairo Scholl. Entrevista outubro de 2015. Acervo coletivo pomerano.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho** / Heleieth I.B. Saffioti. - São Paulo: Moderna, 2001. (Coleção polêmica).

BREVE ANÁLISE SOBRE JURISPRUDÊNCIAS DE FEMINICÍDIO: julgados do ano de 2016 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, na comarca de Pelotas

Helen Cristina Soares da Cunha<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Femicídio, Homicídio, Violência, Gênero, Pelotas, Rio Grande do Sul.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho preocupa-se em analisar as jurisprudências da LEI 13.104/2015, “Lei do Femicídio”. Todos os casos aqui analisados são do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, da comarca de Pelotas, referentes ao ano de 2016. A análise baseia-se em observar como esta legislação extremamente atual é interpretada e aplicada, tanto com relação aos pontos técnicos, de aplicação da norma penal em conjunto com as outras qualificadoras do homicídio, quanto à aceitação social pelos juristas à importância deste tipo de legislação específica à proteção da mulher. Este trabalho faz parte de uma série de estudos voltados à formação do Trabalho de Conclusão de Curso da autora (Direito - UCPel), onde o objeto de estudo está sendo discutir a importância de uma legislação penal específica ao homicídio de gênero, já que há previsão específica para o homicídio qualificado por motivo torpe.

## METODOLOGIA

Utilizou-se para esta análise a consulta de jurisprudências no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS), realizada no dia 18 de abril de 2017, através da página inicial<sup>2</sup>, em cima, à esquerda, clicou-se no quarto link disponível, denominado “Jurisprudências”, e, em seguida, no primeiro link à disposição, denominado “Pesquisa de Jurisprudências”. A palavra-chave utilizada para as buscas foi “Femicídio”, tendo sido selecionada a opção de ler o “Inteiro Teor” das decisões. O sistema do Tribunal encontrou 116 resultados. A busca foi filtrada pela comarca de origem, tendo sido selecionada a Comarca de Pelotas, o que reduziu a análise para 6 acórdãos do referido Tribunal: 1. CNJ nº 0037176-18.2014.8.21.7000 - não analisado - julgado em 06/04/2016 2. CNJ nº 0035788-12.2016.8.21.7000 - não analisado- julgado

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Direito da Universidade Católica de Pelotas, email: criscunhars@hotmail.com

<sup>2</sup> <http://www.tjrs.jus.br/site/>



em 14/04/2016 3. CNJ nº 0122067-98.2016.8.21.7000 - não analisado- julgado em 07/07/2016 4. CNJ nº 0087259-67.2016.8.21.7000 - analisado - julgado em 06/12/2016 5. CNJ nº 0352896-78.2016.8.21.7000 - analisado - julgado em 14/12/2016 6. CNJ nº 0372380-79.2016.8.21.7000 - não analisado- julgado em 15/12/2016.

Averiguando o inteiro teor dos acórdãos encontrados, foi verificado que somente dois deles tinham no mérito o fato delituoso de homicídio qualificado pela razão de feminicídio a ser estudado. Portanto, os outros, que continham litígio sobre questões processuais ou meramente homicídio qualificado por motivo torpe, foram descartados. Conforme listagem acima descrita, somente foram analisados os acórdãos nos 4 e 5, com os respectivos cadastros: CNJ nº 0087259-67.2016.8.21.7000 e CNJ nº 0352896-78.2016.8.21.7000, tendo sido os demais acórdãos descartados para esta análise.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O acórdão nº 4 (CNJ nº 0087259-67.2016.8.21.7000) trata-se de um Recurso em Sentido Estrito, reconhecido como Apelação pela Corte, interposto pelo Ministério Público em função da sua inconformidade com a rejeição, em 1º grau, da Denúncia de João Morato Fernandes e João Félix Hartleben Fernandes pelo artigo 121 do Código Penal (homicídio), parágrafo 2º (qualificadoras), inciso I (motivo torpe, vingança), IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima) e VI (feminicídio), combinado com o parágrafo 2ºA (quando há razões de condição de sexo feminino), inciso I (violência doméstica e familiar) e do artigo 211 (ocultação de cadáver), combinados com o art. 29, caput (concurso de pessoas), e art. 69, caput (concurso material de crimes), todos do Código Penal, sendo que João Félix ainda foi denunciado pela agravante do art. 61, inciso II, alínea “e” (crime contra ascendente), também do Código Penal, pelo desaparecimento de Cláudia Pinho Hartleben. O acórdão em questão, apesar de ter como plano de fundo o feminicídio, não discutiu no mérito esta questão. O mérito do acórdão, no que houve debate, é se há elementos suficientes de autoria e materialidade para aceitar a denúncia dos acusados. Assim sendo, conforme artigos 158 e 167 do Código Penal, a materialidade de um crime pode se dar por duas formas: por corpo delito, quando “a infração deixar vestígios” (CÓDIGO PENAL, 1940) ou, se não existirem vestígios do corpo, “a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta” (CÓDIGO PENAL, 1940). Neste caso apontado, os testemunhos não foram capazes de apontar a materialidade do crime, nenhum dos depoentes presenciou o fato-crime, nem souberam localizar com precisão o local do corpo. Deste modo, só resta apurar a materialidade por corpo delito. O corpo delito pode

ser direto ou indireto. É direto quando há autópsia ou necrópsia no corpo da vítima diretamente, sem outras intermediações. E sendo indireta quando, mesmo não havendo o corpo, há vestígios do corpo, em razão do seu desaparecimento ou destruição, como por exemplo, vestígios de sangue, cabelos, tecidos, câmeras de segurança, dentre qualquer outra prova lícita que possa comprovar a materialidade do corpo. Apesar de não haver condenação neste primeiro acórdão analisado, já que há somente indícios que podem levar a uma possível denúncia, cabe analisar que os acusados foram denunciados em ambas as qualificadoras de homicídio (motivo torpe e feminicídio), entretanto, por motivos diversos. A qualificadora de motivo torpe foi pela possível vingança que o acusado gostaria de ter da vítima e não pelo fato de esta ter como identidade de gênero o sexo feminino, enquanto a qualificadora por feminicídio foi atribuída pelo fato de ser violência doméstica e familiar.

O acórdão nº 5 (CNJ nº 0352896-78.2016.8.21.7000), este trata-se também de Recurso em Sentido Estrito contra decisão que pronunciou D. P. (nome do réu) a julgamento pelo Tribunal do Júri pelo art. 121 (homicídio), parágrafo 2º (qualificado), incisos II (motivo fútil), III (emprego de meio cruel), IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima) e VI (contra a mulher por razões da condição de sexo feminino), combinado com o parágrafo 2ºA (feminicídio), inciso I (violência doméstica e familiar), todos do Código Penal, pelo homicídio de C. S. R. Cabe salientar que este acórdão tratou no mérito o principal objeto de análise deste trabalho, que é o feminicídio e o acusado foi denunciado por quatro qualificadoras, cada uma por um motivo diverso: fútil, já que matou pela não-aceitação do término do relacionamento amoroso e por não estar de acordo com a guarda da prole pré-estabelecida; meio cruel, já que desferiu diversas facadas na vítima, não só matando como causando diversas lesões; recurso que impossibilitou a defesa da vítima, golpeando-a de surpresa até a morte, sem possibilidade de defesa; e, contra a mulher, no âmbito de violência doméstica e familiar, já que era ex-companheiro da vítima, possuindo, inclusive, medida protetiva impedindo a sua aproximação desta. Neste caso, não foi homologada a prisão em flagrante, mas foi decretada a prisão preventiva do acusado posteriormente. Ambos os acórdãos não possuem trânsito em julgado de uma condenação, portanto, ainda não são pessoas condenadas em definitivo, nem cumprem pena por estas acusações. No primeiro julgado, nem a denúncia ainda havia sido aceita, já no segundo, ainda não havia ocorrido o julgamento pelo Tribunal do júri, que julga os crimes contra a vida. Entretanto, é interessante ressaltar que nos dois acórdãos houve acusação por homicídio, pelo menos,

duplamente qualificado, sendo o feminicídio uma das causas de qualificação, mas, o que mais nos interessa para esta análise é que foram denunciados por motivos diferentes das outras qualificadoras, em nenhuma delas o motivo torpe foi considerado o fato de ser mulher.

## CONCLUSÃO

Isto posto, concluo que, apesar dos inúmeros registros de violência contra à mulher no Judiciário Gaúcho, ainda é muito cedo para termos uma jurisprudência solidificada acerca do que entendemos por Feminicídio. Ainda é preciso mais julgados para se ter uma opinião sólida a respeito de quais qualificadoras predominarão ou se dependerá da interpretação dada a cada caso. Ademais, segue a importância do estudo deste tipo penal específico, já que somente em 9 de março de 2015, em alusão ao dia anterior, Dia Internacional da Mulher, foi publicada pela Presidência da República do Brasil a LEI 13.104/2015, que altera o art. 121, § 2º do Código Penal/1940 e acrescenta no rol de homicídios qualificados o Feminicídio: quando “o homicídio é praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino“, sendo, com isso, incluído como inciso VI ao fim do inciso I na lista de Crimes Hediondos da Lei 8.072/90, por se tratar de mais um homicídio qualificado. Segundo (WASELFISZ, 2012. Julio Jacobo Waiselfisz, sociólogo e pesquisador, criador do Mapa da Violência, estudo não-governamental sobre a violência no Brasil, somente em 2015

Dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013 pelo SIM, 2.394, isso é, 50,3% do total nesse ano, foram perpetrados por um familiar da vítima.

- Isso representa perto de 7 feminicídios diários nesse ano, cujo autor foi um familiar.
- 1.583 dessas mulheres foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro, o que representa 33,2% do total de homicídios femininos nesse ano. Nesse caso, as mortes diárias foram 4.

Com estes dados assombrantes fica mais que demonstrado que a sociedade atual comete um genocídio diário contra as mulheres, além de também comprovar a necessidade do Direito Penal em tutelar e proteger esse crime contra a humanidade de milhares de brasileiras.

Além disso, é nítido na doutrina penal a dificuldade que encontrei na busca de autores que abordem diretamente o assunto, pautado na prevalência da Dignidade da Pessoa, nas Desigualdades de Gênero e na proteção da mulher.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Código Penal (1940)**. Brasília, DF: Senado, 1940.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Recurso em Sentido Estrito Nº 70071427025**, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Miguel Achutti Blattes, Porto Alegre, 14 de dezembro de 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Recurso em Sentido Estrito Nº 70068770650**, Segunda Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Ricardo Coutinho Silva, Porto Alegre, 06 de dezembro de 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Recurso em Sentido Estrito Nº 70058446139**, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ingo Wolfgang Sarlet, Porto Alegre, 06 de abril de 2016.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**, v. 2, 14ª edição, Saraiva, 2016: São Paulo. Disponível em: Minha Biblioteca. Retirado de: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547204341/>

MONTEIRO, Lopes, A. **Crimes hediondos: texto, comentários e aspectos polêmicos**, 10ª edição., Saraiva, São Paulo . Disponível em: Minha Biblioteca. Retirado de: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502625761/>

WOISELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da Violência, Homicídios de Mulheres no Brasil**, São Paulo, Instituto Sangari, 2015.

MULHERES, SAÚDE E DANÇAS POPULARES: diálogos possíveis entre práticas corporais e o empoderamento feminino

Diego Miranda Nunes<sup>1</sup>  
Flaviana Custódio Silvino<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Mulheres, Danças Populares, Feminismo, Educação Popular, Saúde da Família.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho destina-se a apresentar um grupo de educação popular em saúde, realizado na Unidade Básica de Saúde da Família Dr. Vicente Mariano Pias no município de Rio Grande – RS. Denominado Projeto Vida Ativa tem como objetivo sensibilizar a comunidade atendida pela Estratégia de Saúde da Família sobre a importância da promoção de saúde e prevenção de doenças por meio de um estilo de vida mais ativo. Este projeto é desenvolvido em todas as Unidades Básicas de Saúde, no entanto, pensando no empoderamento feminino em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande e o Curso de Educação Física, unimos as práticas corporais às Danças Populares Brasileiras. O grupo é composto por 15 mulheres, mães, avós, donas de casa, aposentadas, que dedicam três manhãs da sua semana para praticar algum tipo de atividade atrelada às danças.

No início de 1994 o Ministério da Saúde lança o denominado Programa Saúde da Família (PSF) com o objetivo de aproximar a saúde da população, reforçando outras políticas públicas e trabalhando com a promoção de saúde e prevenção de agravos. Com isso, aos poucos foi revertendo o modelo assistencial, o qual era centralizado apenas na cura de doenças e em hospitais, fortalecendo o elo da comunidade com as equipes multiprofissionais, visando o cuidado do núcleo familiar e não apenas de um único sujeito. A Estratégia de Saúde da Família é um dos eixos de reorganização da Atenção Básica (AB) em saúde, o Ministério da Saúde define Atenção Básica como:

Um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande - E-mail: [diego\\_rgnunes@yahoo.com.br](mailto:diego_rgnunes@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande - E-mail: [flaviana\\_silvino@hotmail.com](mailto:flaviana_silvino@hotmail.com)

objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades (BRASIL, 2011 p.19).

Este conjunto de ações é caracterizado por uma série de políticas públicas, programas e estratégias para cuidar da população no ambiente em que ela vive, exemplos destes são: o Brasil Sorridente (Política Nacional de Saúde Bucal); Melhor em Casa (Serviço de Atenção Domiciliar); Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN); Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPICs); Programa Telessaúde Brasil Redes; Equipes de Consultórios na Rua; Programa Saúde na Escola (PSE); Programa Bolsa Família (PBF) e a Estratégia de Saúde da Família (ESF).

Neste contexto, visando o cuidado integral dos (as) usuários (as), no propomos a aproximar as Danças Populares Brasileiras com a Estratégia de Saúde da Família, entendendo que dentro do cuidado em saúde quanto maior o contato com os (as) sujeitos, maiores serão o campo de visão do cuidado integral destes. Segundo estudo de Cruz (2009) o acolhimento e o vínculo constituem a produção do cuidado em saúde, com o desenvolvimento de afetos e potencialização das responsabilidades. O cuidado em saúde é um:

Termo polissêmico e atravessado pelas concepções de saúde e doença, indicando um objeto complexo, não linear, sintético, plural, emergente, multifacetado, alvo de diversas miradas e fonte de múltiplos discursos, extravasando os recortes disciplinares de ciência (CRUZ, 2009, p.9).

Podemos dizer então, que o cuidado é a visão ampliada e geral do (a) sujeito. Para além disso, o cuidado pode ser entendido como uma forma de olhar para as necessidades específicas de cada sujeito. Dessa forma, ele passa a ser praticado de acordo com o diagnóstico produzido por cada Agente de Saúde. Estes (as) profissionais, são importantes para afirmar o elo entre Unidade de Saúde e comunidade, uma vez que moram nas localidades ontem atuam e vivenciam o cotidiano das famílias que assistem. Guareschi (2002) entende que a ação dos (as) Agentes é um exemplo de trabalho educativo, já que a aproximação entre profissionais e usuários (as) configura como um eixo importante da educação em saúde. Agentes capazes de educar, a partir de inquietações e problematizações, partindo do pressuposto que “os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2005, p.78)

Trazer as práticas corporais, por meio de danças populares, proporciona o fortalecimento e empoderamento feminino, entendendo que o tempo dedicado à elas é essencial para tirar da rotina doméstica e fortalecer elos sociais. Neste contexto, o espaço

da unidade de saúde passa a não ser voltado apenas para a cura de doenças, mas sim para trabalhar relações entre corpo e mente. A cultura popular valoriza as particularidades das participantes, trabalha costumes, respeita os valores de cada uma e traz a sabedoria das mulheres para dentro das expressões artístico-culturais. Quando todas dançam juntas, proporcionamos risos, sorrisos, levezas (e não de peso) mas sim, de alma e libertação. A partir de Daolio (1994) concordamos ao afirmar que o ser humano:

[...] por meio do seu corpo, vai assimilando e se apropriando de valores, normas e costumes sociais, num processo de inCORPOração (a palavra é significativa) [...] Mais do que um aprendizado intelectual, o indivíduo adquire um conteúdo cultural, que se instala no seu corpo, no conjunto de suas expressões. Em outros termos, o homem (a mulher) aprende a cultura por meio do seu corpo. [...] (DAOLIO, 1994, pp. 39-40)

Entendendo que os valores, costumes, práticas são manifestados através das práticas corporais, e por meio delas nos libertamos de alguns hábitos para assimilar outros. As danças proporcionadas dentro da unidade de saúde contagiam à todas e todos, extrapolam os limites impostos pelos espaços físicos, e cativam profissionais que passam pela sala onde acontecem as aulas.

## **METODOLOGIA**

O grupo de educação em saúde por meio das danças populares (Vida Ativa) ocorre dentro do espaço de uma Unidade Básica de Saúde da Família no município de Rio Grande - RS. Possuímos dois (as) promotores deste espaço sendo Agentes Comunitários (as) de Saúde que fazem o elo entre a comunidade e a unidade e contamos com uma bolsista da Universidade Federal do Rio Grande. A acadêmica do quarto ano do Curso de Educação Física ministra aulas, conceitua o que são as danças populares, e a partir disso coreografa e ensaia cada estilo de dança.

Em um primeiro momento, os (as) Agentes Promotores fizeram o contato com a Professora responsável pela disciplina de danças, manifestando interesse em trazer o projeto para dentro da Unidade de Saúde. Com o aceite da professora, em julho de 2016 demos início as atividades, entendendo que a universidade tem como um dos seus objetivos estar em constante comunicação com a comunidade, ultrapassando os muros teóricos impostos pela academia. Em um segundo momento foi explicado o que seria o projeto as participantes todas do gênero feminino (isso não foi uma condição imposta, mas naturalizada do processo de educação em saúde) o público do gênero masculino não é excluído deste espaço, mas não possui adesão dos mesmos.

E em um terceiro momento a acadêmica de Educação Física deu início as danças, começando pelo MARACATU dança brasileira, originária no estado de Pernambuco, onde mistura batidas e movimentos corporais da cultura africana, a percussão dos tambores é o que se destaca neste tipo de ritmo. Logo após, trabalhamos com o FORRÓ gênero musical também influenciado por africanos, fruto de ritmos como xaxado, baião e xote típicos da região nordeste do Brasil. E por último estamos ensaiando o CARIMBÓ de procedência indígena, mesclado com a cultura africana, tendo sua origem no território de Belém do Pará.

Para realização das atividades de danças, utilizamos a sala de reuniões da Unidade Básica de Saúde Dr. Vicente Mariano Pias, localizada na Vila São Miguel, e para utilização da confecção das roupas cada mulher fica responsável pela compra dos materiais e montagem do figurino. Optamos por deixar elas responsáveis pela elaboração da parte estética (roupas), já a construção das coreografias é coletiva.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A partir deste grupo de mulheres, entendemos que conseguimos fortalecer os laços afetivos e sociais, por perceber que o coletivo empodera o individual. Todavia, percebemos que o espaço das danças dentro de uma unidade de saúde, trabalha ao encontro da Saúde da Família, focando na promoção de saúde. Muito mais do que apenas dançar, o exercício do corpo e da mente, torna as nossas participantes mais ativas, reservando um espaço para o autocuidado.

**Imagem 1:** Apresentação MPU, 2016.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2016.



**Imagem 2:** Roda de conversa.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2017.

**Imagem 3:** Confraternização.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2017.

## CONCLUSÃO

Entendemos que o presente trabalho, contribui para o crescimento das mulheres, que já assumem diariamente jornadas duplas e triplas nas suas rotinas, sendo este espaço um momento para si. Ainda, no nosso entendimento, percebemos que essa pesquisa foge das regras formais e acadêmicas, por entender que os resultados não são expressos em quantitativos, mas sim no retorno que cada mulher traz no dia a dia. Nos preocupamos em ofertar algo que seja levado para além dos espaços acadêmicos, deixando que os muros da universidade sejam rompidos pela vivência e lição de vida de cada mulher participante deste projeto.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei da Política Nacional de Atenção Básica**, 2011.
- CRUZ, M. C. C. **O conceito de cuidado à saúde**. 150f. il. 2009. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papirus, 1994.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GUARESCHI, P. Alteridade e relação: **uma perspectiva crítica**. In: ARRUDA, Ângela (Org.). **Representando a alteridade**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 149-161.

Patricia Krieger Grossi<sup>1</sup>  
Tamires de Oliveira<sup>2</sup>  
Eliane Moreira de Almeida<sup>3</sup>  
Cássia Aline Bulsing Maia<sup>4</sup>  
Rafaela Ripoll<sup>5</sup>

**Palavras-chave:** Mulheres quilombolas, Educação, Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

A Educação Escolar Quilombola segue a proposta de uma educação diferenciada onde se trabalha a realidade a partir da história de luta, valores e resistência desses povos. No Rio Grande do Sul, no portal do MEC, consta que existem 3.230 estudantes quilombolas matriculados em 30 escolas quilombolas e 263 professores. Com o advento da Lei 10.639/03/2003, passa a ser instituído o ensino da História e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. Em 2012, foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, que representa uma das reivindicações das comunidades quilombolas, visando a valorização dos saberes, das tradições, dos cultos e do patrimônio cultural das comunidades negras.

No caso da modalidade de educação quilombola, esta é instituída pela resolução n. 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. O artigo 27 dessa resolução indica que a cada etapa da educação básica pode corresponder mais de uma modalidade. É na seção VII que a educação escolar quilombola é definida, conforme descrição do art. 41: Art. 41. A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Parágrafo

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do programa de pós-graduação em Serviço Social da PUCRS. E-mail: pkgrossi@pucrs.br

<sup>2</sup> Graduanda VIII Nível em Serviço Social da PUCRS. Bolsista de iniciação científica PROBIC-FAPERGS E-mail: tamires.oliveira@acad.pucrs.br

<sup>3</sup> Graduanda V Nível em Serviço Social da PUCRS. Bolsista de iniciação científica PBIC-CNPq. E-mail: eliane.almeida@acad.pucrs.br

<sup>4</sup> Graduanda V Nível em Serviço Social da PUCRS. Bolsista de iniciação científica BPA-PUCRS. E-mail: cassia.maia@acad.pucrs.br

<sup>5</sup> Graduanda em Serviço Social da PUCRS – I Nível. Bolsista de iniciação científica BPA-PUCRS. E-mail; Agência Financiadora: CNPq, FAPERGS e PUCRS

único. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, bem como nas demais, deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural. (BRASIL, 2010). São inovadoras as ações que garantem a formação inicial e continuada dos professores, projeto político pedagógico que considere as especificidades dos quilombolas, currículo diferenciado, material didático produzido em conjunto com a comunidade, educação voltada o etnodesenvolvimento e para o desenvolvimento sustentável e efetivação de professores oriundos do referido grupo social (FIABANI, 2013).

Infelizmente, ainda há um longo caminho a ser percorrido em termos de acesso aos direitos de cidadania, pois existe uma lacuna na formação de professores em educação quilombola, muitas escolas estão longe das comunidades, dificultando o acesso e não raro, existem casos de racismo e sexismo experienciados pelas comunidades remanescentes de quilombos (APARECIDA DE MIRANDA, 2012).

A educação para povos e comunidades quilombolas encontra-se em processo de estruturação. Desse modo, articular meios para que povos tradicionais tenham suas especificidades atendidas no espaço escolar, é um passo significativo para construção da cidadania. Articular, subsidiar e garantir que estudantes quilombolas tenham suas especificidades atendidas, bem como acesso, permanência e conclusão de seus estudos é permitir o exercício de uma política equânime para melhorar a qualidade educacional e de vida a essas comunidades.

Em relação à área de educação, a escola quilombola “precisa desenvolver ferramentas intelectuais que fortaleçam suas identidades e façam da resistência o objeto e objetivo da educação escolar. Necessário desenvolver estudos que revelem essa rica produção de saberes e possibilitem a construção de novos conhecimentos e a desmistificação dos preconceitos” (LARCHET e OLIVEIRA, 2013, p.14) sobre as comunidades quilombolas. Estudo sobre mulheres e educação quilombola, desenvolvido nos municípios de Canguçu, Piratini, São Lourenço e Pelotas identificou que a maioria das mulheres quilombolas não ultrapassou os anos iniciais de escolarização e, muitas delas, nunca chegaram a ingressar na escola por conta de diferentes motivos, entre eles, uma luta pela sobrevivência que as remete a intensivas formas de trabalho tanto no interior da própria comunidade como fora dela. (SOUZA, ANTUNES e NUNES, 2013, p.382)

Este estudo, de natureza qualitativa e exploratória, tem como objetivo compreender as experiências sociais de mulheres quilombolas no âmbito da política de educação,

considerando as interseccionalidades de gênero, raça/etnia e geração. Pretendemos também identificar os fatores obstaculizadores e facilitadores no acesso das mulheres quilombolas de diferentes gerações às políticas educacionais e se as escolas acessadas pelas comunidades quilombolas estão implementando a Lei 10.639. Este estudo, portanto, irá contribuir para a compreensão das experiências sociais desse segmento no tocante ao acesso aos direitos de cidadania, visando contribuir com subsídios para a qualificação das políticas públicas através do melhor conhecimento de suas demandas, considerando suas especificidades étnico-culturais.

## **METODOLOGIA**

Os sujeitos da pesquisa foram 23 mulheres residentes em diferentes comunidades quilombolas do RS (Quilombo do Caixão, Areal da Baronesa, Fidélis, Chácara das Rosas). Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e grupos focais com mulheres quilombolas urbanas e rurais de diferentes gerações. Utilizamos também a história oral temática, pois “é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social das pessoas” (MEIHY, 1996, p.13)

Concordamos com Pollak (1989 apud SILVA E DOWLING, 2010, p.9) de que “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados, das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional”.

Para a análise das narrativas, adota-se a análise de conteúdo de Bardin (1977). O autor conceitua a análise de conteúdo como sendo: “Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 1977, p.42). Esse tipo de análise compreende várias etapas: Pré-análise; Exploração do material e Tratamento dos resultados/ Inferência/ Interpretação, leitura compreensiva do conjunto do material selecionado. (MINAYO, 2008).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Dos 497 municípios no Estado, somente 67 (12%) municípios concentram áreas quilombolas, sendo que 09 (64%) comunidades estão situadas na região metropolitana

(05 municípios) e 05 (36%) comunidades quilombolas em Porto Alegre. Em relação às diferenças de concentração entre comunidades quilombolas em zonas rurais e urbanas, verificou-se que 85% (N=57) das comunidades quilombolas estão situadas em zonas rurais e apenas 15% (N=10) estão situadas na região urbana do RS. Encontrou-se um total de 123 comunidades quilombolas no RS. No que se refere às comunidades certificadas, 106 (86%) comunidades quilombolas já possuem certificação de terras, sendo que apenas 14% (N=17) ainda não possuem certificação. Identificou-se a existência de 51 escolas quilombolas em 21 municípios, contemplando 47 comunidades, através de dados da Fundação Cultural Palmares e do Censo Escolar Inep/2014. Esse dado revela que somente 38,21% das comunidades quilombolas acessam escolas quilombolas.

Nos quilombos localizados em zonas rurais, evidenciou-se como entraves a longa distância das escolas e a falta de investimentos em políticas para os jovens que vivem nos quilombos.

eles (jovens) eram para ter mais possibilidade de sobreviver com mais regalias, com mais felicidades, aqui na colônia e não precisar ir para a cidade grande” (E. Mulher quilombola, Alto do Caixão, 66 anos).

Os adolescentes já estão saindo, a maioria que termina o fundamental ou médio aqui, a maioria vai para o ETA (escola de Viamão), ou para Osório que tem escola técnica ou para Porto Alegre, depois de lá tem que seguir para frente.” (A. Mulher Quilombola.)

Falta política para a nossa juventude, para os nossos jovens não saírem daqui. (M. Mulher Quilombola)

É assim que tem, o colégio mais perto aqui só tem até a quarta série, que fica a 4km daqui. Os outros são todos de 10km para cima (Quilombo Alto do Caixão, Pelotas).

Os resultados também apontam que as mulheres quilombolas idosas possuem ensino fundamental incompleto, em sua grande maioria, enquanto que as jovens entrevistadas possuem ensino fundamental completo, curso técnico ou ensino superior incompleto. Os homens quilombolas possuem menor escolaridade do que as mulheres. Os jovens estão deixando o campo e migrando para as cidades em busca de trabalho devido à falta de políticas e incentivo para permanência no campo. Essa realidade é presente nas narrativas a seguir:

Eles estão indo e não estão voltando, falta muito apoio para o pessoal ficar no campo, demais, até pela função da internet, a gente conseguiu uma reunião com o pessoal, até tentar uma casa digital, mas a gente não conseguiu até agora a internet né, ficaram de mandar tudo junto, antena, Datashow, a máquina de xerox, tudo isso, eles ficaram de mandar, daí eles mandaram só os computadores com cadeira e tudo, e aí não liberam, não mandaram mais nada, não entraram em contato com a gente, nem nada. E é uma coisa que a gente precisa porque, aqui a gente está fora de tudo, longe de tudo, para segurar o

jovem um pouquinho mais né. (M. Mulher Quilombola, Ibiqui, Santana do Livramento)

Era para o governo mandar uma condução pra esses jovens estudarem e trabalharem (...) mas não tem esse apoio” (E. Mulher quilombola, 66 anos, Quilombo Alto do Caixão, Pelotas)

As crianças quilombolas do nosso estudo, no geral, acessam escolas regulares e nas zonas rurais, esse acesso é dificultado pelas longas distâncias e falta de transporte, falta de vontade política e racismo institucional. Em relação às escolas frequentadas, foi perguntado como essas escolas trabalham a cultura quilombola e as narrativas revelam que esse conteúdo é abordado de forma superficial, não valorizado ou inexistente no currículo.

A educação está péssima. Essas coisas da cultura quilombola o colégio nem passa mais, mal passa do branco, quem dirá do negro (risos)” (M. Mulher Quilombola, 62 anos).

É aquele básico quando chega nos bandeirantes ali, “os fulanos foram lá detonaram o quilombo” (D. Mulher Quilombola, 74 anos).

Eles dizem, que, como as pessoas mais velhas estão morrendo, pessoas que sabem da história do quilombo, que isto está se perdendo. Isto dentro da escola não é tratado e não é valorizado por todo mundo. A questão da história oral na cultura tanto na religião de matriz africana, a oralidade é muito forte, então pelo cotidiano de trabalho e correria esta história não está sendo passada para os mais jovens. (Mulher, 37 anos, 15 de setembro de 2016)

as crianças vão para escola e não são reconhecidas suas diferenças, ela não se vê nessa história, ela não faz parte da história, toda a história que o Brasil conta de escravo, escravo e escravo. (Mulher, 56 anos, 11 de maio de 2016)

Nas comunidades quilombolas, a tradição oral é muito valorizada e as escolas deveriam implementar a lei 10.639, trabalhando também aspectos da valorização da cultura negra. Os valores e tradições dos povos quilombolas fazem parte de um currículo invisível que se refere “a transmissão dos valores, dos princípios de conduta e das normas de convívio(...) inerentes à vida comunitária, de maneira informal e não explícita, permitindo uma afirmação positiva da identidade dos membros de um grupo social” (GOMES, 2007, p.24).

Compartilhamos a posição de Chauí que,

se trata de pessoas submetidas à perda da cultura e à invalidação de seus conhecimentos e valores, sobre as quais a intimidação da Informação é constante, sobretudo se nos lembrarmos de que a essas pessoas está vedado um acesso real ao que é veiculado pela Informação, tanto pelo nível da escolarização quanto pelas dificuldades de contato com o restante da cidade e da sociedade global em decorrência das condições de vida (habitação diante dos centros, poucos recursos para o consumo de bens perecíveis, duráveis e culturais etc.). (CHAUÍ, 1986: p. 38)

Um dos aspectos positivos foi a bolsa permanência e as cotas no ensino superior que algumas jovens quilombolas do estudo tiveram acesso.

## **CONCLUSÕES**

Apesar dos avanços na legislação como a Lei 10639 que prevê a inclusão de conteúdos referentes à história e cultura afro nas escolas e as diretrizes para a educação quilombola, existe um hiato na implementação efetiva da lei. Esse hiato corrobora para um fosso na garantia dos direitos das comunidades quilombolas que sofrem os reflexos de uma violência estrutural caracterizada pela omissão do Estado na gestão de políticas públicas capazes de atender as especificidades étnico-culturais desse segmento populacional.

Os territórios remanescentes de quilombos são reconhecidos pela Constituição Federal de 1988 e além da titulação de suas terras, estão previstas várias ações envolvendo a política de educação, assistência social, habitação, transporte, trabalho, geração de renda, para que possam ter suas necessidades atendidas e ao mesmo tempo, a preservação de sua cultura e tradição.

As narrativas demonstram que o desafio maior consiste não somente no acesso à política educacional, foco deste estudo, mas às demais políticas para que possam exercer sua condição efetiva de cidadania e sejam reconhecidos como sujeitos de direitos.

## REFERÊNCIAS

MIRANDA, Shirlei Aparecida de. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências **Revista Brasileira de Educação**, vol. 17, núm. 50, mayo-agosto, 2012, pp. 369-383 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Rio de Janeiro, Brasil.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições Lisboa, 1977.

BRASIL. MEC. **Resolução nº4 de 13 de julho de 2010 que define as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica**. 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf)

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência, aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

FIABANI, Adelmir. As diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola: a necessária ruptura de paradigmas tradicionais. **Identidade!** São Leopoldo v.18 n. 3, ed. esp. p. 345-356 | dez. 2013 | ISSN 2178-0437X Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/identidade>. Acesso em 11 de maio de 2016.

GOMES, Verônica. Organização social e festas como veículos de educação não-formal. In: BRASIL, Secretaria de Educação à Distância. **Educação Quilombola: Salto para o Futuro**, 2007.

LARCHERT, Jeanes Martins e OLIVEIRA, Maria Waldenez de. Dossiê Panorama da Educação Quilombola no Brasil. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n.2, p.44-60, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Coleção temas sociais)

SILVA, Sara Divina Melo da. e DOWLING, Gabriela Buonfiglio. **O universo feminino retratado nos cocos de roda, em três comunidades quilombolas no Estado da Paraíba**. Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010.

SOUZA, C. L. F.; ANTUNES, L. B.; NUNES, G. H. N. Mulheres Quilombolas e Educação. **Identidade!** | São Leopoldo | v.18 n. 3, ed. esp. | p. 382-386 | dez. 2013 | ISSN 2178-0437X Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/identidade> Acesso em 13 de maio de 2016.



CIDADANIA, DIREITOS E JUSTIÇA (CIDIJUS/FURG): proteção social das pescadoras de Rio Grande/RS e região - o direito na busca de empoderamento e exercício da cidadania

Nadja Karin Pellejero<sup>1</sup>  
Luciana Adélia Sottili<sup>2</sup>  
Claudio Ruiz Engelke<sup>3</sup>  
Rodnei Flores<sup>4</sup>  
Juliana Braga<sup>5</sup>

**Palavras-chave:** Justiça Social, Pescadoras, Empoderamento, Cidadania.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a apresentação do Projeto de Extensão *CIDADANIA, DIREITOS E JUSTIÇA (CIDIJUS/FURG)* o qual está ocorrendo nas comunidades tradicionais de pescadores localizadas na cidade de Rio Grande e região, buscando prestar um atendimento judiciário bem como promover oficinas, palestras que atendam aos interesses dos pescadores nas comunidades, nestas haverá oficinas e pesquisas enfatizando a importância e o papel da mulher pescadora em sua região.

Segundo dados da colônia de Pesca Z1, a mais antiga do Estado, fundada em 01 de janeiro de 1913, a qual possui Estatuto Social e Personalidade Jurídica própria a mesma conta com aproximadamente 900 (novecentos) pescadores-associados, sendo a totalidade estimada de 1.200 (Mil e duzentos) pescadores, porém percebe-se o grande número de pescadoras que estão a frente desta atividade as quais não possuem orientação sobre políticas públicas específicas e adequadas, e muitas vezes ficam alijadas de seus direitos por não saber como exercê-los, sendo assim constatada a urgência da aproximação da Universidade, junto a colônia Z1 para que se viabilizem atividades e atendimentos a estas demandas.

Ainda, o projeto procura expandir-se também junto a comunidade de São José do Norte e região, para tanto conta com a participação de dois advogados, docentes, técnicos e alunos da graduação, formandos do laboratório de prática jurídica e social e bolsistas.

---

<sup>1</sup> FURG. [pellejero.advg@yahoo.com.br](mailto:pellejero.advg@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> FURG. [lusottili@furg.br](mailto:lusottili@furg.br)

<sup>3</sup> FURG. [claudioengelke@msn.com](mailto:claudioengelke@msn.com)

<sup>4</sup> FURG. [rodneiflores@gmail.com](mailto:rodneiflores@gmail.com)

<sup>5</sup> FURG. [jutbs@hotmail.com](mailto:jutbs@hotmail.com) Agência Financiadora: FAURGS

Cumpra salientar que a Prefeitura Municipal através de seu Secretário da Pesca, Sr. Cícero Miranda tem participado ativamente do projeto.

A aproximação do Poder Municipal, e da própria Universidade nos espaços públicos especialmente nas comunidades tradicionais é essencial para um despertar crítico e participativo a fim de que as pessoas tendo acesso a informação possam a partir de uma “apropriação” do conhecimento ter ‘ferramentas’ para melhor reivindicar seus direitos. A concepção freiriana funda-se na inconclusão do ser humano, na consciência do inacabamento, e na responsabilidade na construção de seu próprio destino, Freire assim afirma:

Gosto de ser homem, de ser gente, porque não está dado como certo, inequívoco, irrevogável que sou ou serei decente, que testemunharei sempre gestos puros, que sou e que serei justo, que respeitarei os outros, que não mentirei escondendo o seu valor porque a inveja de sua presença no mundo me incomoda e me enraivece. Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. (FREIRE, 2011, p.52)

## **METODOLOGIA**

O Projeto de Extensão será organizado seguindo a seguinte metodologia:

1) Reuniões com as associações e comunidades de pescadores artesanais, (que já estão ocorrendo) objetivando um contato mais intenso e *diagnosticar* os problemas enfrentados pelos mesmos, de modo a pautar os temas e ações das demais atividades a serem realizadas;

2) Reuniões e formação dos bolsistas do Projeto, a partir das demandas verificadas nas reuniões, descritas no item 1 retro, ocorrerão nas dependências da Faculdade de Direito (FADIR), durante a semana, de segunda à sexta, em horários a ser combinados com os bolsistas e colaboradores

3) Saídas de campo com diagnóstico das demandas e orientações com grupo de trabalho direcionado as pescadoras.

4) Atendimento no Laboratório de Prática Jurídica, localizado em área central da Cidade, será nas terças e quintas-feiras, das 8h às 12h e das 13h30 as 17h30. O agendamento se dará de segunda a sextas-feiras no mesmo horário.

5) Elaboração e distribuição de uma Cartilha com orientações básicas, relativas às áreas elencadas no presente Projeto, visando atender comunidades.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Este Projeto de Extensão pretende focar os Direitos Sociais fundamentais referentes à Seguridade Social, especialmente os previdenciários e assistenciais, bem como o "seguro defeso", ainda ações de regularização fundiária, entre outras demandas que forem surgindo nas comunidades, tendo como base de aplicação as comunidades tradicionais de pescadores em Rio Grande e arredores, Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento, a partir de reuniões feitas com estas comunidades, fomentaram-se discussões para auxiliar na compreensão dos direitos sociais que circundam nestes dois campos que compõe a Seguridade Social (Previdência e Assistência), bem como do "seguro defeso" e outras matérias necessárias. Esta apropriação, mediante a compreensão e o manejo destes direitos sociais por parte dos integrantes destas comunidades, faz com que a cidadania seja ampliada, mormente quando estes direitos implicam prestações pecuniárias que auxiliam na própria subsistência e manutenção dos pescadores. Em segundo momento, já se disponibilizou uma assessoria jurídica, por meio do Laboratório de Prática Jurídica Social, atividade de extensão já mantido pela Faculdade de Direito (FADIR), de modo que, possam exercer estes direitos.

Importante conquista se efetuou através da parceria com a colônia Z1 e Prefeitura onde o CIDIJUS vem autenticando cópia dos documentos dos pescadores para que encaminhem pedido de Registro das embarcações junto a Capitania do Portos sem custo algum, bem como encaminhem pedidos de Seguro Defeso sem também ter despesas com xerox autenticados de seus documentos.

### **CONCLUSÃO - Formulação de Políticas Públicas e Reforço da Cidadania**

A partir do conhecimento e apropriação dos seus direitos sociais, tal como proposto neste Projeto de Extensão, naturalmente os participantes das comunidades tradicionais de pescadores passam à condição de cidadãos, enquanto sujeitos de direito. Ocorre que, na prática e nos fatos cotidianos, nem sempre as disposições legais são aplicáveis buscando o atendimento dos preceitos constitucionais promanados de nossa Carta Magna de 1988: redução das desigualdades regionais, combate à pobreza e a promoção do bem comum de todos, especialmente dos mais vulneráveis socialmente. A Extensão, por si, é capaz de avaliar esta dicotomia, na maioria dos casos, existentes entre

o teórico (previsto legalmente) e a facticidade do "mundo da vida". Por certo que a contribuição do Projeto ora construído, também e por sua vez, dará elementos para um (re)pensar do ensino e, também, fomentar e oxigenar pesquisas vinculadas às questões enfrentadas na Extensão.

Como é sabido, os pescadores possuem várias dificuldades para exercerem seus direitos sociais fundamentais, especialmente os de origem previdenciária, assistencial e no que refere ao gozo do "seguro-defeso", justamente no momento em que mais necessitam. Assim, estima-se que no Rio Grande do Sul, aproximadamente 40% dessas populações não conseguem tal proteção (MENDONÇA & LUCENA, 2013). A principal dificuldade, pelo que podemos empiricamente constatar, consiste justamente na prova documental para a comprovação de sua condição de trabalhador pescador. No caso das mulheres essa questão toma contornos ainda maiores, especialmente pelo fato de, costumeiramente, os livros e notas de venda estarem no nome do homem. Afora isso, a falta de esclarecimento destes direitos talvez seja o principal fato do seu não exercício. Não é de se esperar que um pescador ou uma pescadora, que possua um filho com alguma deficiência, possa habilitar-se para um benefício assistencial da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), se não saiba da existência deste importante direito. É nesse sentido, primeiro para esclarecer estes direitos sociais e, em segundo momento, para garanti-los juridicamente no caso de lesão ou ameaça, é que entendemos justificável os propósitos deste Projeto de Extensão.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Eder Dion de Paula. **Trabalho Portuário e Modernização dos Portos: Empobrecimento e Riqueza o mesmo contexto.** Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

COSTA, José Ricardo Caetano. **A Previdência Social o Alcance dos Assistentes Sociais.** Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MENDONÇA, Jocemar & LUCENA, Alineide. **Avaliação do seguro defeso concedido aos pescadores profissionais no Brasil** Série Relatórios Técnicos, São Paulo, n°. 50, 2013.

EDITORA E GRÁFICA DA FURG  
CAMPUS CARREIROS  
CEP 96203 900  
[editora@furg.br](mailto:editora@furg.br)